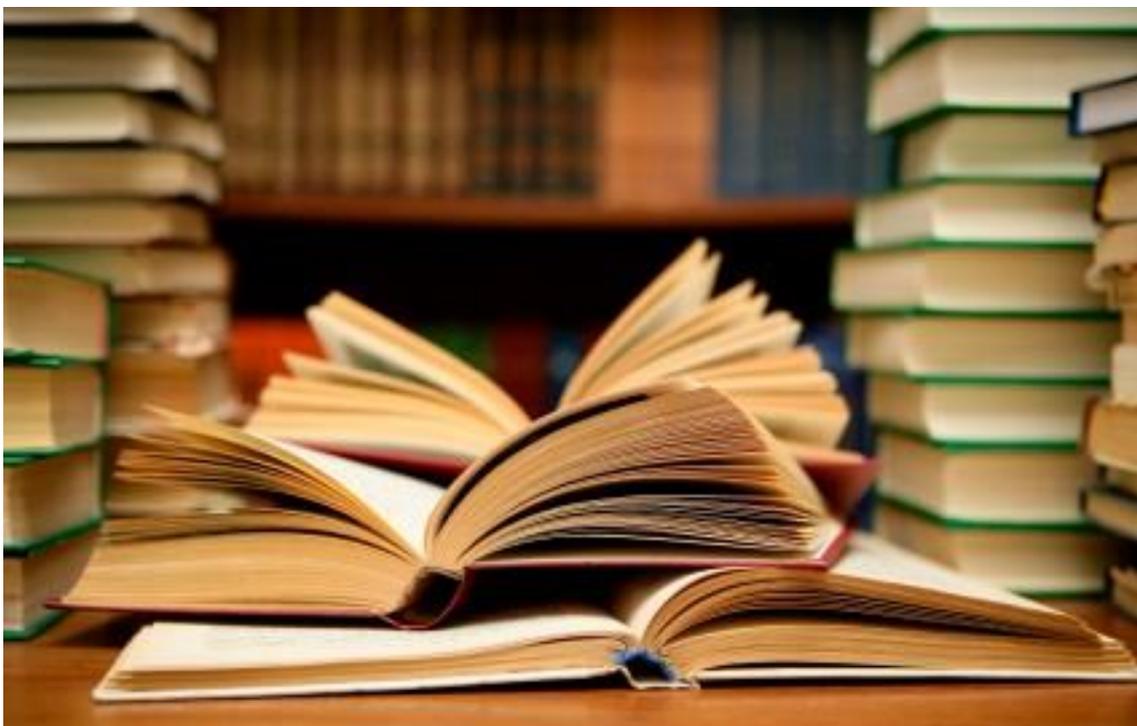


Paulo Roberto de Almeida



POLINDO A PRATA DA CASA
MINI-RESENHAS DE LIVROS DE
DIPLOMATAS

Brasília
Edição do Autor
2025

Polindo a Prata da Casa
Mini-Resenhas de Livros de Diplomatas

.....

Polindo a Prata da Casa
Mini-Resenhas de Livros de Diplomatas

Paulo Roberto de Almeida

Doutor em ciências sociais.
Mestre em economia internacional.
Diplomata.

Edição do Autor – 2025

Direitos de publicação reservados:
© Paulo Roberto de Almeida – 2014, 2025

ALMEIDA, Paulo Roberto.
Polindo a Prata da Casa: mini-resenhas de livros de diplomatas
Brasília: Edição do Autor, 2025.
124 p.

1. Relações internacionais. 2. Política Externa. 3. História.
4. Diplomacia brasileira. 5. Brasil. 6. Resenhas de livros.
7. Título. 8. Paulo Roberto de Almeida

Informação sobre a capa: composição do autor sobre ilustração genérica de Google images.

Nota sobre a presente edição (2025):

Esta nova edição de autor representa uma reprodução de volume similar, quase semelhante, ao volume que eu mesmo produzi em 2014, quando me encontrava trabalhando no Consulado Geral do Brasil em Hartford (2013-2015), tendo recebido um convite da Funag para reunir todas as minhas resenhas publicadas de livros de diplomatas no então boletim da ADB, para publicá-las como edição oficial da Fundação. Procedi ao demandado e enviei o material, ainda em 2013. Surgiram, porém, objeções à publicação de duas ou três resenhas, com o pedido para retirá-las. Naquelas circunstâncias, procedi eu mesmo à edição do meu material, sendo que o presente volume representa apenas uma parte do conjunto de resenhas, justamente as mini-resenhas do boletim, quando o volume original, preparado, tinha material mais copioso, que divulgarei oportunamente. Muito do material aqui publicado pode ser encontrado, com alguma insistência na busca, em meu blog *Diplomatizzando* (<http://diplomatizzando.blogspot.com/>), no qual geralmente eu reproduzia aquilo que tinha sido recém-publicado.

George Orwell introduced newspeak, a language
“whose vocabulary gets smaller every year”...

O ofício da escrita é a arte de cortar palavras.
Graciliano Ramos, Ernest Hemingway, John Steinbeck,
e muitos outros mais...

Dedicado a todos os colegas que – não contando telegramas, ofícios e demais
expedientes da carreira diplomática – fazem das leituras, dos livros e da escrita
atividades relevantes em suas vidas.
Paulo Roberto de Almeida

.....
Sumário

Prefácio
pág. 11

Índice Geral
pág. 17

Primeira Parte
Política Externa e Diplomacia Brasileira
pág. 23

Segunda Parte
História do Brasil e História Diplomática Brasileira
pág. 37

Terceira Parte
Relações Internacionais, Política e Economia Mundiais
pág. 69

Quarta Parte
Literatura, Sociologia e Cultura
pág. 97

Livros de Paulo Roberto de Almeida
pág. 119

Nota sobre o autor
pág. 121

.....

Prefácio

Quando, dez anos atrás, na condição de recém-empossado diretor “cultural” da Associação dos Diplomatas Brasileiros, assumi voluntariamente o encargo de preparar, para o seu boletim trimestral, pequenas notas sobre os livros de, ou publicados por, diplomatas, não imaginava que a missão se prolongaria por toda uma década, e continuaria a ser feita mesmo enquanto ex-vice-presidente da ADB, e já fora do país, como é o caso neste momento. Na verdade, eu já tinha colaborado com notas ou resenhas sobre livros de diplomatas algum tempo antes disso, praticamente desde a fase inicial da ADB; mas se tratava de colaboração ocasional ou irregular, apenas quando algum grande livro justificasse tal registro. Como eu sou um homem de livros, provavelmente recebia a sugestão de alguém da diretoria para fazer tal inserção, ou me oferecia voluntariamente para a tarefa, unicamente motivado pela minha própria paixão doentia pelos livros. Ainda tenho de recuperar essas primeiras e fugidias resenhas, que não figuram neste pequeno volume de mini-resenhas.

Não sei quem, em qual momento da vida do boletim, um de seus diretores, ou dos vários presidentes que se sucederam no cargo, começou a chamar essa seção de resenhas de “Prata da Casa”, o que parece um título apropriado ao que se costuma identificar com certo estilo diplomático. Mas ela tinha uma existência precária, quase bissexta, se ousar dizer. Em todo caso, quando me convidaram – intimaram talvez seja um melhor termo – para assumir aquele cargo em 2004, eu tinha um magnífico programa cultural a desenvolver. No entanto, como ocorre muito frequentemente, as obrigações de trabalho acabam sufocando os projetos mais bem intencionados, e minha especialização produtiva ficou mesmo restrita ao Prata da Casa. É bem verdade que essa corveia voluntariamente assumida se situa no coração de minhas vantagens comparativas, para empregar uma expressão do universo ricardiano.

Eu sempre me desempenhei da tarefa sem qualquer problema, e sem qualquer remorso por tê-la assumido solitariamente, uma vez que a minha terceira jornada de trabalho, já em casa, nas noites sem compromissos, é mesmo constituída pela leitura de livros e pela redação de textos. Assumi, portanto, a responsabilidade do Prata da Casa com satisfação e constância, inclusive porque era uma maneira – altamente egoísta, devo confessar – de aumentar minha biblioteca, já de ordinário enorme. Não creio que nos últimos dez anos tenha faltado um só número do boletim da ADB sem as habituais mini-resenhas dessa seção, cuja intensidade,

aliás, eu aumentei sorratamente, de quatro mini-resenhas (em duas páginas), para seis obras registradas a cada número (algumas vezes sobram para o trimestre seguinte).

Dito assim, parece simples de fazer, uma vez que eu preparo resenhas de livros desde quando me conheço por gente, leitor de *História do Mundo para as Crianças*, na versão de Monteiro Lobato. Tenho muitos cadernos com anotações críticas de livros, desde antes dos tempos de faculdade. Fazer mini-resenhas, no entanto, acreditem, é uma coisa difícil, bem mais difícil do que as habituais resenhas-artigos que eu sempre elaborei, bem ao estilo da *New York Review of Books*, uma assinatura habitual durante muitos anos, e que recentemente voltei a retomar, morando novamente nos Estados Unidos. Resumir o conteúdo de um livro inteiro em dez linhas, que é de rigor no Prata da Casa, é uma coisa difícil, sendo mais difícil ainda acrescentar algum julgamento sumário sobre a obra, o que também nunca deixei de fazer, mesmo sob risco de descontentar algum colega de carreira, até mais alto na hierarquia.

Devo dizer, de imediato, que aqui não figuram, nem seria possível, todos os livros publicados pelos diplomatas, mas apenas aqueles que eu escolhi resenhar, ainda que, de vez em quando, eu receba, sem solicitar, obras publicadas por colegas. Uns poucos não figuram por uma razão muito simples: seu interesse e seu valor intrínseco justificavam, em lugar de uma simples nota, uma grande resenha, *en bonne et due forme*. As obras assim distinguidas foram publicadas em outro formato, em outros veículos, uma ou outra até no boletim da ADB, mas não na seção Prata da Casa.

Ao assumir o encargo, eu me impus, deliberadamente, esse formato camisa-de-força: dez linhas, ponto, sem apelação. Assim, ninguém poderia reclamar de alguma preferência suspeita do resenhista por algumas obras em detrimento de outras, caso eu me entusiasmasse verdadeiramente por algumas delas. Como diria Henry Ford, ao pôr à venda o seu famoso modelo T: “você tem o direito de escolher qualquer cor, desde que seja preta!” No Prata da Casa, autores famosos ou ilustres desconhecidos têm direito às dez linhas regulamentares e nada mais além disso; bem, eles também têm direito a algum elogio final, ou até a alguma reclamação por um ou outro aspecto que eu julgue apropriado.

Muitos outros livros não entraram no Prata da Casa e não figuram aqui por não terem sido julgados merecedores de um registro formal, mas as razões são várias e eu não preciso me estender sobre elas. Por deformação própria, derivada de meu *background* acadêmico e cultural, não sou muito propenso a resenhar, porque também leio pouco, literatura de modo geral; poesia menos ainda, embora sempre me digam que é uma pena (o que eu concordo em parte). As poucas peças existentes nesta compilação que se enquadram na categoria “letras” mal ultrapassam 10% do total, ou seja, 17 obras sobre 168 livros selecionados. Na verdade,

um a menos – e é o único que mereceu duas mini-resenhas – já que entrou primeiro como edição de autor, mais adiante como publicação comercial. Mas devo dizer que gostei de vários livros de contos e de alguns romances, dentre os muitos disponíveis para leitura e anotação. Desculpo-me com meus colegas poetas e prosadores, alguns até romancistas de sucesso, se eles não entraram no fatídico boletim, mas eu sou um viciado incurável – o que certamente deve ser doentio – em literatura acadêmica, aquela coisa que dá voltas em torno da questão, sem matar logo de cara algum personagem, sem resolver de imediato algum grande problema social, ocupando-se apenas de algum tema diplomático, supostamente relevante.

A quase totalidade das mini-resenhas aqui presentes figurou em encarnação anterior desta obra, chamada justamente de *Prata da Casa*: mas era um livro enorme, de mais de 600 páginas, compilando também as resenhas-artigos sobre livros de diplomatas, bem como de livros de não diplomatas, mas tratando dos temas da agenda de política externa brasileira e de relações internacionais de modo geral. Aqui, para tornar a obra mais manejável, eu me limitei unicamente às mini-resenhas preparadas para a seção Prata da Casa do boletim ADB, inclusive acrescentando outras, feitas mais recentemente, que não constavam do livrão anterior (que continua disponível na plataforma Academia.edu ou no meu site ou blog). Existem duas ou três exceções, que foram objeto, digamos assim, de censura política – uma vez que eu nunca escondi o que penso – mas eu não preciso identificá-las. Talvez o mesmo tipo de censura que impediu que este livro fosse publicado, como tinha sido inicialmente planejado, pela Funag, quando a grande maioria dos livros aqui coletados foi por ela publicada. Mas, eu não preciso me estender sobre isso, não é leitores?

De fato, os colegas diplomatas são preferencialmente publicados – e supostamente lidos – pelos próprios diplomatas, no caso pela Fundação Alexandre de Gusmão, entidade que divulga, institucionalmente, boa parte da produção feita na própria Casa de Rio Branco. Com exceção da literatura – embora existam ensaios culturais – são geralmente teses do Curso de Altos Estudos selecionadas para divulgação, em alguns casos de maneira muito rápida, o que até dificulta alguma edição mais bem cuidada, conforme os padrões habitualmente encontrados, por exemplo, nas “University press” dos EUA. Nesse período de dez anos em que estive à frente do Prata da Casa – mais exatamente atrás, pois ela não leva assinatura –, a Funag publicou centenas de livros, entre teses do CAE, trabalhos do Instituto Rio Branco, transcrições de seminários por ela organizados, obras diversas realizadas pelos diplomatas num ambiente acadêmico ou profissional, bem como muitos outros trabalhos de acadêmicos voltados para o estudo de temas que pertencem ao universo intelectual das relações internacionais e da política externa do Brasil. A Funag também publicou algumas poucas

obras no gênero literário, que resultaram de concursos patrocinados por ela e pelo Itamaraty, dentro e fora do Brasil. Mas esse acervo está bem menos representado aqui, em virtude das afinidades eletivas do resenhista com a produção na área de humanidades. Quem sabe algum outro diplomata, dotado de veia literária, não se apresenta para começar a resenhar poesia, contos, romances, novelas de espionagem e até de terror diplomático? Certos ambientes se prestam muito bem a distopias e divagações orwellianas...

Continuando: à pletora de papel impresso pela própria Casa, eu acrescentei edições comerciais e até livros de autor, mas que também apresentavam “afinidades eletivas” com o universo dos diplomatas e da diplomacia, em especial a brasileira. Ou seja, a amostra aqui reunida é representativa do que melhor se publicou dentro e fora do Itamaraty, nas últimas décadas, podendo, assim, servir como uma espécie de diretório da produção especializada nessa área. Os professores e estudantes de relações internacionais, bem como pesquisadores de temas da diplomacia brasileira e os próprios diplomatas, encontrarão aqui mini-resenhas de tudo o que de mais importante foi publicado nesses campos pelos diplomatas brasileiros nos últimos dez anos. Ficaram de fora, como já expliquei, as resenhas mais longas, de livros de diplomatas, bem como de livros de não diplomatas sobre os temas internacionalistas, vários deles escritos por colaboradores habituais de atividades acadêmicas do Ministério das Relações Exteriores. As 500 páginas que “sobraram” da edição anterior do *Prata da Casa* serão objeto de reorganização e publicação posterior, provavelmente em dois novos volumes.

Uma diferença possui este pequeno livro em relação à primeira parte daquela edição: em lugar de apenas compilar as mini-resenhas linearmente, eu as dividi em quatro partes distintas (embora possa haver sobreposição no caso de alguns títulos que cabem num universo mais abrangente), ainda que as mini-resenhas figurem sempre cronologicamente, segundo sua data de publicação. São as seguintes: 1) política externa e diplomacia brasileira; 2) história do Brasil e história diplomática brasileira; 3) relações internacionais, política e economia mundiais; e 4) literatura, sociologia e cultura. Embora eu tenha suprimido um índice final de obras e autores, acredito que esta divisão pode ajudar os leitores a encontrar mais facilmente as áreas de pesquisa ou de interesse intelectual que os motivem mais.

Este livro é, portanto, uma pequena amostra da produção intramuros que se encontra em grande medida disponível no site da Funag. Ele tem a vantagem, talvez o incômodo, de lembrar aos pesquisadores e aos jovens estudantes da área quanto coisa ainda precisa ser lida para se obter, ao menos pela súmula do que se publicou de mais relevante, uma espécie de curso ex-cátedra de diplomacia prática, como também de memória histórica, além de oferecer alguns poucos exemplos da boa literatura produzida pelos diplomatas. Nesse sentido,

ele é uma obra de referência sobre a produção acumulada nas últimas décadas que deve interessar a todos nós, profissionais, pesquisadores acadêmicos ou aspirantes à carreira.

Ao longo da última década – e suponho que venha a continuar enquanto o vício persistir – eu tive um grande prazer em compulsar todos esses livros – que se encontram, quase todos, incorporados à minha biblioteca – e em preparar essas mini-resenhas para simples informação dos colegas de carreira, e de alguns outros que por acaso tenham acesso ao boletim da ADB (como deve ser o caso das representações estrangeiras instaladas em Brasília). Espero que os eventuais leitores desta edição livre também encontrem algum prazer a percorrer estas páginas, que muitos já conheciam do boletim. Os leitores “externos” terão aqui “pílulas” que eventualmente os incitarão a recorrer às fontes originais, algumas aliás já fora do mercado.

Minha vocação de resenhista só estará completa quando eu puder satisfazer um projeto antigo, para o qual seria preciso encontrar ainda veículo apropriado. Fazer resenhas de livros “desaparecidos” – não como num romance à la Borges, ou de Umberto Eco, ou até, numa vertente mais leve, de Carlos Ruiz Zafón –, de obras de grandes autores, ou clássicos, que tenham sido publicados mais de 150 anos atrás. Se encaixaria relativamente bem num outro projeto que desenvolvo, de “clássicos revisitados”, através dos quais já pude reescrever o *Manifesto* de Marx, o *Príncipe*, de Maquiavel, um pouco de Tocqueville, outro tanto de Sun Tzu, e mais algumas ideias em torno do *Animal Farm* de Orwell. Nunca é tarde para ler livros antigos. Aliás, porque 150 anos para trás? Não existe um cálculo muito preciso, mas é que eu estimei que, com todos os livros que ainda me esperam, em minha biblioteca e fora dela, eu ainda vou precisar de mais ou menos 150 anos suplementares para terminar sua leitura.

Como aquele personagem mitológico bifacial, eu também olho para a frente e para trás. Tenham todos bom-proveito com estes livros mais modernos, aguardando alguns mais antigos graças ao empenho e ao amor pelos livros deste resenhista incurável.

Paulo Roberto de Almeida
Um bibliomaníaco...
Hartford, 16 de outubro de 2014

Índice Geral

Primeira Parte

Política Externa e Diplomacia Brasileira

pág. 27

- Flávio Saraiva e Amado Cervo (orgs.): *O crescimento das relações internacionais no Brasil*
- Samuel Pinheiro Guimarães: *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*
- João Clemente Baena Soares: *Sem medo da diplomacia: depoimento ao Cpdoc*
- Fernando de Mello Barreto: *Os Sucessores do Barão, 2: relações exteriores, 1964-1985*
- Paulo Roberto de Almeida: *O estudo das relações internacionais do Brasil*
- Paulo Nogueira Batista Jr. (org.): *Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil*
- Denis Rolland; Antonio Carlos Lessa (coords.): *Relations Internationales du Brésil*
- Celso Amorim: *Conversas com Jovens Diplomatas*
- L. F. Lampreia, M. Azambuja, R. Abdenur, R. Ricupero: *A Política Externa Brasileira*
- Edgard Telles Ribeiro: *Diplomacia Cultural: seu papel na diplomacia brasileira*
- Rubens Barbosa: *O Dissenso de Washington*
- Paulo Roberto de Almeida: *Relações internacionais e política externa do Brasil*
- Renato L. R. Marques: *Duas Décadas de Mercosul*
- Gelson Fonseca: *Diplomacia e Academia*
- Luís C. Villafañe G. Santos: *O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*
- Antonio A. Cançado Trindade: *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional*
- Rubens Antonio Barbosa: *Interesse Nacional & Visão de Futuro*
- Clóvis Brigagão e Fernanda Fernandes (orgs.): *Diplomacia brasileira para a paz*
- André Amado: *Por Dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata*
- Celso Amorim: *Breves Narrativas Diplomáticas*
- Fernando Guimarães Reis: *Por uma academia renovada: formação do diplomata brasileiro*
- Paulo Roberto de Almeida: *Nunca Antes na Diplomacia...: a política externa brasileira em tempos não convencionais*

Segunda Parte

História do Brasil e História Diplomática Brasileira

pág. 37

- Paulo Roberto de Almeida: *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*
- CHDD: *A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863 a 1867*
- Milton Torres: *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial*
- Vasco Mariz (org.): *Brasil-França: relações históricas no período colonial*
- Marcelo Raffaelli: *A Monarquia e a República: relações Brasil-Estados Unidos no Império*
- Luís C. Villafañe G. Santos: *El Imperio del Brasil y las Repúblicas del Pacífico, 1822-1889*
- Teresa Dias Carneiro: *Otávio Augusto Dias Carneiro, um pioneiro da diplomacia econômica*

Secretaria dos Estrangeiros: *O Conselho de Estado e a política externa do Império, 1863-1867*

Luiz Felipe de Seixas Corrêa (org.): *O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2006*

Carlos Alberto Leite Barbosa: *Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros*

Carlos Henrique Cardim: *A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo*

Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero (orgs.): *A Abertura dos Portos*

Evaldo Cabral de Mello: *Nassau: governador do Brasil holandês*

Carlos Kessel: *Tesouros do Morro do Castelo: Mistério nos subterrâneos do Rio de Janeiro*

Roberto Campos: *A Lanterna na Popa: Memórias*

Oswaldo Munteal Filho et alii (orgs.): *Estado e Sociedade no Brasil do AI-5*

Eugênio Garcia (org.): *Diplomacia Brasileira: Documentos Históricos, 1493-2008*

João Alfredo dos Anjos: *José Bonifácio, o primeiro Chanceler do Brasil*

Vasco Mariz: *Temas da política internacional: ensaios, palestras e recordações diplomáticas*

Sérgio Corrêa da Costa: *Le nazisme en Amérique du Sud: Chronique d'une guerre secrète*

Paulo Roberto Palm: *A Abertura do Amazonas à Navegação e o Parlamento Brasileiro*

Luiz Felipe de Seixas Corrêa: *O Barão do Rio Branco: Missão em Berlim – 1901/1902*

Flavio Mendes de Oliveira Castro: *Dois séculos de história da organização do Itamaraty*

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão: *A Revolução de 1817 e a História do Brasil*

Ovídio de Andrade Melo: *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty*

Luís Gurgel do Amaral: *O Meu Velho Itamaraty*

Fernando Cacciatore de Garcia: *Fronteira Iluminada*

Oscar S. Lorenzo Fernandez: *Três Séculos e uma Geração*

Paulo R. de Almeida, Rubens Barbosa (orgs.): *Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil*

Sidnei J. Munhoz e F. C. T. Silva (orgs.), *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*

Alberto da Costa e Silva (coord.): *História do Brasil Nação: 1808-1830*

Eugenio Vargas Garcia: *O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU*

Maria Theresa Diniz Forster: *Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil*

Miguel Gustavo de Paiva Torres: *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática*

Luiz Fernando Ligiéro: *A Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável*

San Tiago Dantas: *Política Externa Independente*

Fernando de Mello Barreto: *A Política Externa Após a Redemocratização*

Renato L. R. Marques: *Duas Décadas de Mercosul*

Adolpho Justo Bezerra de Menezes: *O Brasil e o mundo ázio-africano*

Vasco Mariz: *Depois da Glória: ensaios históricos sobre história do Brasil e de Portugal*

Gustavo Henrique M. Bezerra: *A Política Externa Brasileira e a Questão Cubana, 1959-1986*

Luiz Felipe de Seixas Corrêa (org.): *O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2011*

Francisco Doratioto: *Relações Brasil - Paraguai: afastamento, reaproximação, 1889-1954*

Luís Cláudio Villafañe G. Santos: *Duarte da Ponte Ribeiro: pionero de amistad Brasil-Perú*

Joaquim Nabuco: *My Formative Years*

Manoel Gomes Pereira (org.): *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*

Synesio Sampaio Goes Filho: *As Fronteiras do Brasil*

José Vicente Pimentel (org.), *Pensamento Diplomático Brasileiro, 1750-1964*

Denis Rolland, avec Marie-José Ferreira dos Santos e Simele Rodrigues (org.): *Le Brésil, territoire d'histoire: Historiographie du Brésil contemporain*

Renato Mendonça: *História da Política Exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)*

Guilherme Frazão Conduru: *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*

Fernando Cacciatore de Garcia: *Como Escrever a História do Brasil: Miséria e*

Rafael Souza Campos de Moraes Leme: *Absurdos e milagres : um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo (1930-1960)*

João Augusto Costa Vargas: *Um mundo que também é nosso : o pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro*

Rogério de Souza Farias: *A palavra do Brasil no sistema multilateral de comércio (1946-1994)*

Francisco Doratioto: *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*

Vasco Mariz: *Nos bastidores da diplomacia: memórias diplomáticas*

Terceira Parte

Relações Internacionais, Política e Economia Mundiais

pág. 69

José Augusto Lindgren Alves: *Os direitos humanos na pós-modernidade*

Paulo Antonio Pereira Pinto: *Taiwan – um futuro formoso para a ilha?*

Paulo Antonio Pereira Pinto: *Iruan nas renaixões asiáticas*

Luís Fernando Corrêa da Silva Machado: *Brasil e investimentos internacionais*

Otávio Augusto Drummond Cançado Trindade: *O Mercosul no Direito Brasileiro*

Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo: *Bolívia: a criação de um novo país*

Antonio Cachapuz de Medeiros (org.): *Desafios do Direito Internacional Contemporâneo*

Marcelo Böhlke: *Integração Regional e Autonomia do seu Ordenamento Jurídico*

Maria Nazareth Farani de Azevedo: *A OMC e a Reforma Agrícola*

Alexandre Guido Lopes Parola: *A Ordem Injusta*

Sérgio Eduardo Moreira Lima: *A Time for Change*

Omar L. de Barros e Sylvia Bojunga (eds.), *Potência Brasil: Gás natural, energia limpa*

Vera Cíntia Alvarez: *Diversidade cultural e livre-comércio: antagonismo ou oportunidade?*

Tarcísio Costa: *As duas Espanhas e o Brasil*

Antonio de Aguiar Patriota: *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo*

Ciro Leal M. da Cunha: *Terrorismo e Política Externa Brasileira Após o 11 de Setembro*

Rômulo Figueira Neves: *Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana*

Nelson A. Jobim, Sergio W. Etchegoyen, João Paulo Alsina (orgs.): *Segurança Internacional*

José Augusto Lindgren Alves: *Viagens no Multiculturalismo*

Michel Arslanian Neto: *A Liberalização do Comércio de Serviços no Mercosul*

Daniel Costa Fernandes: *A Política Externa da Inglaterra*

Fernando Pimentel: *Fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial*

Sarquis José Buainain Sarquis: *Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil*

Ademar Seabra da Cruz: *Diplomacia, sistemas nacionais de inovação: estudo comparado*

José Estanislau do Amaral: *A diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos*
 Letícia Frazão Alexandre: *O Tratamento Especial e Diferenciado: do GATT à OMC*
 Felipe Hees e Marília Castañon Penha Valle (orgs.): *Dumping, Subsídios e Salvaguardas*
 André Heráclio do Rêgo: *Os Sertões e os Desertos: o combate à desertificação*
 Maria Feliciano N. Ortigão: *O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT)*
 Emerson Coraiola Kloss: *Transformação do Etanol em Commodity*
 Paulo Roberto de Almeida: *Integração Regional: uma introdução*
 Augusto César B. de Castro: *Os bancos de desenvolvimento e a integração da América do Sul*
 Ricardo Luís Pires: *A Nova Rota da Seda: caminhos para a presença brasileira na Ásia*
 Luiza Lopes da Silva: *A questão das drogas nas relações internacionais*
 Elias Luna A. Santos: *Investidores soberanos, política internacional e interesses brasileiros*
 Douglas Wanderley de Vasconcellos: *Esporte, poder e relações internacionais*
 José Vicente Sá Pimentel (org.): *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*
 Sílvio José Albuquerque e Silva: *As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo*
 Elisa de Sousa Ribeiro (coord.), *Direito do Mercosul*
 Antônio Augusto Cançado Trindade: *Os tribunais internacionais contemporâneos*
 Ronaldo Mota Sardenberg: *O Brasil e as Nações Unidas*
 André Aranha Corrêa do Lago: *Conferências de desenvolvimento sustentável*
 Ana Patrícia Neves Tanaka Abdul-Hak: *O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil*
 Eugênio V. Garcia: *Conselho de Segurança das Nações Unidas*
 Carlos Márcio B. Cozende: *Instituições de Bretton Woods*
 Luiz Maria Pio Corrêa: *O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI): organizações internacionais e crime transnacional*
 Marcelo P. S. Câmara: *A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel*
 José Ricardo da Costa Aguiar Alves: *O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e suas propostas de reforma*
 José A. Lindgren Alves: *Os novos Bálcãs*
 Paulo Estivallet de Mesquita: *A Organização Mundial do Comércio*
 Sergio Florencio: *Os Mexicanos*
 Ted Goertzel and Paulo Roberto de Almeida (eds.): *The Drama of Brazilian Politics: From Dom João to Marina Silva*

Quarta Parte

Literatura, Sociologia e Cultura

pág. 97

Felipe Fortuna: *Em Seu Lugar: poemas reunidos*
 José Vicente Lessa: *O autoengano coletivo: uma crítica do ideário nacional brasileiro*
 Alberto da Costa e Silva: *Das mãos do oleiro: aproximações*
 André Heráclio do Rêgo: *Famille et Pouvoir Regional au Brésil*
 Murilo Vieira Komniski: *Buritizal*
 Raul de Taunay: *Rosas da infância ou da estrela*

Agenor Soares dos Santos: *Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas em português*
Alexandre Vidal Porto: *Matias na cidade*
Armindo Branco Mendes Cadaxa: *No Jardim de Inverno*
Rubem Mendes de Oliveira: *A Questão da Técnica em Spengler e Heidegger*
Jorge Sá Earp: *O olmo e a palmeira*
Milton Torres: *No Fim das Terras e Andaimas*
Fernando Reis: *Falta um cão na vida de Kant*
Flávio de Oliveira Castro: *Caleidoscópio: cenas da vida de um diplomata*
Geraldo Holanda Cavalcanti: *Encontro em Ouro Preto: contos fantásticos*
Everton Vargas: *O Legado do Discurso: Brasilidade e Hispanidade no Pensamento Social*
Fernando Cacciatore de Garcia: *O Príncipe Irreal e o Poeta Errante*
André Heráclio do Rêgo: *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*
José Roberto de Almeida Pinto: *O Conceito de Poder nas Relações Sociais*
Adriano Silva Pucci: *O Averso dos Sonhos*
João Almino: *Escrita em contraponto: ensaios literários*
Jorge Sá Earp: *O Legado*
Alberto da Costa e Silva: *Castro Alves: um poeta sempre jovem*
Jorge Sá Earp: *O novelo*
Geraldo Holanda Cavalcanti: *As desventuras da graça*
Marcelo Cid: *Os Unicórnios*
Paulo Roberto de Almeida: *O Moderno Príncipe: Maquiavel Revisitado*
Carlos Augusto de Proença Rosa: *História da Ciência*
Fernando Cacciatore de Garcia: *Memórias de um homossexual na infância*
Marcelo Cid (org.): *Priapeia: Poesia erótica latina*
Fernando Guimarães Reis: *Caçadores de Nuvens: Em busca da Diplomacia*
Renato Mendonça: *A Influência Africana no Português do Brasil*
Geraldo Holanda Cavalcanti: *A herança de Apolo: Poesia, Poeta, Poema*
José Guilherme Merquior: *Liberalism, Old and New*
Renato L. R. Marques: *Memorabilia*
João Almino: *Free City*
Lauro Escorel: *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel*

Livros de Paulo Roberto de Almeida
pág.119

Nota sobre o autor
pág.121

Primeira Parte
Política Externa e Diplomacia Brasileira

José Flávio Sombra Saraiva e Amado Luís Cervo (orgs.): *O crescimento das relações internacionais no Brasil* (Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005, 308 p.; ISBN: 85-88270-15-3)

Trata-se de obra comemorativa dos cinquenta anos do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, fundado no velho Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 1954, e que a partir de 1958 passou a editar a, hoje decana na área, *Revista Brasileira de Política Internacional* (transferidos, instituto e revista, para Brasília em 1993). O volume compõe-se de dez capítulos, divididos em quatro partes, cobrindo respectivamente os problemas do conhecimento e ensino de relações internacionais no Brasil, poder nacional e segurança, os fluxos humanos e de conhecimento entre o Brasil e o mundo e, finalmente, as estruturas econômicas internacionais. Seus autores são quase exclusivamente acadêmicos, mas a “prata da Casa” é representada pelo diplomata Paulo Roberto de Almeida, que comparece com um extenso capítulo sobre as finanças internacionais do Brasil, uma perspectiva de meio século (1954-2004).

Samuel Pinheiro Guimarães: *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 455 p.)

Depois do sucesso (quatro edições, ao que consta) do seu *Quinhentos Anos de Periferia* (lançado em 1999), o SG-MRE volta a expor suas ideias neste livro composto já no cargo atual. Doze grandes ensaios tratando de política internacional, de problemas do desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Brasil, de questões regionais e da integração, de ameaças vindas da grande potência hegemônica e de aspectos culturais, com títulos bizarros como “O Alquimista”, “Macunaíma”, “A Onça e o Gato” e outros inspirados na literatura. O Brasil tem, ao que parece, grandes “vulnerabilidades externas”, mas precisa construir seu potencial num “cenário mundial violento, imprevisível e instável”. O autor não esconde sua oposição à política econômica do governo ao qual serve e pretende fortalecer o Estado ainda mais. Um programa completo para fazer o Brasil recuperar sua agenda própria de desenvolvimento, na linha de pensadores como Celso Furtado e outros representantes da corrente nacionalista.

João Clemente Baena Soares: *Sem medo da diplomacia: depoimento ao Cpdoc* (organizadores Maria Celina D'Araujo et alii; Rio de Janeiro: FGV, 2006, 126 p.)

Depois de vários outros diplomatas, o ex-SG-MRE e ex-SG-OEA dá seu depoimento ao Cpdoc, retrazendo os episódios de meio século de vida dedicados ao Itamaraty, com destaque para os seus dez anos de OEA, num período de retorno geral à democracia no hemisfério. Em tom leve, próprio às boas conversas, Baena relata causos interessantes da diplomacia brasileira, como o asilo concedido em 1959 ao opositor de Salazar, general Delgado, os anos da política externa independente, as dificuldades políticas do período militar (quando o Itamaraty, paradoxalmente, desfrutou de muita autonomia), quando ele foi SG-MRE (gestão Figueiredo), e a longa direção da OEA. Baena foi muito sincero e direto: ele acha, por exemplo, que política externa dispensa slogans, como aqueles que recorrentemente se usam para classificar uma determinada gestão diplomática ou estilo de relações exteriores. Todo o seu depoimento representa uma homenagem à profissionalização do Itamaraty e à continuidade da política externa brasileira.

Fernando de Mello Barreto: *Os Sucessores do Barão, 2: relações exteriores do Brasil, 1964-1985* São Paulo: Paz e Terra, 2006, 519 p.

A exemplo do primeiro volume desta obra, que cobria de fato o período pós-Barão, ainda que de modo lato (1912-1964), Fernando Barreto oferece, no presente livro, uma história das relações internacionais e da política externa do Brasil em seu sentido amplo, cobrindo tanto os episódios diplomáticos, *estricto sensu*, como o quadro mais amplo da economia e da política mundiais. A perspectiva é linear, como já tinha sido o caso no volume precedente: são seis chanceleres, de 1964 a 1985, ou seja, durante todo o período militar, quando cinco generais do Exército e uma junta militar ocuparam o poder no Brasil. Da intervenção na República Dominicana à Guerra das Malvinas, do TNP ao Acordo Nuclear com a Alemanha, passando pelos tratado de cooperação com os vizinhos (bacia do Prata, Amazônia, Itaipu), os principais episódios da diplomacia brasileira são tratados de forma por vezes minuciosa. Indispensável como referência para esses anos.

Paulo Roberto de Almeida: *O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia* (Brasília: LGE Editora, 2006, 388 p.; ISBN: 85-7238-271-2)

Dotado de uma perspectiva essencialmente didática, voltado para a pesquisa e o ensino das relações internacionais do Brasil e especialmente focado na história das relações econômicas internacionais, o livro oferece um panorama abrangente do itinerário seguido pelo Brasil no contexto mundial. Instrumento de pesquisa, tanto quanto de referência cronológica e de informação sobre a literatura disponível na área, a obra acompanha, de modo eclético, diversas disciplinas dos cursos de relações internacionais. O livro possui capítulos sobre a produção em relações internacionais do Brasil, com uma avaliação das obras relevantes de 1945 a 2006, bem como das tendências e perspectivas nesse campo, um estudo sobre o desempenho econômico do Brasil no contexto mundial, de 1820 até os dias atuais, uma análise da estrutura constitucional das relações internacionais no Brasil e textos sobre as periodização e a cronologia das relações internacionais, aliás desde antes da constituição do território e da nação, a partir de 1415. Completam o livro um guia da produção em relações internacionais e dos periódicos mais importantes da área, no Brasil e no mundo.

Paulo Nogueira Batista Jr. (org.): *Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil, Ensaios e Palestras* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 336 p.; ISBN: 978-85-7631-174-4)

Poucos diplomatas preservam, organizam e disponibilizam sua produção ao longo da carreira, talvez porque ela seja, na maior parte, aborrecidamente burocrática. Este não é certamente o caso do nacionalista PNB, que não apenas entregou arquivos ao Cpdoc, como guardou suas contribuições mais relevantes ao longo de uma carreira que se confunde com a defesa das causas nacionais, desde a era JK até o início dos anos FHC. Infelizmente desaparecido prematuramente, ele comparece agora através desta seleção de textos, elaborados entre 1983 (dois inéditos) até 1994, quando PNB se preocupava com o perfil do Mercosul e seus efeitos sobre a economia brasileira. São textos diplomáticos, mas que guardam a nítida marca de um pensador original.

Denis Rolland; Antonio Carlos Lessa (coords.): *Relations Internationales du Brésil: Les Chemins de la Puissance*; vol. I: *Représentations Globales* (Paris: Harmattan, 2010, 322 p.; ISBN: 978-2-296-13543-7; 2 volumes)

Um único diplomata brasileiro comparece nesta coletânea acadêmica de estudos (em francês e em inglês) sobre o Brasil no cenário global. Paulo Roberto de Almeida nela figura com um balanço da diplomacia de Lula, um período marcado por algumas controvérsias na frente externa. O que mais se empreendeu, na verdade, foram iniciativas para popularizar a figura do próprio presidente, com algumas brechas em princípios diplomáticos que o Brasil sempre defendeu no campo dos direitos humanos (votações em favor de ditaduras), na cláusula da não-intervenção (em Honduras, por exemplo) ou no terreno da não-proliferação (Irã). Sua contribuição desvenda o estilo, os procedimentos e os resultados de uma retórica diplomática nunca antes vista na história do Brasil. Já passou, mas atenção: pode voltar!

Celso Amorim: *Conversas com Jovens Diplomatas* (São Paulo: Benvirá, 2011, 600 p.; ISBN: 978-85-02-13537-6)

Estas “conversas” – na verdade palestras e aulas no Instituto Rio Branco –refletem com perfeição o que foi a diplomacia da era Lula, oito anos de profunda transformação na maneira de trabalhar, e mesmo de pensar, do Itamaraty, e até na política externa. Deve-se dizer que o chanceler de Lula (e, antes, de Itamar Franco) se esforçou bastante, junto com seu secretário-geral por sete anos, para mudar a maneira de trabalhar e de pensar no Itamaraty, em quase todos os temas tocados por essa diplomacia (e eles foram inúmeros, incontáveis), com especial ênfase na integração sul-americana, na tentativa de se conquistar uma cadeira permanente no CSNU e para finalizar a rodada de negociações comerciais multilaterais. Como são discursos de “história imediata”, provavelmente seu autor vai se dedicar a uma análise retrospectiva qualitativa, examinando quanto se conseguiu, ou não, nesse período “revolucionário”.

Antonio Carlos Pereira, Luiz Felipe Lampreia, Marcos Azambuja, Roberto Abdenur, Rubens Ricupero, Sebastião do Rego Barros e Sérgio Amaral: *A Política Externa Brasileira: presente e futuro* (Brasília: A+B Comunicação, 2009, 112 p.)

Palestras de seis diplomatas aposentados e de um jornalista, reunidos num encontro de análise crítica sobre a política externa da era Lula. A principal conclusão é a de que se assistiu a um “desmanche da política externa brasileira, cujo foco foi reduzido a, praticamente, um único objetivo, no momento inatingível: conseguir uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU”. Crítica talvez exagerada, pois houve muitas outras tentativas – e talvez igual número de fracassos – mas um outro recado perpassa: em oito anos, “o PT escolheu o caminho de apoiar governos com os quais se identifica ideologicamente, deixando de lado o profissionalismo e a isenção que sempre marcaram a diplomacia brasileira”. A diplomacia petista subverteu a máxima de Rio Branco: “em todo lugar me lembro do partido”.

Exagerados?

Edgard Telles Ribeiro: *Diplomacia Cultural: seu papel na diplomacia brasileira* (2ª. edição: Brasília: Funag, 2011, 128 p.; ISBN: 978-85-7631-297-0)

Ufa! Demorou exatamente 22 anos para que fosse reeditado um livro que já nasceu clássico, e que depois virou um clássico desaparecido, a ponto de não existir sequer na Biblioteca do Itamaraty (algum gatuno fascinado, certamente). Felizmente, ele agora também está disponível online no site da editora (que merece um *downgrade* a B *minus* pelo atraso na reedição). Intensamente requisitado como paradigma dos estudos nessa área sempre desprovida de fundos apropriados, o livro ainda promete alimentar uma longa fileira de novos trabalhos numa área que deveria ser renomeada de diplomacia da inteligência. O autor não ficou inativo durante esse longo desaparecimento: ele nos premiou com diversos livros de contos e alguns romances eletrizantes no intervalo. Quem sabe ele assassina o responsável pelo atraso num próximo romance?

Rubens Barbosa: *O Dissenso de Washington: Notas de um observador privilegiado sobre as relações Brasil-Estados Unidos* (São Paulo: Agir, 2011, 384 p.; ISBN: 978-85-220-1296-1)

Poucos embaixadores deixam memórias completas, e sinceras. Geralmente se trata da justificção de seus próprios atos, quando no comando das chancelarias. Não é o caso deste depoimento, cobrindo apenas uma pequena parte da longa carreira de Barbosa, mas uma etapa das mais importantes na política externa brasileira, quando ela deixou de ser estritamente diplomática para ser também, ou talvez essencialmente, partidária. Ao relato detalhado de sua gestão em Washington (1999-2004), numa conjuntura crucial para a política americana e as relações internacionais, há um longo capítulo final sobre a condução das relações bilaterais com os EUA na era Lula, no qual ele não deixa de registrar a mudança fundamental de visão em relação aos padrões anteriores, uma “motivação ideológica que mal disfarçava a intenção de se opor aos Estados Unidos e às políticas apoiadas por Washington...” (p. 336).

Paulo Roberto de Almeida: *Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização* (Rio de Janeiro: LTC, 2012, 309 p.; ISBN 978-85-216-2001-3)

Uma síntese acadêmica sobre a metodologia das relações internacionais do Brasil, uma compilação de largo espectro sobre a produção historiográfica acumulada a esse respeito, uma análise das diplomacias comercial e financeira do Brasil desde o final da Segunda Guerra Mundial, sem esquecer as crises financeiras e a tendência à regionalização comercial. A terceira parte integra estudos sobre a posição do Brasil no contexto da ordem global, com destaque para questões de segurança, assimetrias em relação às grandes potências e a governança econômica mundial, no contexto do multilateralismo dos séculos XIX e XX. Uma bibliografia abrangente das obras mais importantes sobre a interface internacional do Brasil completa essa consolidação da pesquisa acadêmica realizada por um conhecedor prático do terreno balizado.

Renato L. R. Marques: *Duas Décadas de Mercosul* (São Paulo: Aduaneiras, 2011, 368 p.; ISBN: 978-85-7129-581-0).

Negociador que presidiu, por assim dizer, ao nascimento do Mercosul, o autor está capacitado para contribuir com seu depoimento de testemunha de primeira mão ao esclarecimento das principais dificuldades que rondavam – ainda rondam – a consolidação desse bloco *sui generis* de integração econômica com pretensões a ser mais do que um simples agrupamento de liberalização comercial. A maior parte dos textos, fotografias de ocasião ou reflexões a quente enquanto o bloco era construído, é dos anos 1990, anteriores, portanto, às crises políticas e econômicas do final da década, que não parecem terem sido inteiramente superadas. A “nota introdutória” do ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia acha que o livro poderia ser chamado “Presente na Criação”, numa evocação das famosas memórias de Dean Acheson. Exagerado?

Gelson Fonseca: *Diplomacia e Academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica* (Brasília: Funag, 2011, 248 p.; ISBN: 978-85-7631-349-6)

Trata-se de tese de CAE, defendida em 1981, e publicada pela primeira vez com pequenas alterações cosméticas: a temática está explícita no longo subtítulo e pode-se dizer que a tese inaugurou a abertura do Itamaraty à academia, com a criação do IPRI, em 1985 (como sublinham os apresentadores institucionais). O próprio autor faz um posfácio de esclarecimentos sobre como o trabalho foi construído, ainda no regime militar, mas já num momento de abertura gradual. Num prólogo, um dos membros da banca, o embaixador Rubens Ricupero destaca justamente o princípio democrático como o eixo central do trabalho, mas traça também o percurso de predecessores a esse tipo de trabalho. Os capítulos 2 e 3 da tese fazem um exame de toda a bibliografia relevante sobre a diplomacia brasileira publicada até final dos 70.

Luís Cláudio Villafañe G. Santos: *O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira* (São Paulo: Unesp, 2012, 176 p.; ISBN: 978-85-393-0244-4)

Na sequência do anterior, *O Dia em que Adiaram o Carnaval* (2010), que também se interrogava sobre as peculiaridades da identidade brasileira, esta obra analisa as ideias e as obras do Barão no que elas têm de relevante para a criação de uma nacionalidade brasileira, naquilo que ela tem de mais significativo, que são os símbolos identitários da nação. Ele recua até a própria formação da diplomacia imperial (saquarema) e analisa de modo competente como, e com quais símbolos, o Barão veio a ser identificado com uma nova política externa, completando, no plano conceitual e na prática, a transição da velha ordem monarquista para o novo regime republicano. Pelo fato de ter completado o mapa do país, e de ser, também, um historiador, o Barão moldou, até hoje, a interpretação que se há de ter sobre a política externa do Brasil. Somos todos prisioneiros do Barão, ainda.

Antonio Augusto Cançado Trindade: *Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público*; vol. I: *período 1889-1898*; vol. II: *período 1899-1918*; vol. III: *período 1919-1940*; vol. IV: *período 1941-1960*; vol. V: *período 1961-1981*; vol. VI: *Índice Geral Analítico* (2ª. ed.: Brasília: Funag, 2012, 304, 588, 392, 448, 428 e 288 p.; ISBN: 978-85-7631-367-0; 978-85-7631-368-7; 978-85-7631-369-4; 978-85-7631-370-0; 978-85-7631-371-7; 978-85-7631-372-4)

Obra única no gênero, e até agora não imitada (para os períodos anterior e posterior aos cinco cobertos no plano da cronologia, e mais um volume de índice analítico), o excepcional trabalho do ex-consultor jurídico do MRE, e atual juiz da corte da Haia, constitui um instrumento extremamente útil a todos os pesquisadores que pretendam identificar e reproduzir os fundamentos da prática brasileira do direito internacional público, ou seja, das próprias bases da política externa, tendo em vista a forte adesão da diplomacia brasileira aos princípios e normas do direito. Retirados da “poeira” dos arquivos do Itamaraty e dos outros poderes, foram compilados os documentos mais representativos dos atos internacionais, da condição dos Estados, da regulamentação dos espaços, da condição das organizações internacionais e dos indivíduos, solução de controvérsias, conflitos armados e direito humanitário. Magnífico empreendimento!

Rubens Antonio Barbosa: *Interesse Nacional & Visão de Futuro* (São Paulo: Sesi-SP Editora, 2012, 328 p.; ISBN: 978-85-8205-059-0)

Nada do que é nacional, e do que é internacional, lhe é indiferente, ou seja, quase tudo. Consistente com o suposto de que, em face de tendências nefastas ao pensamento único, vindas de certas áreas, quem tem algo a dizer deve justamente se manifestar, o ex-embaixador na Aladi, em Londres e em Washington vem se expressando continuamente nas páginas do *Estadão* e do *Globo* desde que deixou a diplomacia ativa. São 76 artigos de jornal, mais quatro entrevistas e dois depoimentos no Senado, sobre a (des)ordem econômica global, o comércio exterior brasileiro, a política externa, a integração e o Mercosul, bem como sobre assuntos de defesa nacional. Um panorama importante do que vem ocorrendo nos governos Lula e Dilma, sempre sob a perspectiva do “Interesse Nacional”, que é, aliás, o nome da revista que ele edita desde 2008. Que fôlego!

Clóvis Brigagão e Fernanda Fernandes (orgs.): *Diplomacia brasileira para a paz* (Brasília: Funag, 2012, 292 p.; ISBN: 978-85-7631-389-2)

O livro carece de melhor ordenamento dos trabalhos, mas a contribuição dos diplomatas, vivos ou não, é preciosa, não apenas por resgatar textos “desaparecidos”, mas também por reunir diversas perspectivas sobre a temática do título, algumas idealistas, outras mais realistas. Synesio Sampaio Goes começa por Alexandre de Gusmão e o tratado de Madri (1750); Joaquim Nabuco comparece com um discurso na Universidade de Chicago em 1908; Araújo Castro com um artigo de 1978 sobre o sistema mundial da paz (ou não-guerra); segue-se Oswaldo Aranha, com uma conferência de 1937 na Universidade Bucknell, na Pensilvânia, e sua abertura dos debates na II AGNU, em 1947; finalmente, uma introdução da representante brasileira na ONU, Embaixadora Maria Luiza Viotti, em 2011, a uma nota conceitual do Brasil sobre a paz, mas que deveria ser uma apresentação ao livro. Pode melhorar...

André Amado: *Por Dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata* (Brasília: Funag, 2013, 184 p.; ISBN: 978-85-7631-425-7)

Uma boa exposição, e discussão, sobre diferentes aspectos da formação e do treinamento dos jovens diplomatas, e sobre como é, ou como deveria ser, o processo de socialização (alguns diriam domesticação) dos candidatos à carreira e seus novos membros. Pode servir como uma espécie de manual para o Instituto Rio Branco, do qual seu autor já foi diretor, embora mudar burocracias consolidadas é sempre mais difícil do que continuar do jeito que está. O livro também poderia se chamar “Por que me ufano do Itamaraty”, pois parece que sempre fomos excelentes em todas as frentes, desbancando até mesmo diplomatas de algumas grandes potências. O IRBr, na ideia de seus criadores, em 1946, deveria ser um centro de “investigação e ensino”, o que falta concretizar; mas o autor quer contribuir para tão nobre missão.

Celso Amorim: *Breves Narrativas Diplomáticas* (São Paulo: Benvirá, 2013, 168 p.; ISBN: 978-85-8240-025-8)

Dos cadernos do ex-ministro, notas sobre momentos cruciais, de 2002 a 2004 (e alguns desdobramentos ulteriores), da diplomacia “ativa e altiva”, como ele designa a sua gestão; mais adiante se acrescentou “soberana” à dita política externa. Trata-se de uma explicação e uma justificativa, *pro domo sua*, de alguns episódios desses anos: a invasão do Iraque pelos EUA, as tribulações do coronel Chávez, a implosão da Alca, o golpe de truco em Cancun, a aliança com a Índia e a África do Sul, as origens da Unasul e as andanças pela África. A história completa ainda vai ser contada, mas os escritos do ministro, entre eles *Conversas com Jovens Diplomatas* (2011), podem ser fontes primárias, desde que se confronte interpretações pessoais com análises independentes: a historiografia serve, justamente, para filtrar tais tipos de relatos.

Fernando Guimarães Reis: *Por uma academia renovada: formação do diplomata brasileiro* (Brasília: FUNAG, 2013, 398 p.; ISBN 978-85-7631-458-5)

Dizem que o serviço exterior se caracteriza pela excelência. O que não se sabe é se essa qualidade se deve a seu concurso de ingresso, notoriamente rigoroso, ou à sua academia diplomática, o Instituto Rio Branco. Ou seja, o material já era bom antes do ingresso na carreira, ou se fez melhor ao passar pelos bancos escolares do Rio Branco? Este livro trata dessa dúvida existencial, já revelada na frase introdutória de Heidegger, segundo quem todo questionamento é uma busca. O autor tenta responder, em cinco partes, cobrindo as marcas de nascença, os contrastes de personalidades, uma volta ao barão, a dúvida entre academia e instituto e uma proposta para uma academia renovada. Termina por uma nota altamente intelectual sobre a filosofia da educação, que talvez confirme que o Itamaraty é excelente a despeito, ou independentemente, do IRBr.

Paulo Roberto de Almeida: *Nunca Antes na Diplomacia...: a política externa brasileira em tempos não convencionais* (Curitiba: Appris, 2014, 289 p.; ISBN: 978-85-8192-429-8)

Tudo o que você sempre quis saber sobre a diplomacia companheira e nunca teve a quem perguntar? Agora talvez já tenha, sobre quase tudo. Em todo caso, figura aqui uma avaliação do que representaram, para a política externa, os anos do lulo-petismo, com a independência de um acadêmico que também integra a diplomacia. Existem episódios que ainda vão requerer pesquisa em arquivos para saber como foram exatamente decididos, e provavelmente lacunas subsistirão, tendo em vista justamente as características especiais de uma diplomacia que não partiu essencialmente de sua casa de origem, mas andou combinada a outros estímulos, não arquivados. Parece que ela foi ativa, altiva e soberana, como nunca antes tinha acontecido. Outros traços emergirão num futuro balanço, ainda sem data. A História a absolverá? A ver...

Segunda Parte
História do Brasil e História Diplomática Brasileira

Paulo Roberto de Almeida: *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império* (2ª edição; São Paulo: Editora Senac; Brasília: Funag, 2005, 680 p.; ISBN: 85-7359-210-9)

Parcialmente apresentada como tese de CAE em 1997, publicada originalmente em 2001, sai agora em edição revista e ampliada uma obra “fundadora” sobre os fundamentos e a evolução da diplomacia econômica, cobrindo as etapas iniciais e o desenvolvimento das relações econômicas internacionais no decorrer do século XIX. Prefaciada pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva, a obra aborda, em oito partes, as diversas vertentes da diplomacia econômica durante o Império, ademais de acompanhar a mudança de hegemonias, da libra ao dólar, já em pleno século XX. O volume compila ainda, do ponto de vista quantitativo, a mais extensa série de estatísticas históricas disponíveis, além de quadros analíticos que completam a informação qualitativa sobre essa diplomacia em perspectiva histórica. Uma cronologia do processo econômico colonial (de 1415 a 1822) completa o volume.

Centro de História e Documentação Diplomática: *A Missão Varnhagen nas Repúblicas do Pacífico: 1863 a 1867* (Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005; vol. 1: 1863 a 1865, 592 p.; vol. 2: 1866 a 1867, 508 p.)

O CHDD, dirigido de forma competente pelo Embaixador Álvaro da Costa Franco, vem empreendendo, desde 2002, um importante trabalho de recuperação de nossa história diplomática. Data desse ano o lançamento dos *Cadernos do CHDD*, cujo primeiro número trouxe artigos anônimos do Barão do Rio Branco e os testamentos do diplomata historiador Francisco Adolpho de Varnhagen, possivelmente feitos em Caracas em 1861 ou 1862. O número inaugural traz artigo de Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos sobre a memória de Duarte da Ponte Ribeiro, de 1832, sobre as repúblicas do Pacífico. O CHDD publica, a correspondência ativa e passiva do mesmo Varnhagen sobre sua missão nessas repúblicas, designado ministro residente no Chile, Peru e Equador. Essa época foi marcada pela guerra do Pacífico, entre a Espanha e o Chile e o Peru, e pela guerra da Tríplice Aliança, que aliás motivou divergências entre o Brasil e o Peru, resultando na interrupção das relações diplomáticas.

Milton Torres: *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva* (São Luis: Instituto Geia, 2006, 246 p.)

O diplomata gaúcho resgatou, da poeira dos arquivos históricos portugueses, as memórias de um magistrado lusitano que, no final do século XVIII veio ao Maranhão para ajudar a administrar aquela província do Império – que também incluía o Piauí – segundo os (então) bons princípios colbertistas, em sua versão pombalina. Tese doutoral apresentada na USP em 1997, o trabalho apresenta elementos conceituais e históricos para se avaliar a passagem do mercantilismo à fisiocracia e ao nascente liberalismo. Essas memórias podem ser lidas, graças à sua transcrição no livro, em confronto com as ideias de outro luminar da época, Silva Lisboa, introdutor de Adam Smith no circuito lusitano. Ambos foram contemporâneos, escreveram ao mesmo tempo, defendendo receitas antípodas sobre como administrar o Brasil: Joaquim Sabino estava preso, pelas ideias, ao mundo de Pombal, mas contemplava o nascimento da nova economia, sem contudo a ela aderir. Parece que a dicotomia continua ainda hoje...

Vasco Mariz (org.): *Brasil-França: relações históricas no período colonial* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006, 196 p.)

Cinco autores, incluindo o organizador, traçam um panorama abrangente das relações franco-brasileiras, desde os primórdios, com os primeiros exploradores da então América portuguesa, até a independência, com as missões culturais e científicas francesas que começam em 1816 e se estendem à plena autonomia. Os invasores foram menos bem sucedidos do que os artistas e cientistas: se os primeiros não conseguiram se apossar de territórios, os segundos deixaram riquezas até hoje visíveis, na arquitetura, nas artes e na memória coletiva. Vasco Mariz relata que, na revolução pernambucana de 1817, exilados franceses tentaram resgatar Napoleão de Santa Helena. O livro é de leitura agradável, de estilo literário, contendo uma seleta bibliografia ao final de cada um dos doze capítulos históricos. Um ensaio historiográfico final compila fontes históricas primárias para a pesquisa em torno da presença francesa no Brasil.

Marcelo Raffaelli: *A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império* (Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006, 290 p.)

Exemplo de síntese histórica, em sua objetividade e concisão, a compilação feita dos despachos e ofícios trocados pelos diplomatas dos dois países com suas respectivas secretarias de Estado compõe um relato saboroso das relações bilaterais entre os dois grandes países do hemisfério. Organizado tematicamente, antes que cronologicamente, o livro cobre desde o reconhecimento da independência brasileira até o fim do regime monárquico e a inauguração da República no Brasil. A obra faz a descrição sintética dos chefes de missão e suas respectivas instruções diplomáticas, analisa os problemas do tráfico escravo, da guerra de Secessão e da abertura do rio Amazonas à navegação internacional, bem como as questões políticas e jurídicas do relacionamento bilateral (arbitragens), ademais da própria visão que os enviados mantinham sobre o povo e o país no qual residiam. Excelente resumo das fontes primárias, com intenso apoio nos arquivos oficiais e em bibliografia equilibrada sobre essas relações.

Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos: *El Imperio del Brasil y las Repúblicas del Pacífico, 1822-1889* (Quito: Corporación Editora Nacional-UASB-Funag, 2007, 168 p.)

Trata-se da versão em espanhol do livro que resultou de sua dissertação de mestrado, já publicada no Brasil em 2002 pela Editora da UFPR (*O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com o Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, 1822-1889*). O autor já tinha publicado sua tese de doutoramento, um estudo sobre o Império e o interamericanismo, cobrindo o período que se estende do congresso do Panamá, em 1826, até a primeira conferência americana de Washington, em 1889-1890: *O Brasil entre a América e a Europa* (Unesp, 2004). Num momento em que o Brasil começa a criar um novo sistema de relações regionais que se articula em torno do conceito de América do Sul, Villafañe se consagra como o grande historiador de uma vasta região que constituiu nossa circunstância geográfica incontornável. Ele participa, atualmente, da “História Geral da América Latina”, imenso projeto sob coordenação da Unesco, com um estudo sobre “As Relações Interamericanas (1870-1930)”. Ele está na linhagem direta de Varnhagen, Rio Branco, Oliveira Lima e Evaldo Cabral de Mello.

Teresa Dias Carneiro: *Otávio Augusto Dias Carneiro, um pioneiro da diplomacia econômica* (Brasília: Funag, 2005, 134 p.)

Este livro inaugura a coleção “Personalidades da Política Externa da República”, que trará desde Rio Branco (a rigor um monarquista) e Rui Barbosa até San Tiago Dantas e Renato Archer (ou seja, personagens da política externa, não necessariamente diplomatas). Dias Carneiro foi, com Roberto Campos, um dos grandes economistas do Itamaraty, homem de múltiplos talentos, à vontade em temas de comércio internacional, energia nuclear, cooperação para o desenvolvimento, produtos de base e questões financeiras. Primeiro brasileiro a obter o título de doutor em economia pelo MIT, em 1951, sob a dupla orientação de Charles Kindleberger e de Paul Samuelson, deixou obra acadêmica de peso, na qual ressaltam um estudo de 1965 sobre a reforma monetária internacional do ponto de vista dos países em desenvolvimento e uma revisão da história econômica do Brasil, de 1920 a 1965, ambos em inglês. Vários de seus trabalhos acadêmicos permanecem inéditos. Mais conhecida é a sua atividade diplomática, em dezenas de foros multilaterais e também na frente interna, do governo brasileiro. Sua filha caçula retraça seu itinerário de vida e diplomático, ambos constrangidos pelo golpe militar de 1964. Poucos sabem que foi ele o desenhista da bandeira da Coréia do Sul, solicitado por um diplomata desse país. Sua obra ainda precisa ser divulgada mais amplamente.

Brasil. Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros: *O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros, 1863-1867* (Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2007, xxviii + 444 p.)

Este volume se coloca no imediato seguimento de seu irmão mais velho, que cobria o período 1858-1862 (publicado pelo CHDD em 2005) e retoma, como aquele, casos relevantes que interessavam à política externa do Império levados ao aviso do douto Conselho. Incluídos os temas consulares, todos eles informam sobre o exame cuidadoso e o tratamento sério que os órgãos do Estado concediam às questões diplomáticas. Muitos se referem às relações com os vizinhos, inclusive em nossa posição de credor da Argentina e do Uruguai. As restrições de então à “internacionalização” da Amazônia parecem inteiramente atuais. Curioso registrar que, em 1864, Brasil e Argentina ainda discutiam os termos de um tratado definitivo de paz, depois da convenção preliminar de 1828. Naquele mesmo ano, a Grã-Bretanha continuava a reclamar reparações por danos sofridos na revolta da Bahia de 1837. Bastante meticoloso, sem dúvida, mas talvez um pouco lento, o nosso serviço exterior do século XIX...

Luiz Felipe de Seixas Corrêa (organizador): *O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2006* (Brasília: Funag, 2007, 768 p.)

Reedição ampliada, da coleção de pronunciamentos feitos na abertura de cada Assembleia Geral, já coletados até o ano de 1995, no livro *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas*, comemorando o primeiro meio século da ONU. Seixas Corrêa teve o cuidado de recolocar no contexto histórico essas exposições sobre a postura do Brasil no cenário internacional, examinando as circunstâncias que presidiram à tomada de certas posições. Os discursos expressam os valores da diplomacia brasileira e permitem acompanhar a evolução do pensamento oficial em temas de relevância na agenda mundial. Muitos são previsíveis: reforma da Carta, ingresso do Brasil no CSNU, prioridade latino-americana, opção preferencial pela América do Sul, integração regional e apego ao multilateralismo e à solução pacífica de controvérsias. Algumas diferenças transparecem no período recente, como as menções às crises financeiras e à globalização, nos governos FHC, e a ênfase na justiça social e na correção das desigualdades, sob Lula. Um excelente instrumento de consulta e uma boa ferramenta de trabalho para seguir a longa duração da visão do mundo do Brasil oficial.

Carlos Alberto Leite Barbosa: *Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros* (São Paulo: Atheneu, 2007, 352 p.)

O governo do imprevisível (e inescrutável) Jânio Quadros durou exatos 205 dias, de janeiro a agosto de 1961, mas foi provavelmente um dos mais “empolgantes” – qualquer que seja o sentido que se dê a essa palavra – que a história política do Brasil conheceu. O jovem diplomata Leite Barbosa, formado em 1959, acompanhou-o enquanto espectador privilegiado, lotado que esteve no gabinete do presidente do começo ao fim, ou melhor, antes mesmo, pois que participou de sua campanha eleitoral. O livro, muito bem pesquisado e recuperando no “baú” da memória fatos e pessoas que a história documentada não registrou, oferece uma contribuição excepcional ao estudo da política externa do sisudo chefe de Estado, contraditório nas ações e surpreendente nas palavras. São reproduzidos alguns dos seus famosos “bilhetinhos”, tão difíceis de cumprir quanto, na verdade, entender. Um livro de um verdadeiro *insider*, indispensável, doravante, aos pesquisadores do período.

Carlos Henrique Cardim: *A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 350 p.)

Rui não foi um diplomata profissional, mas ele poderia, tranquilamente, ser considerado o “pai intelectual” da moderna diplomacia brasileira: ele nos legou um conjunto de posições que fazem parte do nosso corpo jurídico e que integram nossa tradição de política internacional. Esta monografia comprova que Rui foi muito maior do que o registrado na literatura da nossa política externa, mesmo sem ter deixado uma obra centrada nas relações internacionais. Sua obra de ativo “internacionalista” está dispersa em centenas de artigos, pareceres, discursos, orações e preleções jurídicas, mas sobretudo nas declarações que fez, muitas vezes de improviso, na II Conferência da Paz da Haia (1907). Cardim selecionou os expedientes e organizou um dossiê abrangente sobre a atividade e o pensamento de Rui em temas internacionais; ele nos traz o defensor da igualdade soberana das nações, que ocupa lugar de destaque na atual diplomacia brasileira. O livro tem uma saborosa iconografia com charges dos mais famosos humoristas brasileiros de um século atrás.

Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero (organizadores): *A Abertura dos Portos* (São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, 352 p.)

Este livro coletivo – seis autores portugueses e seis brasileiros, entre os quais dois diplomatas – vai muito além do título reducionista, abordando todo o contexto político e econômico do sistema colonial, a disputa entre as potências europeias, a transferência da corte, em 1808, e suas consequências, tanto para o Brasil, como para Portugal. Ricupero evidencia inclusive o que ele considera serem os pontos de contato entre, de um lado, o decreto de abertura dos portos e os tratados de 1810, e, de outro, o projeto da Alca, proposto pelos Estados Unidos em 1994. Paulo Roberto de Almeida faz uma análise do contexto econômico colonial e da gradual emergência de uma economia voltada para a acumulação interna, no contexto das relações econômicas internacionais e dos processos de transformação do sistema econômico no início do século XIX. Uma rica iconografia ilustra este livro, que fica como um marco comemorativo destes dois séculos desde o alvará “libertador do comércio”.

Evaldo Cabral de Mello: *Nassau: governador do Brasil holandês* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 289 p.)

A biografia do príncipe alemão, convertido em administrador do mais importante empreendimento capitalista do Brasil colônia, pelo maior historiador regional do Brasil – talvez maior historiador brasileiro *tout court* – integra a coleção perfis brasileiros, que já nos deu biografias de D. Pedro I, a de seu filho, e de alguns outros. A bem da verdade, o Brasil não pertenceu à Holanda, mas à Companhia das Índias Ocidentais. Evaldo Cabral desmente vários mitos em torno dessa personagem ao mesmo tempo republicana e aristocrática, cujos anos brasileiros foram o ponto alto de sua vida. Boxer, o grande historiador do mundo português, disse que Nassau não foi só um administrador competente, mas um homem à frente do seu tempo, com o que concorda Evaldo. Daí a achar que um Brasil assoviando ter-se-ia convertido numa espécie de Holanda tropical vai uma grande distância: a despeito dos percalços, ele modernizou consideravelmente o Nordeste português. Infelizmente, as boas sementes que ele deixou se apagaram no rastro da expulsão e da recuperação luso-brasileira.

Carlos Kessel: *Tesouros do Morro do Castelo: Mistério e história nos subterrâneos do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008, 103 p.)

Uma antiga lenda urbana, de quase dois séculos, queria que o Morro do Castelo, arrasado pela prefeitura carioca em 1922, abrigasse fabulosos tesouros subterrâneos, deixados pela Companhia de Jesus, ao ser expulsa do Brasil em 1759. Posto que só tivessem sido recolhidos meros 500 mil réis com os jesuítas, o mito dos tesouros escondidos cresceu ao longo dos anos. O historiador Kessel retraça esta incrível aventura arqueológico-fantasia, com base numa rigorosa pesquisa de arquivo e em uma rica compilação iconográfica. Suas “antiquilhas” e memórias do Rio de Janeiro vão muito além do Morro do Castelo, pois que ele percorre a trajetória histórica da cidade com tanta atenção quanto aquela dedicada à leitura de velhos papéis. O diplomata farejador foi atrás do “rastros fascinante do ouro e da cobiça, por vezes se mostrando abertamente, por vezes oculto e envergonhado”. Nossa recompensa, longe das míticas toneladas de ouro dos jesuítas, é a de dispor agora de um fascinante relato sobre a formação da cidade do Rio de Janeiro. Vale um título de cidadão emérito!

Roberto Campos: *A Lanterna na Popa: Memórias* (4a. ed. rev. e aum.; Rio de Janeiro: Topbooks, 2001-2004, 2 vols.)

O mais conhecido dos diplomatas-economistas, também foi um prolífico escritor e um polêmico debatedor público, ademais de ministro do Planejamento e, nessa condição, um dos grandes arquitetos do conjunto de reformas empreendidas pelo regime militar em sua primeira fase. Depois disso foi embaixador em Londres e, não tendo conseguido ser chanceler, como provavelmente gostaria de ter sido, começou uma carreira de político, sempre nadando a contracorrente das tendências da época. Como Raymond Aron, teve a satisfação de ganhar de seus adversários, mas já no final da vida. Vale reler, por exemplo, pois válida ainda hoje, seu debate na TVE com Luiz Carlos Prestes, em 1985: Campos era especialista em desarmar adversários com base na lógica mais cristalina. Esta quarta edição apenas corrige erros menores no texto principal e agrega, tão simplesmente, discursos de posse: na Academia Brasileira de Filosofia, na “curva” dos 80 anos (1997), o discurso de despedida na Câmara dos Deputados e o de posse na Academia Brasileira de Letras (1999).

Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas (organizadores): *‘Tempo Negro, temperatura sufocante’: Estado e Sociedade no Brasil do AI-5* (Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2008; 396 p.)

O Itamaraty não passou incólume pelo mais emblemático instrumento da ditadura militar, como revela Paulo Roberto de Almeida, num capítulo sobre o Itamaraty em tempos de AI-5: “Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante”. Na verdade, o “enquadramento” tinha começado bem antes, em plena era McCarthy, quando vários diplomatas foram afastados arbitrariamente por integrar uma suposta “célula Bolívar” de orientação comunista. O golpe de 1964 produziu uma segunda onda de cassações, completada pela ação implacável do AI-5, que representou, certamente, uma espada de Dâmocles sobre a cabeça dos diplomatas progressistas. Apesar de alguns exercícios de “diplomacia blindada” na região, o Itamaraty talvez nunca tenha sido tão “livre”, paradoxalmente, quanto nesses tempos, de pequeno escrutínio parlamentar e de quase total controle da Casa pelos próprios diplomatas, o que nunca tinha sido o caso antes. Soldados e diplomatas aprenderam a se respeitar mutuamente, não sem algumas sequelas inevitáveis num ambiente de constrangimentos políticos.

Eugênio Vargas Garcia (org.): *Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos 1493-2008* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, 752 p.; ISBN: 978-85-7866-009-3)

Praticamente não há precedentes, no Brasil, para este enorme volume de diplomacia prática, salvo dois ou três compêndios parciais e defasados no tempo. Ela compila 500 anos de história com documentos por vezes inéditos para o público leigo e mesmo para os especialistas da área. Não apenas uma obra de referência, ela oferece um guia seguro, por vezes bizarro, das relações internacionais do Brasil. Assim, além de tratados “fundadores”, figura, por exemplo, um pacto, de 1827, entre o governador de Buenos Aires e mercenários alemães a serviço de D. Pedro I, pelo qual o primeiro “comprava” os segundos e instava-os a conquistarem pela força a província de Santa Catarina, para ali instalar um governo republicano. Sempre existem surpresas, num pesado volume de 750 páginas. Recomenda-se saborear aos poucos...

João Alfredo dos Anjos: *José Bonifácio, o primeiro Chanceler do Brasil* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, 424 p.; ISBN: 978-85-7631-098-3)

José Bonifácio não foi apenas o primeiro chanceler, mas, simultaneamente, o titular da pasta do Império, equivalente à do Justiça e do Interior, e, anteriormente à independência, dos Negócios do Reino. Inteiramente condizente com suas qualidades polivalentes e de homem de grande densidade intelectual. Esta tese de CAE constitui o mais completo estudo da atividade diplomática de Bonifácio, com base em fontes primárias e ampla literatura de apoio (quase 500 notas). Nosso primeiro ministro dos negócios estrangeiros preocupou-se também com as forças armadas e via o Brasil como uma “potência transatlântica”. Com a possível exceção de Rio Branco, o Brasil nunca teve um chanceler como ele. O livro, pelo seu valor historiográfico e seu estilo elegante, merece uma nova edição, para o grande público.

Vasco Mariz: *Temas da política internacional: ensaios, palestras e recordações diplomáticas* (Rio de Janeiro: Topbooks, 2008, 431 p.; ISBN: 978-85-7475-162-7)

Prolífico escritor, longevo diplomata, musicólogo de renome, com muitas contribuições à cultura popular brasileira, Vasco Mariz reuniu desta vez seus escritos mais “sérios”, ou pelo menos todos aqueles que guardam a memória de suas aventuras diplomáticas. Por eles ficamos sabendo de sua cotovelada em Nikita Krushev, do dia em que o Brasil salvou o Marechal Tito, da canhestra tentativa de Jânio Quadros de anexar Angola ao Brasil ou de como o regime dos generais afastou a possibilidade de que Dom Helder Câmara fosse premiado com o Nobel da Paz. Seu maior mérito é justamente o de não guardar para si suas muitas histórias diplomáticas. Os anexos trazem retratos de personalidades políticas brasileiras e de artistas e escritores. Este é o seu 57º. livro: que não seja o último deste diplomata nascido em janeiro de 1921.

Sérgio Corrêa da Costa: *Le nazisme en Amérique du Sud: Chronique d'une guerre secrète 1930-1950* (2ème édition; Paris: Ramsay, 2008, 464 p.; ISBN: 978-2-84114-904-9).

Trata-se da versão francesa do livro *Crônica de uma Guerra Secreta, Nazismo na América: A conexão argentina* (Record, 2004), com pequenas diferenças formais. Diplomata em Buenos Aires, nos anos finais da Segunda Guerra, Corrêa da Costa penetrou nos arquivos argentinos e copiou papéis relevantes para a história passada e a segurança contemporânea do Brasil, numa fase em que nazistas circulavam livres, protegidos por Perón e seus companheiros fascistas. A edição brasileira tem um índice onomástico ausente da edição francesa, que por sua vez tem notas agrupadas ao final. Observações pessoais do autor são integradas a uma pesquisa em obras e documentos da época e à leitura da literatura secundária. Síntese breve: Perón foi bem pior do que se admite geralmente nos registros históricos, para o Brasil e para a própria Argentina.

Paulo Roberto Palm: *A Abertura do Rio Amazonas à Navegação Internacional e o Parlamento Brasileiro* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 100 p.; ISBN: 978-85-7631-017-4)

O livro é o resultado de uma dissertação de mestrado defendida na UnB em 1984 e, apesar da bibliografia não ter sido atualizada, ele conserva toda a validade como pesquisa histórica. As premissas e conclusões se alinham inteiramente com a interpretação oficial do processo de abertura, no qual estiveram envolvidos não só a chancelaria, mas também o Conselho de Estado e o Parlamento. Naquela época, antes e depois da Guerra do Paraguai, se temia tanto pela soberania brasileira na Amazônia como ainda recentemente, fruto de uma paranoia nunca totalmente curada quanto à cobiça estrangeira sobre nossas fabulosas riquezas naturais. Palm analisa de forma competente as pressões estrangeiras – potências e ribeirinhos –, a reação brasileira e o conflito doutrinal no Parlamento, antes do decreto imperial de abertura, de 1866.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa: *O Barão do Rio Branco: Missão em Berlim – 1901/1902* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 140 p.; ISBN: 978-85-7631-161-4)

Este livro de história é muito mais do que anuncia o seu título e bem maior do o número declarado de páginas: ele trata da Alemanha e do Brasil na virada do século 20, da presença alemã no Brasil e das relações entre os dois países durante a longa gestão do Barão à frente da chancelaria brasileira, além, é claro, de seu objeto próprio. Seixas corrige os dois biógrafos mais importantes, Álvaro Lins e Luiz Viana Filho: Berlim foi mais que um “intervalo” ou um breve “interlúdio” (18 meses). Apoiado nos documentos diplomáticos das duas chancelarias, Seixas mostra como Rio Branco operou uma chefia de missão sobretudo pragmática e orientada a resultados efetivos. Então como agora, potências europeias disputavam o Brasil como mercado de armas e o problema das dívidas brasileiras já figurava no cardápio das cobranças alemãs. Em Berlim, o Barão arma a estratégia que levaria à incorporação do Acre ao Brasil.

Flavio Mendes de Oliveira Castro e Francisco Mendes de Oliveira Castro: *Dois séculos de história da organização do Itamaraty; 1: 1808-1979; 2: 1979-2008* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 640 e 332 p.; ISBN: 978-85-7631-136-2 e 978-85-7631-158-4)

O que já era, na edição original – há muito esgotada – da UnB, uma história minuciosa da estrutura evolutiva do Ministério dos Negócios Estrangeiros, depois Relações Exteriores, tornou-se agora um relato completo sobre a Casa que passou a chamar-se Itamaraty já na República. A despeito do tom burocrático, trata-se de obra absolutamente indispensável a todo pesquisador que queira desvendar os segredos da alegada excelência da Casa na defesa dos interesses nacionais. Os Castros, reunidos para o segundo volume e o enriquecimento do primeiro merecem cumprimentos pelo trabalho excepcional de compilação – e apresentação, em tom ameno – dos mais importantes documentos que balizam a construção de uma das melhores instituições diplomáticas do hemisfério sul (e talvez, também, de várias partes do norte).

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão: *A Revolução de 1817 e a História do Brasil: um estudo de história diplomática* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 352 p.; ISBN: 978-85-7631-171-3)

Segunda edição de uma obra relevante na historiografia da revolução em Pernambuco, cujos vínculos internacionais foram pesquisados com uma competência raramente vista nos anais da diplomacia brasileira. Em duas partes, a obra analisa a correspondência diplomática portuguesa e estrangeira a partir de capitais europeias, de Washington e do Prata, para reconstituir as ligações internacionais dos revoltosos do Recife; na segunda parte, a obra discute a opção pela monarquia no Brasil, a partir do impacto dessa revolução talvez mais federalista do que republicana, bem como a repercussão do precedente haitiano no Brasil do começo do século 19: a imagem de escravos eliminando seus senhores brancos deve ter assustado as elites do Império. Poderia o Brasil ter sido um grande Haiti? Questão para uma história virtual...

Ovídio de Andrade Melo: *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 192 p.; ISBN: 978-85-7631-175-5)

Em três partes, o depoimento trata da política nuclear e da recusa ao TNP, do reconhecimento de Angola (com telegramas secretos revelados) e dos périplos afro-asiáticos do embaixador aposentado; na quarta parte, Ovídio diz que fez a sua parte ao tentar remover do Itamaraty ideias antiquadas e desajustadas, entre elas a decisão de se assassinar o TNP. Um dos fantasmas do passado é o imperialismo dos EUA na América Latina, um mofo muito pegajoso, a crer no embaixador. Cabem elogios ao “simpático casal Kirchner”, referências a “explosões nucleares pacíficas” e certa nostalgia pelas posições que o Brasil exibia no passado. O livro é importante pelo depoimento em si, menos talvez pela mensagem que pretende transmitir aos atuais removedores de mofo, pois caberia distinguir qual camada, exatamente, remover...

Luís Gurgel do Amaral: *O Meu Velho Itamarati (De Amanuense a Secretário de Legação) 1905-1913* (2ª. ed. Revista; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, 504 p.; ISBN: 978-85-7631-105-8).

Com uma primeira edição em 1947, para relatar memórias de cem anos atrás, a obra tem sabor e conteúdo de amenidades fagueiras e um compreensível *vieux style*, inclusive na linguagem machadiana. Tempos em que o velho Palácio do Itamaraty acolhia bailes suntuosos – “Felizes eram aqueles que tinham os seus nomes nas listas do Protocolo, os trezentos de Gideão...” – nos quais o autor “rodopiava sem competidores”. Os telegramas expedidos pela Western Union eram caros, e os ofícios ainda redigidos à mão, o que justificava o uso do tempo para afazeres mais amenos, como incursões em lancha e subidas frequentes a Petrópolis (inclusive para escapar da febre amarela, a dengue da Primeira República). Leitura agradável, talvez com *pince-nez* e algum licor caseiro, mas poucos elementos substantivos para a história real.

Fernando Cacciatore de Garcia: *Fronteira Iluminada: História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul, a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)* (Porto Alegre: Sulina, 2010, 330+16 p.; ISBN: 978-85-205-0555-7)

Uma obra destinada a superar os clássicos de história das fronteiras, pelo menos no que se refere à fixação dos limites meridionais do Brasil, ainda antes que a nação tivesse sua atual conformação geográfica. Uma pesquisa minuciosa, uma escrita saborosa, ilustrações e mapas originais, uma edição cuidadosa, que honra as melhores tradições de historiadores e escritores diplomáticos. Na verdade, trata-se bem mais que uma simples história dos conflitos lindeiros entre espanhóis e portugueses, ou entre brasileiros e uruguaios; é uma história política do extremo sul, onde o povo optou por ser brasileiro, quando poderia ter sido autônomo (e certamente teria motivos para afirmar sua independência, pelo menos intelectual). Uma bibliografia exaustiva confirma o imenso volume de documentos e relatos historiográficos consultados pelo autor, nesta construção primorosa, ela mesma iluminada.

Oscar S. Lorenzo Fernandez: *Três Séculos e uma Geração* (Brasília: Funag, 2010, 368 p.; ISBN: 978-85-7631-261-1)

O livro é exatamente o que o título indica: um diplomata, nascido no início do século XX, que carregava ainda as marcas do século XIX, chega ao século XXI para relatar seu brilhante itinerário, que é o de uma geração que pretendeu modernizar o Brasil e conseguiu, pelo menos parcialmente. Poucos brasileiros dessa geração que atravessou o dramático século XX possuem o estofamento intelectual, a formação acadêmica, a experiência de vida, a vivência internacional e os conhecimentos econômicos e em ciência e tecnologia do embaixador Lorenzo Fernandez, e poucos diplomatas seriam capazes de retratar esse itinerário, numa obra tão rica de informações, de opiniões e de argumentos embasados na mais pura lógica e na herança acumulada pelas civilizações ao longo do tempo. Estupendo.

Paulo Roberto de Almeida, Rubens Antônio Barbosa, Francisco Rogido Fins (organizadores): *Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil: coleções documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos* (Brasília: Funag, 2010, 244 p.; ISBN: 978-85-7631-274-1)

Elaborado sob forma de um manual de ajuda ao pesquisador, este diretório de arquivos históricos e de fundos documentais disponíveis para o estudo do Brasil em instituições públicas e universitárias dos EUA é extremamente útil ao analista das relações bilaterais. Em termos práticos, ele pode poupar três ou quatro meses na missão de prospecção inicial de todo e qualquer pesquisador, brasileiro ou americano, interessado em explorar o rico manancial de documentos que estão depositados nos EUA e ligados de alguma forma ao Brasil. Além de relacionar fundos e coleções, o Guia instrui sobre como liberar documentos ainda classificados como sigilosos. Um serviço de utilidade pública para todos aqueles que investigam o Brasil a partir da visão americana sobre nossa política, nossa economia e nossa cultura naquelas fontes.

Sidnei J. Munhoz e Francisco Carlos Teixeira da Silva (orgs.): *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI* (Maringá: Editora da UEM, 2011, 576 p.; ISBN: 978-85-7628-372-0)

Um único diplomata comparece nesta coletânea de estudos sobre as relações bilaterais por historiadores e cientistas políticos: Paulo Roberto de Almeida, com um trabalho sobre essas relações durante os dois governos FHC (1995-2002). Ele aproveita para rever o padrão histórico do relacionamento, examina a emergência dos contenciosos na era militar e na redemocratização e constata a melhoria do ambiente, no contexto das boas relações pessoais que mantinham FHC e Bill Clinton. A existência de diferenças de opinião quanto às políticas regionais ou, por exemplo, a divergência de interesses no campo comercial não impediram uma grande convergência entre os dois países. A era Lula-Bush, a despeito da vontade proclamada de intensificar os laços, viu as divergências crescerem novamente. Era a diplomacia soberana, ativa e altiva, em ação. Há que tentar outra vez...

Alberto da Costa e Silva (coordenador); Rubens Ricupero (colaborador): *História do Brasil Nação: 1808-2010*; vol. 1: *Crise Colonial e Independência: 1808-1830* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, 280 p.; ISBN: 978-85-390-0275-7)

Dois diplomatas neste primeiro volume de uma coleção que está sendo preparada em coordenação com uma equipe espanhola, focando os 200 anos das autonomias latino-americanas: o próprio coordenador do volume, acadêmico Costa e Silva, que, ademais de assinar uma introdução sobre as “marcas do período”, responde também por um primeiro capítulo sobre população e sociedade; Rubens Ricupero traça o panorama do “Brasil no mundo” nesse período, desde os fatores externos da independência até o fracasso da guerra na Cisplatina e o envolvimento de D. Pedro I com os problemas da ex-metrópole. Ambas as bibliografias são literatura secundária, mas dentre autores consagrados. Existem ainda capítulos sobre a vida política, o processo econômico e a cultura. Uma obra doravante indispensável.

Eugenio Vargas Garcia: *O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, 458 p.; ISBN: 978-85-7866-044-4)

O autor vem construindo uma obra consistente de história diplomática brasileira: primeiro, pelo exame da participação – e espetacular saída – do Brasil na Liga das Nações; depois, pelo exame da política externa na década de vinte, passando também por compêndios cronológicos e de documentos históricos; agora, por esse muito bem construído relato histórico sobre nossa quase aceitação como membro do CSNU, em 1945. Como para as obras anteriores, a leitura cuidadosa dos arquivos brasileiros, a consulta a fontes externas indispensáveis, o encadeamento dos documentos e dos depoimentos, tudo isso numa linguagem fluída, como convém aos historiadores que escrevem para o grande público. O poder de veto foi usado de forma preventiva, contra o Brasil; sobrou um gosto amargo que alguns buscam hoje superar.

Maria Theresa Diniz Forster: *Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil: o legado de um pioneiro e sua relevância atual para a diplomacia brasileira* (Brasília: Funag, 2011, 220 p.; ISBN: 978-85-7631-331-1)

Um dos mais importantes historiadores diplomatas, senão o maior, Oliveira Lima andava um tanto esquecido, a despeito mesmo da republicação de alguns dos seus livros nos últimos anos. Este “embaixador intelectual do Brasil” mereceu uma bem pesquisada tese de CAE, que, depois de traçado seu perfil biográfico, coloca em perspectiva suas contribuições à diplomacia brasileira, tanto a de cem anos atrás, quanto a atual. A autora compulsou todas as obras do “Dom Quixote Gordo”, leu tudo o que se escreveu sobre ele e oferece suas próprias reflexões e ponderações sobre esse bibliófilo que morreu num exílio auto-imposto e que legou sua preciosa biblioteca à Catholic University of America. Desavenças com figuras importantes da República estão na raiz desse limbo: uma grande perda, para a diplomacia e para o Brasil.

Miguel Gustavo de Paiva Torres: *O Visconde do Uruguai e sua atuação diplomática para a consolidação da política externa do Império* (Brasília: Funag, 2011, 212 p.; ISBN: 978-85-7631-329-8)

Paulino José Soares de Sousa teve atuação destacada nos dois momentos em que chefiou o ministério dos negócios estrangeiros, no final dos anos 1840 e no início da década seguinte, confrontando a diplomacia arrogante das grandes potências e o arbítrio do caudilho Rosas, da vizinha Argentina, a quem venceu pelas tratativas diplomáticas (mentor que foi da missão do Visconde de Rio Branco) e também com o auxílio das armas. O autor realizou extensa pesquisa nas fontes primárias para reconstituir os principais episódios em que Uruguai se destacou: “foi uma pedra no caminho”, escreve ele, de vários representantes estrangeiros, tal o seu empenho na defesa dos interesses brasileiros. Uma futura edição precisa corrigir os erros de atribuição de trabalhos a Leslie Bethell, quando este foi de fato o coordenador da série de história da América Latina.

Luiz Fernando Ligiéro: *A Autonomia na Política Externa Brasileira - a Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?* (Brasília: Funag, 2011, 412 p.; ISBN: 978-85-7631-348-9).

Tese de doutoramento defendida na UnB, constitui uma demonstração cabal da famosa mudança na continuidade, que caracterizaria, segundo a quase totalidade dos diplomatas, a diplomacia brasileira (ou, pelo menos, a do Itamaraty). Mas ocorrem mudanças surpreendentes, como justamente os dois exemplos aqui enfocados: a PEI, do início dos anos 1960, e a política de Geisel e de Azeredo da Silveira, mais de uma década depois. A comparação se dá tanto pelo lado dos discursos, quanto pelo da implementação das políticas, nas diversas áreas. O exame é exaustivo e o leque de autores consultados é impressionante, sem esquecer os depoimentos dos principais atores, direta (testemunho gravado) ou indiretamente (arquivos do Cpdoc, por exemplo). Falta uma bibliografia consolidada nesta edição.

San Tiago Dantas: *Política Externa Independente – Edição Atualizada* (Brasília: Funag, 2011, 372 p.; ISBN: 978-85-7631-304-5)

San Tiago Dantas é, por assim dizer, um diplomata honorário, tendo sido chanceler no parlamentarismo e, antes disso, delegado brasileiro em diversas reuniões internacionais. A utilidade desta reedição é a de não apenas compilar novamente os textos (discursos e palestras) já editados pela Civilização Brasileira em 1962, acrescida de cinco novos originais, dois deles de diplomatas: um do embaixador Afonso Arinos, publicado originalmente em seu livro *Atualidade de San Tiago Dantas* (Lettera, 2005), e outro, precioso, do embaixador Gelson Fonseca que introduz os “colóquios da Casa das Pedras”, reuniões de planejamento político que San Tiago conduzia com diplomatas, em 1961, sobre temas relevantes da agenda diplomática brasileira. Celso Amorim e Marcílio Marques Moreira também comparecem com relatos pessoais e reflexões esclarecedoras.

Fernando de Mello Barreto: *A Política Externa Após a Redemocratização*; tomo 1: 1985-2002; ; tomo 2: 2003-2010 (Brasília: Funag, 2012, 746 e 670 p.; ISBN: 978-85-7631-363-2 e 978-85-7631-382-3)

Continuidade formal e substantiva das duas obras anteriores, *Os Sucessores do Barão* (para os períodos 1912-1964, e 1964-1985, respectivamente), os dois volumes, agora enfeixados sob o signo da redemocratização, cobrem minuciosamente, gestão por gestão, todos os atos e fatos da diplomacia brasileira, segundo uma divisão temática predominantemente geográfica (por regiões e países relevantes), mas também quanto às áreas de política multilateral e de economia externa, terminando pelo próprio serviço exterior brasileiro. São manuais indispensáveis para seguir o itinerário da diplomacia conduzida pelo Itamaraty (no primeiro período: 1985-2002) e, adicionalmente (no segundo período: 2003-2010), sob influência partidária; mais racionais do que os repertórios do MRE (uma simples compilação de pronunciamentos oficiais), os relatos de cada gestão seguem, no entanto, o discurso oficial, em todos os seus matizes.

Renato L. R. Marques: *Duas Décadas de Mercosul* (São Paulo: Aduaneiras, 2011, 371 p.; ISBN: 978-85-7129-581-0)

Segunda edição de obra publicada pessoalmente pelo autor, em 2010, cobrindo os anos 1989-1999, e que agora vem ampliada com capítulo inicial, elaborado em 2011, fazendo uma síntese da trajetória do Mercosul, nos seus primeiros vinte anos. Mais do que uma reconstituição histórica, se trata do depoimento de um negociador que teve papel destacado na conformação do que foi o Mercosul comercial, até o bloco ser desviado para objetivos mais políticos a partir de 2003. O texto de síntese introdutória oferece, em suas 90 páginas, um relato das diversas etapas vencidas, das dificuldades enfrentadas e das razões pelas quais o Mercosul adotou o seu formato de união aduaneira incompleta, de natureza intergovernamental. Obra essencial para todo historiador que pretenda escrever a história real, não alguma fábula ideal, sobre o Mercosul em sua verdadeira essência.

Adolpho Justo Bezerra de Menezes: *O Brasil e o mundo ázio-africano* (Brasília: Funag, 2012, 372 p.; ISBN: 978-85-7631-387-8)

Publicado originalmente em 1956 e legítimo predecessor da atual política Sul-Sul, o livro em questão foi a primeira, e durante muitos anos a única, análise das duas regiões do ponto de vista da diplomacia brasileira, não apenas circunscrita às realidades coloniais então predominantes nos continentes africano e asiático, uma vez que também trata das primeiras conferências (Colombo, Bogor, Bandung) que marcariam a era pós-colonial. Reconhece a liderança americana, mas fala de uma futura liderança a brasileira, propondo medidas para a atuação diplomática brasileira nas duas regiões, inclusive no que se refere a uma comunidade luso-brasileira, antecipando também, portanto, os esforços atuais em torno da CPLP. São transcritos trechos de documentos oficiais, mas também testemunhos recolhidos pessoalmente pelo autor, o que converte o livro, na prática, em fonte primária.

Vasco Mariz: *Depois da Glória: ensaios históricos sobre personalidades e episódios controvertidos da história do Brasil e de Portugal* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, 376 p.; ISBN: 978-85-200-1058-7)

Conhecido historiador, fino analista e alto vulgarizador da música, da cultura e da diplomacia do Brasil, o autor teve uma carreira diplomática exemplar, desde 1945, em postos importantes, nos quais sempre divulgou as coisas do país, para dentro e para fora. A oito anos de seu centenário, Vasco Mariz nos brinda com ensaios já publicados em revistas e com conferências em torno do que fizeram 18 personagens escolhidas (de Cabral a Nabuco) depois que alcançaram fama e prestígio públicos. Muitos deles são nossos velhos conhecidos, portugueses, brasileiros ou estrangeiros (como Estácio de Sá, Vieira ou Nassau), mas alguns são relativamente ignotos, como o general italiano Giovanni di Sanfelice, Conde de Bagnuoli, que salvou a Bahia dos holandeses de Nassau, justamente, mas a serviço da coroa espanhola. Sabem os baianos que ele chegou a ser designado governador provisório de Salvador? Vasco Mariz nos revela, essa e outras.

Gustavo Henrique Marques Bezerra: *Da Revolução ao Reatamento: A Política Externa Brasileira e a Questão Cubana (1959-1986)* (Brasília: Funag, 2012, 376 p.; ISBN: 978-85-7631-381-6)

Poucos temas diplomáticos, ou políticos, foram, e são, tão passionais, no espectro ideológico, interno e externo, quanto a revolução cubana e as reações do Brasil em relação aos rumos do único regime marxista do hemisfério. Cuba é, ao mesmo tempo, um assunto diplomático e de política interna, com todas as paixões associadas a esse dossiê, que começa em 1959 e vem aos nossos dias. Esta tese de CAE, revista e ampliada, segue o relacionamento bilateral, e as implicações da revolução cubana durante a Guerra Fria, desde o ano inaugural da revolução até o reatamento em 1986, passando pelas crises de 1962 (suspensão de Cuba da OEA e crise dos mísseis soviéticos) e pelo rompimento, em 1964. Modelo de pesquisa histórica, e de apresentação de documentos diplomáticos, a nova obra é metodologicamente impecável, perfeita no plano redacional e excepcional no desenvolvimento do argumento.

Luiz Felipe de Seixas Corrêa (org.): *O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2011* (3ª. ed.; revista e ampliada; Brasília: Funag, 2012, 986 p.; ISBN: 978-85-7631-390-8)

A obra retoma o trabalho já conduzido nas duas precedentes edições, compilando, neste novo e alentado volume, os discursos da fase final do governo Lula e o primeiro da atual administração. Ademais de permitir ao pesquisador o contato com esse conjunto de posicionamentos gerais da diplomacia brasileira no plano multilateral, a obra situa e analisa cada um dos pronunciamentos no contexto do sistema internacional e dos desafios colocados ao Brasil, em cada uma das 66 assembleias gerais. Os chanceleres apresentam a obra em suas respectivas edições (Lampreia, Amorim e Patriota); mais interessantes, porém, são as introduções gerais do organizador, em cada uma delas, e, sobretudo, seus comentários iniciais, para cada ano, aos temas principais da atualidade internacional, regional e nacional. Trabalho precioso de documentação e de avaliação da nossa presença diplomática e do nosso mais acalentado desejo: a cadeira permanente no CSNU.

Francisco Doratioto: *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)* (Brasília: Funag, 2012, 552 p.; ISBN: 978-85-7631-384-7)

O autor é “quase-diplomata”, por virtudes de matrimônio e pela longa colaboração intelectual com o MRE, de cuja academia diplomática é professor, e por sua presença em bancas do CAE. Já renomado por outros trabalhos acadêmicos sobre o país vizinho, além da monumental revisão historiográfica sobre a “maldita guerra” da Tríplice Aliança, o historiador retrata, nesta obra que é sua tese de doutorado na UnB, o turbulento itinerário político do Paraguai, em especial no que concerne as relações, sempre ambivalentes, com Argentina e Brasil. Publicada primeiramente em espanhol, sob o título de *Una Relación Compleja*, o trabalho segue a influência política brasileira na política interna guarani, desde o início da República até a ascensão de Stroessner, passando pelo relativo afastamento, na era do Barão, até o adensamento das relações a partir da Segunda Guerra.

Luis Cláudio Villafañe G. Santos: *Duarte da Ponte Ribeiro: pionero de la diplomacia y amistad entre Brasil y Perú* (Lima: Embajada de Brasil en el Perú, 2012, 132 p.; ISBN: 978-612-46323-0-3)

Belo exemplo de promoção cultural, a ser seguido em casos semelhantes: o relato original, tanto diplomático quanto antropológico, num estilo de Baedeker político, que o ministro brasileiro nas repúblicas do Pacífico, uma espécie de Indiana Jones a cavalo, fez de suas andanças e peripécias na então Confederação Peruana-Boliviana e do que observou da situação econômica, política, social, diplomática e militar na região andina, durante mais de duas décadas, na primeira metade do século XIX. Ele foi um grande promotor da doutrina do *uti possidetis*, que tanto assistiria o Brasil na consolidação das fronteiras nas décadas seguintes, até Rio Branco. Ele fez mais: deixou descendentes no Peru, pois seu filho se casou com uma peruana: alguns deles estiveram no lançamento da obra na Embaixada em Lima.

Joaquim Nabuco: *My Formative Years* (Oxford: Signal Books, 2012, 204 p.; ISBN: 978-1-908493-66-8)

Tradução de *Minha Formação*, por Christopher Peterson, com introdução do historiador Leslie Bethell (*Cambridge History of Latin America*), um dos grandes nomes do brasilianismo anglo-saxão. É um empreendimento que a Editora Bem-Te-Vi, associada aos descendentes de Nabuco, vem seguindo para comemorar o centenário da morte do grande ascendente, no seguimento da publicação dos volumes resultantes dos colóquios nas universidades de Yale e Wisconsin em 2009, duas das muitas universidades que acolheram as reflexões intelectuais do primeiro embaixador do Brasil nos EUA. As edições brasileiras da obra são bem conhecidas, a última com introdução de Alfredo Bosi, pela Editora 34 (2012); Bethell enriqueceu muito esta edição, com a contextualização da vida e do pensamento do grande abolicionista.

Manoel Gomes Pereira (org.): *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória* (Brasília: Funag, 2012, 748 p.; ISBN: 978-85-7631-413-4)

Um volume dessa magnitude pede mais de dez linhas; elas permitem apenas alinhar os nomes dos colaboradores diplomatas, junto a muitos outros da academia. Pela ordem do índice: Georges Lamazière, Vasco Mariz, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Gonçalo Mello Mourão, Rubens Ricupero, Celso Amorim, Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Carlos Henrique Cardim, Paulo Roberto de Almeida, Gelson Fonseca Jr., Synesio Sampaio Goes Filho, Guilherme Frazão Conduru e Fernando Guimarães Reis. Impossível resumir suas contribuições nesta nota; elas são, de um lado, eruditamente embasadas em materiais historiográficos; de outro, apoiadas numa reflexão sobre a permanência do Barão na atual diplomacia brasileira: sim, ele continua sendo um dos ídolos espirituais, certamente o maior, nessa Santa Casa.

Synesio Sampaio Goes Filho: *As Fronteiras do Brasil* (Brasília: FUNAG, 2013, 140 p.; ISBN 978-85-7631-430-1; Coleção Em Poucas Palavras)

O autor é o maior especialista no tema, depois de ter escrito sobre Alexandre de Gusmão e todos os demais navegantes, exploradores e diplomatas que aumentaram o pequeno território conquistado em Tordesilhas. Professor de história diplomática, ele está plenamente habilitado para apresentar uma temática que já foi tratada por antecessores tão brilhantes quanto pragmáticos, entre eles o próprio Barão. Este, justamente, resolveu todas as questões de limites que vinham do período colonial e tinham sido tratados, vários sem conclusão, pela diplomacia imperial. Tanto a obra dos exploradores, quanto a dos diplomatas foi impressionante, pelo fato de aumentar enormemente o território nacional pela via pacífica. O Brasil foi “uma história que deu certo” conclui o autor, com base nos dois grandes princípios de Alexandre de Gusmão: as fronteiras naturais e o *uti possidetis*.

José Vicente Pimentel (org.): *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)* (Brasília: FUNAG, 2013, 1138 p. em 3 volumes; ISBN 978-85-7631-462-2)

Um projeto monumental do órgão intelectual do Itamaraty, consistindo em estudos analíticos sobre 26 personagens relevantes das relações internacionais do Brasil, entre diplomatas de carreira, políticos e intelectuais que moldaram o pensamento e a ação da diplomacia brasileira ao longo de mais de dois séculos; começa com Alexandre de Gusmão, diplomata português nascido no Brasil, e vai até o último chanceler da República de 1946, Araújo Castro, um diplomata de carreira, passando pelo Barão do Rio Branco e Oswaldo Aranha. Assinam as colaborações, sob a coordenação do presidente da Funag, quinze diplomatas e treze acadêmicos, todos especialistas nos personagens ou nos períodos enfocados nas três partes da obra. Referência doravante indispensável para o estudo do pensamento diplomático brasileiro, o projeto merece continuar.

Denis Rolland, avec Marie-José Ferreira dos Santos e Simele Rodrigues (org.): *Le Brésil, territoire d'histoire: Historiographie du Brésil contemporain* (Paris: L'Harmattan, 2013, 306 p.; ISBN 978-2-336-30512-7; Recherches Amériques Latines)

Diversos acadêmicos brasileiros participam deste empreendimento coletivo, inclusive colaboradores do Itamaraty e do Instituto Rio Branco, mas um único diplomata: Paulo Roberto de Almeida, que comparece com um texto de síntese bibliográfica sobre a historiografia econômica do final do século 19 ao início do século 21, destacando os grandes nomes da produção nacional nessa área. Em quatro partes são examinadas a historiografia política, a econômica e social, a da cultura e a de relações internacionais, com uma predominância de colaboradores brasileiros, especialmente convidados para a obra. Os organizadores introduzem a obra sublinhando os vínculos tradicionais entre a historiografia francesa e a brasileira, fornecem dados sobre o crescimento da produção histórica brasileira e apresentam os trabalhos dos colaboradores. Uma boa iniciativa, que merece continuidade.

Renato Mendonça: *História da Política Exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)* (Brasília: FUNAG, 2013, 246 p.; ISBN 978-85-7631-468-4)

O autor, que entrou no Itamaraty com Guimarães Rosa, em 1934, já tinha escrito *A influência africana no Português do Brasil* (1933), republicado pela Funag em 2012, quando se comemorou o centenário de seu nascimento. Com 30 anos, ele publicou uma clássica biografia do Barão do Penedo, o mais longevo embaixador brasileiro (na corte da Inglaterra), seu conterrâneo de Alagoas. Este livro foi escrito no México e foi objeto de uma única edição, pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em 1945. Agora vem enriquecido por uma introdução de Paulo Roberto de Almeida, que coloca o autor no contexto dos demais historiadores da diplomacia brasileira e destaca as qualidades da obra em face das poucas sínteses históricas então existentes. O livro traz em anexo os principais tratados da história colonial e tem ainda um apêndice sobre a obra demarcadora do Barão.

Guilherme Frazão Conduru: *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização* (Brasília: FUNAG, 2013, 370 p.; ISBN 978-85-7631-433-2; Coleção CAE)

O diplomata e historiador Guilherme Conduru já tinha assinado uma bela dissertação sobre o Pacto ABC (original), iniciado pelo Barão, terminado por seu sucessor. Prosseguindo nos estudos históricos, ele aproveitou uma estada no escritório do velho palácio Itamaraty, no Rio, para preparar esta tese de CAE sobre o Museu Histórico e Diplomático, criado por um estadista, duas vezes ministro das relações exteriores e historiador diplomático, José Carlos de Macedo Soares. Criado por ele, em 1955, em sua segunda gestão, o MHD seria reinaugurado outras vezes, como resultado de revitalizações materiais, que também representam revisões mentais na história diplomática do Brasil. O livro é inédito em sua categoria, e não apenas sobre o MHD, como também sobre os museus históricos do Brasil de forma geral.

Fernando Cacciatore de Garcia: *Como Escrever a História do Brasil: Miséria e Grandeza* (Porto Alegre: Sulina, 2014, 659 p.; ISBN: 978-85-205-0704-2)

O autor já tinha assinado uma bela pesquisa histórica sobre a formação das fronteiras sulinas, *Fronteira Iluminada: História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul, a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*, e estava, portanto, perfeitamente habilitado para retomar a pergunta que tinha sido colocada, no início do IHGB, aos candidatos a um concurso sobre essa dúvida metodológica, ganho pelo alemão Martius. O resultado é um monumental volume sobre o nosso iluminismo historiográfico, onde figuram não apenas os grandes nomes da inteligência nacional, mas muitos outros pensadores universais. A história oficial sempre precisa de revisões constantes, e Garcia confirma sua preparação para a missão ao corrigir deformações sempre visíveis. Grandeza e miséria não são apenas conceitos, mas realidades presentes.

Rafael Souza Campos de Moraes Leme: *Absurdos e milagres : um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo (1930-1960)* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, 164 p.; ISBN 978-85-7631-326-7)

Um estudo de caráter histórico-antropológico-diplomático sobre como o lusotropicalismo, ideologia construída pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, já famoso pelo seu clássico sobre a formação patrimonial do escravismo brasileiro, foi usado e instrumentalizado pelo Estado Novo português para defender seu colonialismo tardio, e sobre como o Brasil foi usado nessa estratégia para manter o império africano. Dos anos 1930, até os anos 1960, o Brasil se dobrou à política externa portuguesa nesse capítulo pouco glorioso de nossa diplomacia contemporânea. Ao mesmo tempo, não se pode negar que a teoria reacionária do genial pernambucano serviu para legitimar algumas das ações e iniciativas tomadas pela diplomacia brasileira na África, na fase recente. Mais um exemplo de como a história dá muitas voltas, em torno de si mesma.

João Augusto Costa Vargas: *Um mundo que também é nosso : o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo Castro* (Brasília : FUNAG, 2013, 265 p.; ISBN: 978-85-7631-470-7; Coleção política externa brasileira)

O Itamaraty possui algumas dinastias persistentes ou descontinuadas, entre elas a do próprio barão, preservada na incorporação do título ao nome de família, e a de Araujo Castro, um dos mais distinguidos diplomatas da geração contemporânea. Um novo João Augusto refaz a trajetória intelectual e diplomática do anterior, que deixou sua marca na política externa brasileira e não apenas por ter sido o último chanceler do caótico governo Jango, derrubado em 1964, e pela “teoria” do “congelamento do poder mundial”, mas sobretudo por ter oficializado uma nova “teoria” sobre nossa suposta “condenação à grandeza”, nacional e internacional, talvez por já ser grande no mapa do mundo. Araujo Castro foi um grande diplomata porque estudava intensamente o Brasil, pensava de forma lógica e escrevia claramente. Boas sugestões aos jovens de hoje.

Rogério de Souza Farias: *A palavra do Brasil no sistema multilateral de comércio (1946-1994)* (Brasília: Funag, 2013, 885 p.; ISBN 978-85-7631-477-6; Coleção Política Externa Brasileira)

Um empreendimento de alta qualidade, que completa, com louvor, uma coletânea do gênero feita pelo Embaixador Seixas Corrêa para os discursos de abertura da AGNU. Ele é, aliás, o prefaciador da compilação seletiva dos mais importantes pronunciamentos feitos por representantes brasileiros desde o início do Gatt, passando pela Unctad, até a criação da OMC, e destaca a relevância dos materiais como instrumento de trabalho para os negociadores de hoje. O livro vem acompanhado por informações e fotos dos representantes e de notas de rodapé explicativas de cada contexto negociador. O denso prefácio e a longa introdução merecem leitura atenta; os temas abordados em cada capítulo constituem matéria prima indispensável para conhecer a história econômica e diplomática brasileira no plano do comércio internacional. Parece que pouco mudou...

Francisco Doratioto: *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)* (Brasília: Funag, 2014, 190 p.; ISBN 978-85-7631-489-9; Coleção Em Poucas Palavras)

Metade, ou quase, de toda a política externa brasileira, das origens aos dias de hoje, se fez e se faz no Rio da Prata. Daí a escolha deste “semi-diplomata” para escrever uma história que começa na contenção de Buenos Aires, passa pela guerra do Paraguai – sobre a qual o autor publicou o clássico *Maldita Guerra* –, avança do americanismo ingênuo para o pragmatismo conciliador, nutre desconfiança e cautela (de 1930 a 1955), retoma o aprendizado da cooperação e da superação de divergências, para finalmente chegar à integração no Mercosul (pelo menos até 1994, numa fase ainda feliz). Mesmo “em poucas palavras”, o autor usou fontes primárias, mas várias das secundárias são de autores *hermanos*: eles são a nossa “circunstância”. A história trata mais de diplomacia do que de comércio e desenvolvimento; parece que é a política que move a economia.

Vasco Mariz: *Nos bastidores da diplomacia: memórias diplomáticas* (Brasília: Funag, 2013, 296 p.; ISBN 978-85-7631-471-4; Coleção Memória Diplomática)

Livro saborosíssimo, sem ser memórias, estrito senso, mas causos de uma vida rica em episódios, encontros e desencontros com grandes e pequenos atores da cena internacional e da vida diplomática brasileira: nada menos do que oito páginas de índice onomástico, com referências à *crème de la crème* da política mundial e à “feijoada” brasileira de quem já esteve nas colunas sociais. Ele também assinou ou organizou 66 livros, certamente o diplomata mais prolífico de todos os tempos e, provavelmente, o mais longevo: 93 anos e ainda ativo. Serviu na segunda metade do século 20, mas também estaria bem na *belle époque*, no Renascimento, ou em qualquer época, pela sua cultura universal e pelos dotes de musicólogo e historiador. Deve ter histórias ainda mais picantes e sensíveis do que as reveladas aqui: oxalá deixe escritos pós-publicáveis.

Terceira Parte
**Relações Internacionais, Política e Economia
Mundiais**

José Augusto Lindgren Alves: *Os direitos humanos na pós-modernidade* (São Paulo: Perspectiva, 2005, 254 p.)

Depois de *Os Direitos Humanos como Tema Global*, publicado em 1994 e reeditado em 2003, Lindgren Alves comparece com sua continuidade natural, neste livro que resgata uma dezenas de ensaios escritos e publicados ao longo de sete anos. Trata-se, não apenas de direitos humanos, estrito senso, mas também de problemas como o da discriminação racial e o do “multiculturalismo”, no qual são evidenciadas as diferenças entre as situações nos EUA e no Brasil. O capítulo conclusivo, razoavelmente pessimista, indica que os valores universais associados aos direitos humanos vêm sendo atacados sub-repticiamente por vários tipos de violadores de diversas tradições, sob argumentos de tipo “culturalista” ou supostamente para evitar sua “politização” nos órgãos da ONU. Mais patética é a recusa pelos EUA do Tribunal Penal Internacional, o que pode comprometer gravemente o seu funcionamento. Será que a história está andando para trás?

Paulo Antonio Pereira Pinto: *Taiwan – um futuro formoso para a ilha?* (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, 144 p.)

O autor é seguramente um dos maiores sinólogos brasileiros e certamente o melhor do Itamaraty, com um conhecimento detalhado do contexto asiático, em seu conjunto, e da situação da ilha de Formosa, em particular. O livro é sintético, mas completo, cobrindo a delicada situação geopolítica – e até de sobrevivência enquanto Estado – da ilha que serviu de refúgio para a “República da China” de Chiang Kai-shek depois que Mao Tsé-tung tomou o poder no continente. Papepinto, como é conhecido, analisa não apenas as várias dimensões envolvidas na situação da ilha – segurança, política, econômica e cultural – mas também o interesse de Taiwan para o Brasil. A obra é plenamente didática, apresentando ainda uma cronologia e interessantes anexos informativos sobre a história e a situação atual da “província rebelde”, que um dia vai voltar para o “berço” continental ou ser reunificada à força pelo gigante chinês. O autor serviu por mais de sete anos na ilha batizada pelos portugueses do século XVI.

Paulo Antonio Pereira Pinto: *Iruan nas reinações asiáticas* (Porto Alegre: AGE, 2004, 132 p.)

A história é integralmente verdadeira, mas se lê como uma estória, um bom romance, com final feliz. Foram mil e um episódios, marchas e contramarchas, até que nosso homem em Taipé, Papepinto, conseguisse trazer de volta às terras gaúchas o garoto Iruan, que quase vira um taiwanês, *malgré lui*. O livro, ademais das peripécias diplomáticas, é um bom *case-study* de Direito Internacional Privado, recomendável para alunos de direito e candidatos ao Rio Branco. É também uma história de amor, da avó, e do próprio autor, pelo garoto, por seu trabalho, pelas suas origens gaúchas, a despeito da naturalidade nordestina. Fotos, desenhos de Iruan, reproduções de documentos notariais, decisões de justiça, *démarches* diplomáticas, o livro tem de tudo, sobretudo um estilo saboroso que nos prende a cada página. A Copa de 2002, Iruan assistiu em chinês de Taiwan. A camiseta assinada por Ronaldinho deve estar pequena, agora que ele tem onze anos, mas ele deve estar com ela, assistindo à Copa de 2006 em Canoas. Grande, Papepinto!

Luís Fernando Corrêa da Silva Machado: *Brasil e investimentos internacionais: os acordos sobre IED firmados pelo País* (Pelotas: Editora da UFPel, 2005, 222 p.)

A obra resulta do mestrado em relações internacionais na UnB e cobre de maneira quase completa – faltando referência ao MAI-OCDE – os instrumentos multilaterais, regionais e bilaterais existentes no campo do investimento direto estrangeiro e sua aplicação ao Brasil. Depois de breve histórico e do exame das teorias e medidas práticas relativas ao IED, no plano internacional, a obra cobre os fluxos de IED vindos para o Brasil na década de 1990 e a normativa a eles aplicada. Um capítulo trata dos protocolos aprovados no âmbito do Mercosul, bem como dos acordos bilaterais contraídos pelo Brasil, nenhum deles aprovados ou em vigor na atualidade. O Brasil continua relutante a esse respeito, confirmando que gosta de capitais estrangeiros, mas detesta capitalistas estrangeiros, como ocorre em diversas outras áreas também. A despeito do grande mercado interno, o Brasil continua recuando na atratividade do IED. Esta dissertação mostra algumas das razões da baixa captação.

Otávio Augusto Drummond Cançado Trindade: *O Mercosul no Direito Brasileiro: incorporação de normas e segurança jurídica* (Belo Horizonte: Del Rey, 2007, 180 p.)

Uma monografia agraciada com o prêmio Hildebrando Accioly do Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, o trabalho deste jovem diplomata tem tudo para consagrar-se como uma das melhores análises acadêmicas sobre a “insegurança jurídica” do Mercosul, a despeito de todos os instrumentos aprovados no plano formal da solução de controvérsias. A razão disso é que os Estados membros pouco fizeram para internalizar grande parte das normas (decisões e resoluções dos órgãos decisores) aprovadas consensualmente (outra dificuldade). O autor não se contenta em examinar o conceito de segurança e a natureza jurídica das normas do Mercosul, mas examina sua incorporação (limitada) ao direito interno dos países membro e formula sugestões para o aperfeiçoamento desse processo. A maior parte das sugestões são de procedimento, mas o autor reconhece a necessidade de uma reforma constitucional, tarefa que se choca com a velha defesa da soberania nacional. Assim, a integração continua a patinar...

Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo: *Bolívia: a criação de um novo país* (Brasília: Funag, 2006, 404 p.)

Este livro difere das histórias tradicionais da Bolívia em duas maneiras: foi escrito por um diplomata brasileiro e está centrado na história dos povos indígenas, os mesmos que sofreram sob o jugo colonial e depois sob as elites brancas e que deram a vitória a Evo Morales. Um longo subtítulo indica que ele pretende descrever a “ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas”. Uma bibliografia extensa e variada revela que o autor, a despeito de ter estudado matemática e ciência da computação, tem gosto pela história e habilidade no trato das fontes. Depois de um longo périplo pelo passado do altiplano e de todos os povos indígenas que por ali passaram, ele retoma os desafios do presente. Constata que a revolução de 1952 permaneceu inconclusa: pôs fim à ordem oligárquica, mas não industrializou o país e conservou a mesma estrutura social. A ascensão social do índio, o fim dos partidos tradicionais e o refluxo do neoliberalismo poderão criar uma nova Bolívia. Ou, então, fazê-la retornar ao seu estado habitual de crise e estagnação. A conferir.

Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros (organizador): *Desafios do Direito Internacional Contemporâneo* (Brasília: Funag, 2007, 460 p.)

Os textos coletados neste volume editado pelo Consultor Jurídico do Itamaraty emanam das jornadas de direito internacional público, organizadas em novembro de 2005, das quais participaram grandes especialistas do ramo, inclusive dois ex-consultores jurídicos do MRE e diplomatas com experiência na área. Os temas vão da reforma da Carta da ONU, a evolução da justiça internacional (judicial ou arbitral), as controvérsias comerciais, direito dos tratados, direitos humanos e até a questão da taxa de câmbio e seu papel nas relações econômicas entre Estados. As jornadas foram concluídas por uma interessante mesa-redonda em torno do currículo de direito internacional público nas instituições brasileiras de ensino superior. Na medida em que o Brasil é um dos países com maior número de controvérsias internacionais de comércio, no plano regional ou multilateral, trata-se de excelente contribuição ao estado dos problemas da área.

Marcelo Böhlke: *Integração Regional e Autonomia do seu Ordenamento Jurídico* (Curitiba: Juruá Editora, 2007, 264 p.)

O autor realiza uma bem sucedida síntese dos processos de integração na Europa e na América Latina, depois de percorrer a teoria da integração e as diferentes etapas que esse itinerário percorreu nas duas regiões, das preferências tarifárias à união econômica total. Ele distingue claramente os mecanismos institucionais e seu suporte jurídico, direito comunitário de um lado, direito da integração de outro, mostrando como ambos se diferenciam do direito internacional clássico. A estrutura intergovernamental do Mercosul recebe um tratamento exaustivo, numa perspectiva evolutiva. Ele acredita que a etapa atual, de construção da zona de livre-comércio e da união aduaneira pode se apoiar no direito da integração, mas seu itinerário em direção ao mercado comum requer avanços normativos ainda mais complexos. Ele também acredita que o Mercosul representa um “acréscimo de poder” aos Estados-membros, mas isto também requer um aprimoramento de sua estrutura institucional e jurídica.

Maria Nazareth Farani de Azevedo: *A OMC e a Reforma Agrícola* (Brasília: Funag, 2007, 232 p.)

O título não reflete exatamente o conteúdo da obra, que trata, toda ela, do princípio da precaução e de sua aplicação no âmbito da OMC. Originário do conceito alemão de *Vorsorge*, e usado por vezes de forma abusiva pela União Europeia, o princípio se desenvolveu basicamente em resposta às preocupações com o meio ambiente e com a biossegurança, mas veio a ter utilização plena nas regras aplicadas ao comércio de bens alimentícios, impactando fortemente, e muitas vezes de forma unilateral, os arranjos sanitários multilaterais. O estudo cobre exaustivamente os vários instrumentos vinculados a esse princípio, em especial o acordo de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS), enfatizando a necessidade da prova científica para a aplicação daquele princípio, que a UE pretende ampliar “politicamente”. O risco que se pretende evitar acaba sendo um risco protecionista contra o Brasil.

Alexandre Guido Lopes Parola: *A Ordem Injusta* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, 508 p.)

“A política externa de cada país será sempre a resultante de uma diversidade de fatores que abrange, entre outros, circunstâncias geográficas, laços históricos de amizade, arranjos políticos internos, formas de inserção na economia internacional e, claro, a presença dos ‘excedentes de poder’...”, diz o autor nesta tese de CAE que faz uma crítica filosófica do realismo. Ele analisa as contribuições de Rawls e de Habermas, para se perguntar, depois, se pode um Estado nacional não ser realista. No caso do Brasil, são utilizados, na perspectiva dos valores, discursos presidenciais e dos chanceleres para compor uma proposta de pragmatismo democrático que representaria uma alternativa à doutrina realista. Essa proposta não-realista opera uma crítica da desigualdade no sistema internacional, faz a defesa da democracia e afirma que o Estado desempenha um papel importante na construção de uma ordem justa. O autor acredita que a igualdade e a justiça são mais promissores do que a força e o poder. Seria ele partidário de uma *Idealpolitik* para o Brasil?

Sérgio Eduardo Moreira Lima: *A Time for Change* (s.l.: Gvanim, s.d. [2006], 128 p.)

Este livro, publicado em inglês, contém os escritos e conferências feitos pelo ex-Embaixador do Brasil em Telavive durante sua permanência em Israel (2003-2006). Eles tratam, de um lado, de aspectos da economia e da sociedade brasileira, tal como apresentados ao público israelense, e, de outro, da política externa brasileira em relação a Israel e a questão palestina. Os anexos contém documentos recentes sobre as relações bilaterais; a bibliografia traz algumas referências para os que desejarem aprofundar seus conhecimentos sobre ambos os aspectos aqui tratados. Seria, sem dúvida, uma excelente contribuição à memória viva de nossa diplomacia se todos os embaixadores se dedicassem, como Moreira Lima, a compilar conferências e ensaios de caráter substantivo para oferecer a um público mais amplo do que aquele onde se está representando o Brasil, estabelecendo laços de amizade mais duradouros, como os que ele construiu ao longo de sua profícua missão no coração dos conflitos do Oriente Médio. A apresentação é de Shimon Peres e o prefácio de Nahum Sirotsky.

Omar L. de Barros Filho e Sylvia Bojunga (eds.): *Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável* (Porto Alegre: Laser Press, 2008).

Uma compilação de ensaios sobre energia e utilização do gás natural no Brasil, que começa por um retrospecto histórico de Paulo Roberto de Almeida sobre “Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil” (dos anos 1920 aos primeiros dez anos da Petrobrás), no contexto da economia mundial do petróleo. Na ausência de evidências geológicas sobre a existência efetiva de petróleo na área continental, a politização da questão leva a doutrinas conspiratórias sobre o interesse dos “trustes estrangeiros” em impedir o Brasil de explorar o “ouro negro”, que devia estar ao “alcance da mão”, segundo Lobato. A despeito de invocar repetidamente o complô imperialista e a conivência do Estado brasileiro com os trustes – o que o levou à prisão no Estado Novo –, Lobato foi o mais consistente defensor da autonomia nacional nesse setor estratégico; ele sequer viveu o bastante para ver provada a tese do “imperialista” Mister Link, sobre as possibilidades de exploração *off shore*. Mas ele teria certamente investido sua “fortuna” em direitos autorais na Petrobras.

Vera Cíntia Álvarez: *Diversidade cultural e livre-comércio: antagonismo ou oportunidade?* (Brasília: UNESCO-Instituto Rio Branco, 2008, 292 p.; ISBN: 978-85-7652-084-9)

Originalmente uma tese no Curso de Altos Estudos do IRBr, o trabalho discute a questão das políticas públicas em matéria cultural em face da disseminação de produtos culturais na era da globalização. O foco central é o conflito potencial entre os mecanismos nacionais de promoção cultural e as regras do comércio multilateral, que poderiam impulsionar a liberalização nessa área. A autora lembra que a Unesco aprovou, em 2005, a Convenção da Diversidade Cultural, com a solitária oposição dos Estados Unidos, interessados, segundo ela, em ‘perpetuar a sua hegemonia’. De fato, as indústrias audiovisuais são as de maior dinamismo nos mercados mundiais, nos quais a suposta dominação americana poderia ameaçar as identidades culturais nacionais. Daí a tese da “diversidade cultural”, novo nome da “exceção cultural” patrocinada pela França. O Brasil apoia a tese, mas também promove seus interesses de mercado com base em sua grande riqueza cultural.

Tarcísio Costa: *As duas Espanhas e o Brasil* (Rio de Janeiro: Topbooks, 2009, 396 p.; ISBN: 978-85-7475-174-0)

Poucas teses de CAE adotam o tipo de abordagem escolhido pelo autor em sua obra para tratar de uma densa e original relação bilateral. Não que o exame de um relacionamento diplomático seja novidade nas teses do CAE, ao contrário, elas são muitas a preferirem esse tipo de enfoque. Mas raras, talvez nenhuma, o fazem pela via da história das ideias, mais até que pelo lado dos eventos políticos e dos processos econômicos. As duas Espanhas se referem à duas tradições mais fortes da história moderna do reino ibérico: a direita católica, unitária e imperial de um lado, a esquerda socialista, republicana e federativa, de outro. O Brasil aprofundou sua relação com as duas Espanhas e nelas encontrou mercados, capitais e parcerias diplomáticas. A leitura intelectualizada de Costa sobre essa relação constitui um irresistível convite a servir naquele país.

Antonio de Aguiar Patriota: *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva* (2ª. ed.; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, 232 p.; ISBN: 978-85-7631-197-3)

Reedição não atualizada de obra elaborada em 1997 e publicada em 1998, o trabalho preserva utilidade como análise detalhada da atuação do Conselho em casos importantes de ameaças à paz e à segurança internacionais no contexto do novo ambiente criado em meados dos anos 1990, com o fim da Guerra Fria e o vislumbre de novos princípios para a aplicação dos dispositivos relativos à segurança coletiva. Mesmo sem a adição de novos capítulos para contemplar a situação criada com a segunda guerra do Golfo (invasão não autorizada do Iraque), o livro teria, ainda assim, se beneficiado com uma introdução ou epílogo para discutir, justamente, o que existe de novo no contexto do CSNU, a partir da preeminência quase exclusiva dos EUA, da re-emergência da Rússia e da assertividade da China. Caberia uma edição revista e atualizada, para discutir se existe, realmente, um novo paradigma.

Ciro Leal M. da Cunha: *Terrorismo Internacional e Política Externa Brasileira Após o 11 de Setembro* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 216 p.; ISBN: 978-85-7631-190-4)

Originário de um trabalho de conclusão do Mestrado em Diplomacia pelo IRBr, este livro expõe e analisa as diretrizes e ações do governo brasileiro com respeito à temática do terrorismo, depois que este se converteu (legitimamente) na preocupação número um dos Estados Unidos (e de vários outros países, também). O Brasil, por falta de ameaças visíveis nessa área, atribui importância menor ao tema, e opõe-se, em princípio a medidas coercitivas, preferindo atuar nas causas subjacentes – supostamente um problema de injustiça em determinadas áreas e regiões – e basicamente por meio da cooperação. Em outros termos, o Brasil é contrário ao uso da força em qualquer circunstância, mesmo no caso do terrorismo, insistindo na tese genérica da manutenção do multilateralismo, o que pode ser problemático, como evidenciado nos casos da Colômbia e do Oriente Médio, onde a via do diálogo tem se mostrado basicamente insuficiente, por vezes ineficiente.

Rômulo Figueira Neves: *Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, 152 p.; ISBN: 978-85-7631-192-8)

Outro trabalho de conclusão do Mestrado em Diplomacia pelo IRBr, o livro repassa a longa trajetória de peripécias políticas de nosso vizinho andino, para retomar, num importante capítulo, os episódios da história recente de construção de um regime *sui generis* liderado pelo caudilho bolivariano. O sistema atual – que como os anteriores se baseia no rentismo petrolífero, uma verdadeira maldição tanto para a Venezuela como para outros países, acomodados numa riqueza mineral – se caracteriza pela baixa produtividade, pela presença dos militares (que aliás é tradicional na vida do país, retirando-se o período 1958-1999, ainda assim incluindo uma tentativa de golpe, pelo mesmo Chávez, em 1992), pelo bolivarismo mítico (talvez até doentio) e pela radicalização dos discursos políticos (o que é evidente, com a divisão completa da sociedade venezuelana). O futuro, provavelmente, reserva novas doses de violência política num país que promete revolucionar não apenas o cenário doméstico mas o próprio Mercosul. *Quosque tandem?*

Nelson A. Jobim, Sergio W. Etchegoyen, João Paulo Alsina (orgs.): *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras* (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 648 p.; ISBN: 978-85-225-0835-8)

O ministro da Defesa e o general que o assessora figuram por dever, mas o organizador de fato é o terceiro, um diplomata, já autor de dois outros livros sobre defesa; ele foi o “gerente” efetivo de um projeto ambicioso nas dimensões e na cobertura temática. Três outros colegas participaram dos seminários preparatórios. Acadêmicos, altos funcionários e alguns empresários marcaram presença em cada um dos cinco blocos: cenário global, desafios contemporâneos, circunstância regional, perspectiva brasileira e realidades regionais. Precedendo cada seção, uma síntese das apresentações esclarece como cada uma delas atende às metas do projeto: aumentar a inteligência nacional nas questões de segurança e colocar a defesa em uma situação de protagonismo cooperativo com as relações exteriores. Trata-se de excelente começo.

José Augusto Lindgren Alves: *Viagens no Multiculturalismo – O comitê para a eliminação da discriminação racial, das Nações Unidas, e seu funcionamento* (Brasília: Funag, 2010, 256 p.; ISBN: 978-85-7631-258-1)

Uma larga experiência com o tratamento multilateral dos direitos humanos autoriza o autor a tratar com notável maestria do CERD. O discurso multiculturalista é uma criação do Ocidente, pelo menos enquanto ideologia, diz Lindgren, que não deixa de refletir sobre os problemas suscitados pela passagem dos direitos humanos tradicionais, isto é, individuais, aos direitos coletivos, de minorias. O exagero das propostas pode levar a novas formas de segregacionismo e de etnocentrismo, ou seja, ao “racismo” de todos. Uma boa visão histórica e argumentos de bom-senso podem revelar como organismos bem intencionados, como o CERD, podem resvalar para situações absurdas. O autor admite a validade de ações afirmativas, sem um viés racial mais explícito, o que o coloca do lado dos multiculturalistas moderados.

Michel Arslanian Neto: *A Liberalização do Comércio de Serviços no Mercosul* (Brasília: Funag, 2010, 408 p.; ISBN: 978-85-7631-255-0)

Resultado de uma tese de CAE, esta obra de diplomacia negocial focaliza um setor que constitui o futuro do comércio mundial e também regional, mas que também apresenta inúmeros obstáculos regulatórios. Mais até do que as chamadas assimetrias estruturais ou as diferenças de legislações nacionais, a integração nos serviços registra dificuldades especiais, dadas a diversidade intrínseca ao setor e o fato de que muitos deles não são exatamente comercializáveis. O autor propõe combinar a metodologia “negativa” – abolição de barreiras – com a implementação da liberalização “positiva”, ou seja, adoção de políticas comuns. O caminho, no entanto, é longo, como demonstrado pela distância entre a assinatura do Protocolo de Montevideu (1997), apenas um acordo-quadro, e sua complementação por compromissos específicos, lentos, difíceis, quase inócuos.

Daniel Costa Fernandes: *A Política Externa da Inglaterra: Análise Histórica e Orientações Perenes* (Brasília: Funag, 2011, 136 p.; ISBN: 978-85-7631-290-1)

O império já não é o mesmo, mas algumas de suas políticas são perenes, como demonstra este estudo sobre três períodos da diplomacia inglesa: a era Tudor (1485-1603), o período napoleônico (que viu a Escócia já unida à Inglaterra) e o Congresso de Viena (1789-1815) e, uma fase bem recente, a política externa do governo trabalhista, de 1997 a 2010. Em cada um dos períodos, separados por dois séculos, o autor analisa o sistema internacional, a situação da Inglaterra nesse contexto, o papel que ela podia exercer (a política de poder), o processo decisório na formulação dessa política (entrado no parlamento) e o instrumento principal para a defesa do interesse nacional (a projeção do poder naval). Nos dois primeiros momentos, a Inglaterra estava claramente em ascensão, imperial em sua boa forma; no terceiro e último, teve de contentar-se em ser a força auxiliar do novo império (já não tão ascendente...).

Fernando Pimentel: *O Fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: Perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira* (Brasília: Funag, 2011, x p.; ISBN:978-85-7631-308-3)

O trabalho, explícito em seu imenso título, tinha sido concluído em fevereiro de 2009, em meio à primeira fase da atual crise mundial, com os preços do petróleo e outras matérias primas despencando, junto com o comércio mundial e algumas dezenas de bancos nos EUA e na Europa. O autor preparou uma introdução em julho de 2011, atualizando os dados para a nova fase da crise, desta vez de crises de dívidas soberanas dos países europeus, mas afetando igualmente os mercados do petróleo e de outras commodities. Entre uma e outra fase, o status petrolífero do Brasil mudou, e agora o país tem condições de adentrar na economia mundial do petróleo não mais como mero consumidor, mas como grande produtor. Paradoxalmente, o mundo caminha para a era pós-petróleo, e o Brasil precisa se adaptar a essa realidade: sua situação parece bastante confortável, mas não conviria acomodar-se nessa condição.

Sarquis José Buainain Sarquis: *Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil* (Brasília: Funag, 2011, 248 p.; ISBN: 978-85-7631-335-9)

Poucos diplomatas são doutores em economia; pouquíssimos, se algum, dispõem de sólido conhecimento em econometria como o autor; e provavelmente só existirá um, o próprio Sarquis, contemplado com um prêmio pela London School of Economics pela excelência de sua tese em macroeconomia e finanças internacionais. Estes méritos já revelam um pouco da qualidade desta tese de CAE que, não apenas estuda as relações que existem entre os dois conceitos do título, nos planos teórico e empírico, como também reconstitui a experiência brasileira – comparativamente a exemplos latino-americanos e asiáticos – nessas áreas e, mais importante, formula recomendações de política econômica externa, extremamente bem fundamentadas em setores como comércio, finanças e câmbio. Vale a recomendação de Adam Smith: o segredo está em educar sua população.

Ademar Seabra da Cruz Junior: *Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação: estudo comparado entre Brasil, China e Reino Unido* (Brasília: Funag, 2011, 292 p.; ISBN: 978-85-7631-327-4)

Poucos países poderiam ser tão diferentes entre si quanto os três escolhidos por este doutor em Sociologia pela USP, mestre em Filosofia das Ciências Sociais pela London School of Economics, para propor uma espécie de “diplomacia da inovação” no esforço brasileiro pelo desenvolvimento. Os exemplos selecionados são, de fato pertinentes, numa perspectiva “schumpeteriana-marxista”, ainda que isso seja surpreendente, já que eles são “atores desiguais e assimétricos da globalização”. No entanto, as políticas de China e Reino Unido são ilustrativas de estratégias coerentes de inovação; o Brasil faria bem em estudar e adaptar certas características. Ambos, em suas dimensões próprias, têm muito a ensinar ao Brasil. O Itamaraty tem funções a cumprir nesse processo; o autor mostra quais são: montar redes de informação, conectar os diversos agentes nacionais e capturar parte de nossa diáspora científica.

José Estanislau do Amaral: *Usos da história: a diplomacia contemporânea dos Estados Bálticos. Subsídios para a política externa do Brasil* (Brasília: Funag, 2011, 216 p.; ISBN: 978-85-7631-309-0)

Os três países bálticos tiveram, como vários outros infelizes vizinhos da Rússia czarista, da União Soviética comunista e da Alemanha expansionista e militarista, uma história movimentada, feita de guerras, ocupação e de “inundação” étnica; obtida a independência ao final da Primeira Guerra Mundial, ela foi varrida na Segunda; novamente autônomos ao final da Guerra Fria, desta vez com a dupla garantia da OTAN e da UE, eles confirmam a resiliência dos povos resistentes às tentativas de submissão. Esta tese de CAE examina sua política externa e as implicações diplomáticas para o Brasil: reconhecemos a independência de 1921 e novamente a de 1991, sem jamais legitimar a anexação soviética de 1940. São Paulo tem, depois de Chicago, a segunda colônia de lituanos no mundo. Bom começo para intensificar as relações.

Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme: *O Tratamento Especial e Diferenciado dos Países em Desenvolvimento: do GATT à OMC* (Brasília: Funag, 2011, 236 p.; ISBN: 978-85-7631-342-7)

O Brasil se orgulha de ser um país em desenvolvimento: tem direito a SGP e menores obrigações sob o sistema multilateral de comércio. Esta dissertação de mestrado do Rio Branco refaz toda a história da construção conceitual do tratamento especial, desde o primeiro GATT até sua transformação na atual OMC, examinando todos os instrumentos e normas e discutindo a questão do ponto de vista das teorias que fundamentam essa caracterização, como por exemplo o “embedded liberalism”; também examina, do ponto de vista ética, os argumentos filosóficos que sustentam essa posição, como por exemplo em Aristóteles, John Rawls e Amartya Sen. Os anexos são preciosos, pois além da cronologia detalhada, traz o sumário dos dispositivos relativos a esse mecanismo em todos os instrumentos do sistema multilateral de comércio e finaliza com entrevistas com três especialistas na questão.

Felipe Hees e Marília Castañon Penha Valle (orgs.): *Dumping, Subsídios e Salvaguardas: Revisitando aspectos técnicos dos instrumentos de defesa comercial* (São Paulo: Singular, 2012, 486 p.; ISBN: 978-85-86626-62-3)

Dois diplomatas comparecem neste importante livro sobre a defesa comercial no Brasil: o organizador, que assina três densos capítulos – sobre o itinerário histórico do dumping e seus efeitos no comércio, sobre as negociações antidumping na rodada Doha, e sobre os aspectos técnicos na definição dos níveis de antidumping –, e que é também chefe da Defesa Comercial no MDCI; seu colega Eduardo Chikusa, responsável pela mesma área no Itamaraty, que fecha o volume com um estudo sobre a legislação sobre circunvenção no Brasil. Os outros quinze capítulos, sobre os demais temas do título, são em geral assinados por funcionários do Decom-MDIC ou no setor privado. O livro é relevante para os interessados nessa problemática, mesmo se, na apresentação, o ministro setorial se orgulha de que o Brasil tenha sido o país que mais iniciou investigações antidumping desde 2010. Seria essa uma marca de distinção?

André Heráclio do Rêgo: *Os Sertões e os Desertos: o combate à desertificação e a política externa brasileira* (Brasília: Funag, 2012, 204 p.; ISBN: 978-85-7631-380-9)

Autor de várias obras sobre a dimensão da política tradicional no Nordeste, com pleno conhecimento de causa – já que herdeiro de uma das oligarquias regionais –, André Heráclio examina agora, nesta tese de CAE, a dimensão ecológica e política do processo de desertificação, examinando não só toda a bibliografia relevante (30 páginas de obras) que trata do fenômeno no Brasil e no mundo, mas também o tratamento diplomático dado ao problema nos foros regionais e multilaterais. A atuação diplomática do Brasil e o papel das grandes convenções multilaterais da área climática e ambiental são examinados com extrema precisão; a temática oferece, justamente, grandes possibilidades de cooperação bilateral, regional e multilateral, não apenas quanto aos meios de se combater o fenômeno, mas igualmente nas tarefas de gestão dos recursos naturais, especialmente os hídricos. A obra permanecerá como de referência nessa área, hoje um pouco “deserta”.

Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio: *O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT): Perspectivas para sua Entrada em Vigor e para a Atuação Diplomática Brasileira* (Brasília: Funag, 2012, 462 p.; ISBN: 978-85-7631-379-3)

Metade desta maciça tese de CAE constitui uma história exemplar da questão do armamento e desarmamento nucleares, desde as origens, em 1945, até a fase atual, de preparação para a entrada em vigor do CTBT (o que não irá ocorrer, por falta de apoio dos EUA), com uma análise paralela dos mecanismos e instrumentos que compõem esse instrumento (talvez) relevante da não proliferação. A outra metade são documentos técnicos, cuja coleta foi facilitada pelo trabalho da autora na comissão de implementação do tratado. A análise das políticas dos países mais sensíveis (ou mais complicados) é exaustiva, concluindo a tese pelo exame da atitude brasileira: obviamente, o Brasil apoia o esforço do CTBT, mas também acredita na eliminação completa das armas nucleares. Pena que nem um, nem outro, vão se realizar, mas isso a autora não diz...

Emerson Coraiola Kloss: *Transformação do Etanol em Commodity: perspectivas para uma ação diplomática brasileira* (Brasília: Funag, 2012, 232 p.; ISBN: 978-85-7631-388-5)

Não é fácil realizar o objetivo inscrito no título, e não apenas por razões técnicas ou econômicas, e sim basicamente por motivo de políticas econômicas (comercial e industrial) dos principais países produtores e/ou consumidores, a começar pelos EUA e pela UE. A ação diplomática passa pelo ISO, pela OMC e por foros setoriais, ademais do diálogo e cooperação com esses grandes parceiros. Mas não só isso: o Brasil apareceu na cena internacional, dez anos atrás como potencial produtor e exportador do produto e terminou por se tornar um grande importador de produtores que praticam subsídio e proteção; erros da política nacional, sem dúvida. A diplomacia pode fazer muito pela meta declarada, mas o governo precisaria começar não atrapalhando. Isto o autor não diz, claro, mas está implícito em sua magnífica tese de CAE. Depois da diplomacia do café, temos agora a do etanol e dos biocombustíveis: todos eles movem o mundo...

Paulo Roberto de Almeida: *Integração Regional: uma introdução* (São Paulo: Saraiva, 2013, 174 p.; ISBN: 978-85-02-19963-7)

Um pequeno livro, que integra um coleção para “principiantes”, justamente, mas que sintetiza não apenas o conhecimento teórico, e histórico, sobre a formação dos blocos comerciais, antes, e sobretudo depois, da formação e consolidação do sistema multilateral de comércio, mas que expõe, essencialmente, a experiência prática do autor em processos negociadores dos esquemas preferenciais de comércio, seja no âmbito do Gatt-OMC, seja na criação do Mercosul, seja ainda no frustrado processo da Alca. A obra faz um balanço dos aspectos positivos e dos menos benéficos da atual fragmentação do comércio multilateral, em função da crescente multiplicação de blocos – o chamado minilateralismo – e da discriminação implícita a alguns deles, inclusive para dentro, como demonstrado na infeliz involução recente do Mercosul.

Augusto César Batista de Castro: *Os bancos de desenvolvimento e a integração da América do Sul: bases para uma política de cooperação* (Brasília: Funag, 2011, 176 p.; ISBN: 978-85-7631-311-3)

Resultando de uma tese de CAE, a obra é uma assemblagem um tanto desigual de reflexões sintéticas de leituras feitas em três campos metodologicamente distintos: a evolução da integração latino-americana, as teorias do desenvolvimento econômico e o papel das entidades multilaterais de financiamento regional, inclusive o BNDES, no primeiro processo; a mobilização de capitais mediante políticas adequadas forneceria as bases da cooperação, que, por sua vez, reforçaria a integração. O autor realizou, de fato, um volume bastante significativo de leituras, mas as premissas para sua síntese são sempre a adequação e a relevância da política externa brasileira para o objetivo maior da integração, o que tende a legitimar o caráter prioritário desta última nas concepções da diplomacia nacional, ou seja, chega-se a um argumento circular.

Ricardo Luís Pires Ribeiro da Silva: *A Nova Rota da Seda: caminhos para a presença brasileira na Ásia central* (Brasília: Funag, 2011, 320 p.; ISBN: 978-85-7631-346-5)

A velha rota da seda era muito mais longa, e talvez fosse mais interessante, do que a nova, que percorre as antigas satrapias soviéticas da Ásia central: os trechos mais misteriosos se situavam nos mesmos territórios que hoje correspondem a essas repúblicas supostamente pós-soviéticas: Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Esta tese de CAE percorre terras que eram incógnitas para a diplomacia brasileira, até uma data ainda recente. O autor leu uma bibliografia ocidental para abordar a trajetória recente dessas satrapias convertidas desigualmente à economia de mercado, mais esta do que à democracia. São onze capítulos substantivos e doze anexos para colocar o Brasil na moderna rota da seda, feita de combustíveis fósseis e de mercados ainda pouco explorados.

Luiza Lopes da Silva: *A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira* (Brasília: Funag, 2013, 407 p.; ISBN: 978-85-7631-428-8)

A “diplomacia das drogas”, se ela existe, começa em Xangai, em 1909, mas o problema é mais antigo, secular mesmo. Surgida em virtude das guerras do ópio, promovidas pelo imperialismo inglês, até hoje ela não logrou resultados satisfatórios, mas os Estados continuam tentando limitar os danos. Esta tese de CAE representa o esforço mais abrangente para circunscrever a questão do ponto de vista brasileiro: do proibicionismo às soluções alternativas, o caminho ainda é longo para se vislumbrar uma solução aos problemas do comércio ilegal e crimes associados. O Brasil parece dotado de instrumentos adequados, mas, como outros países da região, pouco atuou na construção dos mecanismos de controle e pode ser vítima deles, como também da “diplomacia cocallera”. Muitos sugerem a liberalização; seria essa a resposta?

Elias Luna Almeida Santos: *Investidores soberanos, política internacional e interesses brasileiros* (Brasília: Funag, 2013, 345 p.; ISBN: 978-85-7631-426-4)

O trabalho tem qualidades inegáveis, ao apontar as inúmeras dificuldades no tratamento dos fundos soberanos. Mas, à diferença do que diz o prefaciador, o FSB não está voltado para o gerenciamento das reservas brasileiras (tarefa a cargo do Banco Central), e sim tem sido usado mais para fins de economia doméstica (como a sustentação da Petrobras). O Brasil, aliás, tem todas as condições para NÃO ter um fundo desse tipo, já que não tem excedentes fiscais ou de transações correntes. Seja como for, esta tese de CAE ilumina o funcionamento desses fundos e os problemas a eles associados. Se e quando o Brasil dispuser de um fundo verdadeiro, a obra oferece desde já um panorama muito claro de como se movimentar no intrincado cenário de ganhos econômicos e ambições políticas que caracteriza sua existência corrente.

Douglas Wanderley de Vasconcellos: *Esporte, poder e relações internacionais* (3ra. edição; Brasília: Funag, 2011, 268 p.; ISBN: 978-85-7631-319-9)

Com a Copa das Confederações já realizadas, chegando a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), nada melhor do que refletir sobre os vínculos entre esporte e diplomacia, o que faz este trabalho antigo, mas ainda plenamente válido. O trabalho vai muito além de uma simples “diplomacia do futebol”, o que o Brasil já fez no Haiti, por exemplo, e trata da utilização política, no bom e no mau sentido, das competições esportivas para o atingimento de objetivos estratégicos ou táticos pelos países que possuem algum peso nessa arena. Mas mesmo pequenas ou grandes coalizões de países (os árabes, por exemplo) podem fazer pressão “esportiva” sobre outros atores (Israel, no caso) para a obtenção de algum ganho diplomático. O Itamaraty e o Ministério do Esporte formam um time alinhado a tal objetivo.

José Vicente Sá Pimentel (org.): *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional* (2ª. ed., rev., ampl.; Brasília: Funag, 2013, 604 p.; ISBN: 978-85-7631-427-1)

O que era Bric virou Brics, embora a expansão numérica, para incluir a África do Sul coincidiu, na verdade, com a redução do impacto desse grupo de emergentes na economia e na agenda mundiais, em vista do arrefecimento do crescimento em vários deles. Diplomatas e acadêmicos trataram, em seminários realizados em 2011 e em 2012, das possibilidades e limitações dos países membros, sob diferentes aspectos e em abordagens complementares. Gelson Fonseca, no texto inicial, formula a questão de saber se os Brics conseguirão influenciar a ordem mundial, e em qual sentido? Rubens Ricupero pergunta, por sua vez, se eles não seriam os “monster countries” mencionados pelo diplomata americano George Kennan, o que não deixa de colocar o tema da democracia. Boa questão, aliás ainda não respondida.

Silvio José Albuquerque e Silva: *As Nações Unidas e a luta internacional contra o racismo* (2ª ed.; Brasília: Funag, 2011, 292 p.; ISBN: 978-85-7631-338-0).

O multilateralismo contemporâneo foi transitando gradualmente dos grandes temas interestatais para assuntos humanitários, entre eles o do racismo. Esta tese de CAE analisa os resultados da conferência de Durban (2001) sobre o racismo e a xenofobia, com ênfase na atuação diplomática brasileira, antes, durante e depois, até a conferência de revisão, quase uma década após. Esse período correspondeu à aceleração das próprias políticas nacionais de caráter afirmativo, com intensa mobilização dos militantes negros, num ativismo emulado pelo grupo africano no plano multilateral, ambos pretendendo algum resgate de “dívidas históricas”. José Augusto Lindgren Alves, especialista na questão e favorável às medidas especiais, acredita que essas demandas, se postuladas de forma exagerada, podem causar uma sucessão de cobranças de uns povos contra outros, para a maior infelicidade de todos. O racismo tem muitas faces, sem dúvida.

Elisa de Sousa Ribeiro (coord.): *Direito do Mercosul* (Curitiba: Editora Appris, 2013, 683 p.; ISBN: 974-85-8192-208-9)

Organizado no âmbito do grupo de estudos sobre o Mercosul do Uniceub, esta monumental obra, praticamente uma enciclopédia, cobre todos os aspectos do Mercosul, e não apenas os jurídicos, como seu título poderia deixar entender. Um único diplomata, professor de Economia do Uniceub, participa com não menos de quatro capítulos neste volume de referência, Paulo Roberto de Almeida, autor, respectivamente, de: “O Mercosul no contexto da integração regional latino-americana”, p. 51-69; “O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações”, p. 71-92; “Acordos extra-zona”, p. 343-356; e “Perspectivas do Mercosul ao início de sua terceira década”, p. 661-676. Outros 48 autores informam tudo o que você sempre quis saber sobre o Mercosul e não tinha a quem perguntar; agora já tem...

Antônio Augusto Cançado Trindade: *Os tribunais internacionais contemporâneos* (Brasília: FUNAG, 2013, 136 p.; ISBN 978-85-7631-424-0; Coleção Em Poucas Palavras)

O autor, eminente jurista mineiro, já foi consultor jurídico do Itamaraty (na redemocratização), presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em San José, e é, atualmente, um dos juízes da Corte Internacional de Justiça, na Haia. Autor de uma obra impressionante no campo do Direito Internacional, em várias línguas, em pouco mais de cem páginas ele realiza a proeza de sintetizar os fundamentos e o funcionamento dos diversos tribunais existentes no plano multilateral, nem todos de jurisdição obrigatória, mas possuindo, cada vez mais competência para realizar uma defesa efetiva dos direitos humanos, lutar contra a impunidade e aproximar a comunidade humana do ideal de justiça internacional. Esses órgãos reafirmam a unidade fundamental do direito internacional e o primado do direito sobre a força bruta. Uma síntese admirável, pelo melhor autor possível.

Ronaldo Mota Sardenberg: *O Brasil e as Nações Unidas* (Brasília: FUNAG, 2013, 136 p.; ISBN 978-85-7631-448-6; Coleção Em Poucas Palavras)

O autor é, possivelmente, o mais experiente multilateralista político da diplomacia profissional, e foi representante do Brasil na ONU em duas ocasiões, ademais de ter exercido os mais diversos cargos na burocracia federal, inclusive como ministro. O pequeno livro apresenta a atuação e a pauta do Brasil na ONU, depois de descrever a história progressiva, na Liga das Nações, e o funcionamento desse órgão, que De Gaulle chamava de “geringonça” (*machin*). Como ele diz, a ONU não é nem irrelevante, nem constitui um governo mundial, mas tem competência para atuar nas mais diversas áreas de interesse coletivo e até doméstico (com algumas restrições). A cooperação entre os Estados membros, em todas as áreas, é o principal objetivo da ONU, mas o Brasil pretende ingressar no Conselho de Segurança, não só por isso, mas por prestígio, também.

André Aranha Corrêa do Lago: *Conferências de desenvolvimento sustentável* (Brasília: FUNAG, 2013, 202 p.; ISBN 978-85-7631-444-8; Coleção Em Poucas Palavras)

Com um pouco mais de palavras que os demais livros da coleção, Corrêa do Lago se equipara ao brilhantismo dos colegas ao propor, com notável capacidade de síntese, um panorama completo das posições brasileiras, desde a conferência de Estocolmo (1972) até a recente Rio+20, passando justamente pela conferência do Rio, de 1992, que consagra o conceito expresso no título da obra, e pela Cúpula de Joanesburgo (2002), quando o Brasil tenta concretizar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (ou seja, os “mais iguais” precisam pagar a conta). Que futuro queremos? O melhor possível, mas isso passa pelo fornecimento de recursos financeiros e pela transferência de tecnologias para garantir o tal de desenvolvimento sustentável. Ninguém é contra, mas alguém precisa pagar a conta, e aí começam as dificuldades, inclusive os bens comuns, mas nacionais.

Ana Patrícia Neves Tanaka Abdul-Hak: *O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil* (Brasília: FUNAG, 2013, 280 p.; ISBN 978-85-7631-446-2; Coleção CAE)

O Brasil promoveu a criação da Casa, depois convertida em Unasul, porque o governo Lula achava a OEA um veículo de intrusões americanas na região. Depois criou o CDS porque o TIAR já estava morto, segundo alguns. O CDS é de defesa, mas parece mais de segurança, nas suas metas de construção de confiança, de cooperação em aspectos limitados da capacitação militar e, se possível, como alavanca para o fortalecimento da (sua) indústria de equipamentos bélicos. O Brasil, o maior da região, tem de assumir maior responsabilidade pelo CDS, que todavia não ainda tem caráter operacional. Se diminuir os focos regionais de tensão pode ser um ganho. Para a autora, existem grande diferença entre o que seja uma ameaça para a OEA e para a Unasul. Será? Mas o Brasil, ligando o Cone Sul à Amazônia, é o alicerce de uma futura comunidade de segurança na região. Oxalá.

Eugênio V. Garcia: *Conselho de Segurança das Nações Unidas* (Brasília: FUNAG, 2013, 133 p.; ISBN 978-85-7631-473-8; Coleção Em Poucas Palavras)

Tudo o que você sempre quis saber a respeito do CSNU e nunca teve a quem perguntar, ou onde ler. Agora já tem: neste pequeno grande livro de um historiador diplomata que já escreveu sobre o itinerário frustrado do Brasil na Liga das Nações e sobre as tentativas novamente frustradas para ser admitido no *inner sanctum* da sua sucessora. Mais que isso: a obra refaz não apenas a trajetória histórica desse órgão central da ONU, como percorre a geopolítica de sua atuação e funcionamento político (com algumas tinturas jurídicas), sempre focado nas reais alavancas de poder, isto é, o monopólio dos cinco membros permanentes (mas a China só ingressou em 1971). Uma síntese bem sucedida, uma bibliografia atualizada e uma reflexão sobre as realidades do poder atual, que reflete a posição brasileira em importantes questões da agenda da ONU e do seu desejado CS.

Carlos Márcio B. Cozendey: *Instituições de Bretton Woods* (Brasília: FUNAG, 2013, 181 p.; ISBN 978-85-7631-488-2; Coleção Em Poucas Palavras)

As 160 páginas do corpo de texto não perfazem exatamente um livro “em poucas palavras”, mas cada linha da obra está impregnada de um triplo conhecimento: histórico, teórico e prático, sobre as origens, o desenvolvimento, nas décadas seguintes, e sobre o funcionamento atual dos dois irmãos de Bretton Woods, o Banco e o Fundo, que foram criados em 1944 na pequena cidade do New Hampshire para presidir à ordem econômica do pós-guerra. O autor é o secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, e como tal segue, no G20 e em outras instâncias, as negociações para a reforma do sistema monetário, que já passou por fases melhores do que a atual. Depois das paridades cambiais estáveis, o regime de flutuação não ajuda a manter a estabilidade mundial, mas o maior perigo advém dos desequilíbrios fiscais nacionais, um tema que todavia foge do escopo deste livro.

Luiz Maria Pio Corrêa: *O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI): organizações internacionais e crime transnacional* (Brasília: FUNAG, 2013, 282 p.; ISBN 978-85-7631-439-4; Coleção tese de CAE)

A criminalidade financeira internacional – lavagem de dinheiro de tráfico de drogas, financiamento do terrorismo, corrupção de agentes governamentais– vem se desenvolvendo *pari passu* à globalização, representando de 2 a 5% do PIB mundial. O GAFI foi criado para enfrentar esses problemas e o Brasil integrou o órgão por iniciativa do ministro Pedro Malan, em 1999, passando igualmente a atuar no Gafisud, criado em seguida no âmbito da América Latina. A tese analisa os instrumentos internacionais nessa área, a atuação do GAFI e, no terceiro capítulo, a inserção do Brasil no regime global. Desde 2001 o Itamaraty criou uma unidade especializada no tema, atua em coordenação com o COAF (Fazenda) e no âmbito do G-20 financeiro. O Brasil já possui instrumentos para tratar da corrupção e da lavagem de dinheiro, mas ainda não adotou algum adaptado ao terrorismo. Por que será?

Marcelo P. S. Câmara: *A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel* (Brasília : FUNAG, 2013, 326 p.; ISBN: 978-85-7631-447-9; Coleção CAE)

São poucas as teses de CAE que examinam toda a política externa de um grande país, aliás, importante parceiro do Brasil no cenário diplomático e econômico mundial. A Alemanha de Berlim renovou as tradições criadas em Bonn e, tanto na administração socialdemocrata quanto na conservadora, passou a projetar de modo mais incisivo o país no cenário mundial. O capítulo sobre as relações bilaterais segue o padrão usual no Itamaraty para esse tipo de análise, mas o importante, para a historiografia diplomática brasileira, é o exame minucioso da política externa alemã no período pós-Guerra Fria, especialmente relevante, na fase atual, sobretudo em sua vertente econômica, como visto na crise do euro, que foi basicamente uma crise fiscal de vários membros da UE. A liderança de Angela Merkel restabeleceu padrões aceitáveis de política econômica.

José Ricardo da Costa Aguiar Alves: *O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e suas propostas de reforma* (Brasília: Funag, 2014, 535 p.; ISBN 978-85-7631-504-9; Coleção CAE)

Prefaciada pelo ex-ministro Pedro Malan, que já trabalhou na ONU, a tese representa a mais ambiciosa análise, histórica e estrutural, do papel do Conselho desde sua origem até 2007, período em que foram empreendidas 42 reformas. A revisão das Metas do Milênio, em 2015, provavelmente exigirá novas reformas. O órgão consome mais de dois terços dos recursos da ONU, comprometidos com o desenvolvimento, ao lado daqueles destinados à paz e segurança, no âmbito do seu Conselho de Segurança. A obra é minuciosa no exame dessas propostas de reforma, sem conter, porém, uma avaliação sobre a eficácia dos recursos investidos nessa missão, o que requereria um outro tipo de estudo, feito por economistas. É uma obra importante para o Itamaraty, que está sempre demandando mais recursos para o desenvolvimento, justamente.

José A. Lindgren Alves: *Os novos Bálcãs* (Brasília: Funag, 2013, 161 p.; ISBN 978-85-7631-478-3; Coleção Em Poucas Palavras)

Os “novos Bálcãs” talvez se pareçam um pouco com os “velhos”, no sentido em que os muitos povos eslavos – católicos, ortodoxos, ou islamizados – voltaram a se dividir em meio a conflitos por vezes sanguinários. Depois de algumas décadas de socialismo, quando eles estavam “unidos” pela razão ou pela força, eles estão prontos para receber novamente o Orient Express, que ia das terras cristãs ao império dos otomanos justamente atravessando essas terras complicadas. Lindgren Alves esclarece como a fragmentação étnica reconstruiu a balcanização, com alguns massacres no caminho. Um alerta de como a Europa também pode recriar os velhos demônios da guerra e da violência étnica. O chauvinismo está na origem dessa utopia estilhaçada. Uma síntese que se apoia na melhor bibliografia e num conhecimento direto da região.

Paulo Estivallet de Mesquita: *A Organização Mundial do Comércio* (Brasília: Funag, 2013, 105 p.; ISBN 978-85-7631-472-1; Coleção Em Poucas Palavras)

Parece difícil resumir em menos de 100 pequenas páginas a teoria do comércio internacional, a evolução prática do próprio, o estabelecimento do sistema multilateral de comércio, desde o Gatt e seus caminhos tortuosos, até chegar na OMC e todos os seus acordos e funcionamento. Uma proeza realizada por este engenheiro agrônomo que se fez diplomata, e que aplica o rigor da sua ciência de origem à análise dos problemas das relações econômicas internacionais, com ênfase no comércio e nos seus conflitos. O sistema parece uma bicicleta: é preciso avançar, pois qualquer parada pode significar retrocesso, não estabilidade. A interrupção da Rodada Doha, o recuo no protecionismo em alguns grandes países (alguns até próximos) são desafios graves, mas os acordos de livre comércio não são a resposta ideal. Só faltou a bibliografia para uma obra perfeita.

Sergio Florencio: *Os Mexicanos* (São Paulo: Contexto, 2014, 240 p.; ISBN 978-85-7244-827-7)

Você sabia que os mexicanos têm uma lista dos mais amados (Benito Juarez e Pancho Villa, entre eles), mas também dos mais odiados (Cortez, obviamente, e também Porfírio Díaz) personagens da sua história? Sabia que somos parecidos com eles? Este livro, por quem foi embaixador no México, apresenta uma história diferente do país que é apresentado como competidor do Brasil; de fato é, mas não como esperado: buscam os dois a prosperidade, a partir de bases sociais e comportamentos econômicos similares. Uma análise exemplar, feita do ponto de vista de um brasileiro que é fino observador das qualidades e idiossincrasias de um povo dotado de uma rica história de realizações, mas também de frustrações. Os desafios parecem semelhantes; serão também as soluções? Descubra um México diferente num livro em que o Brasil está presente.

Ted Goertzel and Paulo Roberto de Almeida (eds.): *The Drama of Brazilian Politics: From Dom João to Marina Silva* (Amazon; Kindle Book, 2014, 278 p.; ISBN: 978-1-4951-2981-0)

O ebook, editado por um brasilianista, já autor de biografias dos presidentes FHC e Lula, e por um diplomata conhecido por seus muitos outros livros, parece aproveitar a conjuntura para reunir artigos sobre a política brasileira. Não é bem assim; a despeito da maioria dos capítulos tratar da situação presente, desde as manifestações de 2013, o capítulo inaugural por Goertzel cobre o que o subtítulo promete: o drama político brasileiro desde o Império até as eleições atuais. O segundo capítulo, pelo diplomata Almeida, segue as mudanças de regime econômico em função das políticas econômicas adotadas desde a abertura dos portos até o atual baixo crescimento. De certa forma, constitui uma continuidade de seus outros trabalhos de pesquisa histórica sobre as relações econômicas internacionais do Brasil, aliás, um país muito introvertido.

Quarta Parte
Literatura, Sociologia e Cultura

Felipe Fortuna: *Em Seu Lugar: Poemas Reunidos* (Rio de Janeiro: Barléu Edições, 2005, 248 p.)

“Alguns poderiam dizer que é muito cedo para que um poeta de 40 anos publique uma obra reunida. Não me lembro que idade tinha Drummond quando publicou uma coletânea chamada *Fazendeiro do ar & Poesia até agora*, mas a ideia de juntar num livro coisas pensadas e escritas ao longo da vida só costuma ocorrer quando se chega à idade, senão da síntese, pelo menos do balanço, naquela fase já quase póstuma em que avaliamos, à maneira de Brás Cubas, se “somadas umas coisas e outras”, saímos ou não “quites com a vida”. Esse olhar retrospectivo supõe que a obra para a qual se olha já é algo de definitivo. No caso de Felipe Fortuna, sentimos que o objetivo da obra reunida é outro. O autor não está olhando para trás, mas para frente, acumulando forças, pela visão do caminho percorrido, para novos voos líricos, cujo caráter sempre incompleto dificulta qualquer balanço.” (do Prefácio de Sergio Paulo Rouanet).

José Vicente Lessa: *O autoengano coletivo: uma crítica do ideário nacional brasileiro* (São Paulo: Edições Inteligentes, 2005, 238 p.)

José Vicente Lessa se apresenta como sociólogo e diplomata, nessa ordem, o que denota seu comprometimento intelectual com, antes de mais nada, uma análise isenta da realidade e dos problemas brasileiros. A dificuldade em diagnosticar corretamente grande parte desses problemas pode derivar daquilo que o autor diz ser um “autoengano coletivo”, ou seja, visões do mundo, eventualmente identificadas com o chamado “senso comum”, que traduzem ilusões de fundo psicológico, paradigmas convencionais no terreno econômico ou ainda teses maniqueístas sobre a inserção internacional do Brasil. Algumas das verdades aceitas nessas áreas podem ser confrontadas à realidade e são por ele submetidas ao bisturi frio da Lógica. O Brasil é um país fértil para esse tipo de “experimentação” sociológica, como revelado nos diversos capítulos desta obra que explora alguns dos “saberes coletivos” deste país, tão propenso a triunfalismos ingênuos quanto assaltado de forma recorrente pelo sentimento de que tudo aqui vai mal, da pior forma possível. Trata-se de uma sadia reflexão sobre alguns dos nossos problemas básicos, por um espírito cético, mas antes de mais nada racionalista.

Alberto da Costa e Silva: *Das mãos do oleiro: aproximações* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, 240)

Nosso maior africanista em plena atividade, o historiador e acadêmico Alberto da Costa e Silva navega neste livro não apenas em águas atlânticas, mas por todos os rios, ribeirões, mares, lagoas, charcos e enseadas aos quais sua insaciável curiosidade intelectual o levou, ao longo de uma vida prolífica de *scholar*-nômade em continentes vários, nos quais sua visão de diplomata se enriqueceu na poeira das estradas, ao mesmo tempo em que sua mão se cobria do pó dos arquivos. Os textos são dos últimos quinze anos, mas o período coberto vai do século XV aos dias atuais (de Colombo a Castro), tomando formas diversas, prefaciando livros, discutindo idéias, explorando paisagens. Ele segue os passos de Rio Branco, outro historiador-diplomata, mas também emula o itinerário de outros colegas que o precederam no Itamaraty e na Academia Brasileira de Letras, cultivando poesia, ensaística, crônica e tantas artes da escrita que só uma mente inquieta como a dele saberia definir. Esse *oleiro* é um artista, ou um verdadeiro ourives da pluma, e de seu ateliê saíram estas *aproximações* que constituem de fato finas especiarias que só um espírito enciclopédico como o dele conseguiria produzir.

André Heráclio do Rêgo: *Famille et Pouvoir Regional au Brésil: Le coronelismo dans le Nordeste 1850-2000* (Paris: L'Harmattan, 2005, 320 p.)

Desde Gilberto Freyre, a família entrou no campo das ciências sociais no Brasil, como explica a historiadora greco-baiana Katia de Queirós Mattoso, no prefácio a esta tese defendida na Sorbonne. O autor estava bem colocado para refazer a trajetória de vida e lutas políticas dos principais chefes políticos do clã dos Heráclio do Rego, *et pour cause: dinastie oblige*. Eles dominaram a política local e regional em boa parte do Nordeste, em especial em Pernambuco e na Paraíba. Trata-se de uma saga familiar que cobre um vasto período histórico, ao longo de transformações sociais, políticas e econômicas importantes na região e no país. Um estudo baseado em vasta literatura secundária, sem descurar até mesmo obras de cordel, mas sobretudo no conhecimento direto, inclusive fotográfico, dos meandros da política dos coronéis do seu clã de origem. Aparentemente o coronelismo não morreu, mas assumiu novas formas.

Murilo Vieira Komniski: *Buritizal* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005, 108 p.)

Livro de estreia, no terreno da poesia, é sempre uma incógnita. Mas, mesmo se o livro é o primeiro de uma carreira que se anuncia prometedora, vários poemas já foram publicados em revistas do Brasil e do exterior. Murilo tem poemas em inglês e em espanhol, além de um e outro verso em francês, alguns deles dedicados a amigas de outros continentes, mas a maior parte tocando mesmo em realidades universais, a partir de um olhar brasileiro. Daí o nome, inspirado nos coqueiros das “gerais” de Guimarães Rosa. O que em primeiro lugar distingue sua poesia é a combinação sonora e visual, antes mesmo dos conceitos, todos eles alusivos a uma realidade fugidia, quase surreal. “Jaboticaba”, por exemplo, se refere aos olhos de uma amada/amante, não ao fruto bem brasileiro. Ou “O Samba da minha Terra”, que é propriamente universal. Murilo tem abundante poesia na veia: ainda bem que ele distila bem, para nosso deleite literal...

Raul de Taunay: *Rosas da infância ou da estrela [poemas escolhidos]* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005, 136 p.)

Poeta errante, segundo seu prefaciador e amigo acadêmico, Carlos Nejar, Raul de Taunay é também romancista, mas estas oito dezenas de poemas esparsos nos levam a um garimpeiro das palavras e das imagens. Outro amigo, de outras eras, Vinícius de Moraes, escreveu em tempos remotos que Raul era mesmo um “poetinha promissor”. Dinah Silveira de Queiroz, também longe no tempo, relembra que ele vem de “cepa ilustre”, dela trazendo o “dom das letras”, mostrando no verso a “marca profunda de sua personalidade”. Pena que os poemas não estejam datados, ou localizados na sua imensa geografia de remoções, de postos e de turismo pouco accidental. Por vezes uma homenagem involuntária (“Soneto ao inverno de Praga”, “Domingo em Roma” ou “África mamãe pátria”) nos remete ao trajeto errante do poeta, que de outra forma expressa seus sonhos e angústias (“Pobre poetinha, solitário e tolo, que na madrugada transforma-se em lobo...”). Mas, “qual será o [s]eu poema derradeiro, o último, o sem erro, o perfeito refrão?”. Vale conferir...

Agenor Soares dos Santos: *Dicionário de anglicismos e de palavras inglesas correntes em português* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, 390 p.)

Já autor, um quarto de século atrás, de um *Guia Prático de Tradução Inglesa*, Agenor Soares está plenamente qualificado para fazer uma apresentação completa da mais abundante fonte – hoje em dia – dos estrangeirismos importados em língua portuguesa (ou já seria brasileira?). Suplantando o francês, que durante muitas décadas reinou imperial, o inglês fornece hoje o essencial do vocabulário em economia, informática, comunicações, ciência, tecnologia, modismos em geral, para desespero dos chauvinistas (outra palavra importada) e dos introvertidos. Nenhuma língua dispensa empréstimos, mas é um fato que o inglês hoje é uma espécie de “doador universal”. Adaptamos os vocábulos em poucos anos, como demonstra, exemplarmente, Agenor. Ou seja, ninguém precisa ser um “Sherloque” para descobrir que em matéria de anglicismos, tudo termina em *happy end*...

Armindo Branco Mendes Cadaxa: *No Jardim de Inverno* (Nova Friburgo: Ars Fluminensis, 2006, 74 p.)

Um pequeno volume de puro deleite literário, com pelo menos quatro jardins de inverno em forma poética e os girassóis de Matisse na capa. As marcas da diplomacia estão em vários poemas, quando o autor confessa que cansou de cruzar mares e continentes, quando ele contempla as colunas do Peloponeso, percorre trilhas, visita catedrais e as muralhas do Alcácer. O jardim de inverno tem orquídeas e muitas formiguinhas. Uma guilhotina contempla a sua obra, os olhos semicerrados de espanto. Um grito atravessa portões blindados e os deuses tentam dar vida aos mármores. As imagens são cristalinas, como a água que escorre de uma fonte em direção de pequenas grutas. Cadaxa é um poeta, dramaturgo e romancista premiado. Esta coletânea demonstra porque...

Alexandre Vidal Porto: *Matias na cidade - romance* (Rio de Janeiro: Record, 2005, 160 p.)

Que diplomatas sejam homens (ou mulheres) de letras, prosadores, poetas e romancistas, isto já se sabia há muito. Que eles também sejam capazes de assinar novelas picantes, um pouco menos. Esta história não é especialmente pornográfica, longe disso. Trata-se de um relato de vida, muito comum, como deve haver milhares iguais, numa cidade como São Paulo, mas é uma história bem contada, com uma prosa fluída, leve, que literalmente sequestra nossa atenção. Matias é um homem casado, mas não satisfeito com as simples “cenas de um casamento”. Prefere outras emoções, com mulheres vulgares, geralmente. É, literalmente, um obcecado por sexo. A novela é apenas um recorte dessa vida, com retrospectos e introspecções, apenas dele. Os demais personagens se expressam apenas por palavras e gestos, descritos com economia de termos, em linguagem direta. Dá para ler o romance de uma vez só, sem parar. Mais do que atenção, ele convida à reflexão...

Rubem Mendes de Oliveira: *A Questão da Técnica em Spengler e Heidegger* (Belo Horizonte: Argumentum-Tessitura, 2006, 132 p.)

O Itamaraty abriga alguns filósofos, mais empíricos do que profissionais, ainda que vários diplomatas tenham feito estudos e até obtido titulação pós-graduada nessa área. Mas, certamente ele ainda não contava, entre seus quadros, com um filósofo da “técnica” (e não apenas da ciência), com a competência e a amplitude de conhecimentos demonstrados por Rubem Oliveira neste seu livro de estreia, que reproduz sua dissertação na UFRJ (1991). O estatuto de Spengler e de Heidegger é diferenciado na história e na filosofia do século XX, mas o autor soube dialogar com ambos naquilo que eles apresentaram de mais relevante para o estudo e a discussão da modernidade e da ciência no contexto do pensamento ocidental, remontando inclusive a clássicos (Kant). Trata-se de uma leitura comparativa que vai à essência do problema da técnica na obra dos dois autores, amparada em sólida bibliografia de apoio. Um livro que coloca seu autor na lista seleta dos pensadores profissionais da filosofia da técnica no Brasil. Ele representa um subsídio relevante para os métodos de trabalho e para um novo foco de atenção do Itamaraty.

Jorge Sá Earp: *O olmo e a palmeira* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, 256 p.)

Autor de vasta obra literária, desde antes de ingressar na carreira diplomática, em 1981, incluindo um romance de 1995, *Ponto de Fuga*, que foi Prêmio Nestlé de Literatura, Jorge Sá Earp apresenta em sua mais recente obra uma história passada no período colonial português no Brasil, envolvendo estrangeiros e brasileiros. No caso é um inglês, que se encanta com a Bahia e uma bela herdeira da família tradicional Delasalle-Castro, em meio aos conflitos com escravos, com os índios e entre os próprios coloniais, divididos entre as tradições e as vontades individuais. O olmo é o próprio inglês, que encontra a sua palmeira, na figura de Ana Delasalle. Goethe, nas *Afinidades Eletivas*, teria dito que “ninguém passeia impunemente sob as palmeiras”. À maneira das *promenades* de Goethe, o livro é um passeio erudito pelo Brasil do final do período colonial e início da independência, com os sabores, as cores e os modos daqueles tempos: veleiros, cavalos, escravos descendo da boleia, igrejas com ouro, enfim, um retrato quase atual...

Milton Torres: *No Fim das Terras e Andaimas* (Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004 e 2006; 223 e 200 p.)

Dois volumes, belíssimos em sua composição gráfica e ainda mais esplendorosos em seus respectivos conteúdos, da mais pura “poesia douta”, como classificou o prefaciador do primeiro. Este é um passeio pela história do Brasil e pelas relações com nossos vizinhos ibéricos e o grande irmão do norte. Poemas em espanhol, em inglês ou em português d’antanho, evidenciando um domínio completo não só da língua como dos itinerários respectivos desses povos. O segundo é uma verdadeira construção poética da história do mundo, desde a mais remota antiguidade até um presente indefinido e indefinível. O autor possui uma capacidade de viajar pelos sons, imagens e palavras raramente vista nos anais da poesia. Recomenda-se sorver com lentidão cada um dos conceitos, meditando sobre seu significado não aparente, tentando descobrir o que está por detrás daquelas ideias sofisticadas, aparentemente barrocas, mas na verdade revolucionárias. Êxtase!

Fernando Reis: *Falta um cão na vida de Kant* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, 251 p.)

“Há quedas que valem por uma ascensão”. “Kant, para ser Kant, teve que esperar muito”. O livro é pleno de frases de efeito, aparentemente anódinas, mas que revelam uma profunda reflexão sobre o sentido da existência e das ações humanas. Pode-se até dizer que, antes de ser “kantiano”, este *roman philosophique* (*stricto et lato sensu*) é propriamente kirkegaardiano, filósofo que também aparece nessa busca angustiante de um cão para o professor de Königsberg. O cachorro é uma espécie de metáfora, para um dos romances mais saborosos já produzidos na linhagem de Machado de Assis, outra referência filosófica e literária constante, além de um monge chinês. São 56 capítulos curtos (mais um “em branco”), divididos em quatro “volumes”, um “meio-tempo”, uma “prorrogação (para leitores insatisfeitos)” e um “além-texto”, que se chama assim mesmo. Enfim, Kant achou o cão que lhe faltava na sua vida pacata? No meio do livro aparece um *basset hound*, mas o seu papel na formulação da crítica da razão pura fica para o leitor descobrir...

Flávio de Oliveira Castro: *Caleidoscópio: cenas da vida de um diplomata* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, 516 p.)

Raras vezes, nos anais do Itamaraty, memórias diplomáticas terão sido escritas com tanta sinceridade, tamanha franqueza e total liberdade de pensamento como estes *souvenirs* de Flávio Castro. Ele relata, com perfeita clareza e sem as conhecidas sutilezas da linguagem profissional – para não dizer as “travas” do politicamente correto –, os bons e os maus momentos de uma longa carreira, de mais de 35 anos de vida ativa no serviço diplomático e consular, com passagens pela Presidência da República (Jango) e por uma infinidade de postos, em todos os continentes. Não são apenas lembranças de festas e recepções, mas também passagens perigosas, implicando risco de vida, vários desastres e furacões, vencidos com bom humor e uma excelente disposição para enfrentar mais de duas dezenas de postos, sempre acompanhado da família. Os episódios mais marcantes talvez tenham sido seus “entreveros” nas duas capitais: Rio de Janeiro e Brasília. Um diplomata 4x4, para todos os terrenos...

Geraldo Holanda Cavalcanti: *Encontro em Ouro Preto: contos fantásticos* (Rio de Janeiro: Record, 2007, 188 p.)

A maior surpresa destes contos do escritor, poeta, tradutor laureado e diplomata Geraldo Holanda Cavalcanti é a de que eles são, efetivamente, fantásticos, mas... assustadoramente normais. As situações inverossímeis, inexplicáveis, surpreendentes, que povoam estes contos são absolutamente corriqueiras, até banais, na vida de cada um de nós, mas o resultado é sempre uma surpresa, sem que se consiga, no começo de cada conto, prever o seu final. O mais atraente, na escrita de Geraldo Holanda Cavalcanti, é a fluidez do texto, a palavra atraente e certa, mesmo quando ela reflete a ambiguidade de uma situação, e suas palavras geralmente o fazem, transmitindo essa situação de “desconforto” e de “incerteza” com o que pode vir a ocorrer com o personagem principal, nisso atiçando nossa curiosidade para que logo cheguemos ao final do conto. Eles se leem, assim, rapidamente, mas a impressão que nos fica é permanente. Com tudo isso fica a sensação de “quero mais”. A vontade que dá, ao encerrar o livro, é a de pedir ao autor que continue a nos enfeitiçar com os seus, novos, contos fantásticos, assustadoramente normais...

Everton Vieira Vargas: *O Legado do Discurso: Brasilidade e Hispanidade no Pensamento Social Brasileiro e Latino-Americano* (Brasília: Funag, 2007, 412 p.)

Fruto de uma tese aprovada com louvor na UnB, este livro retoma a tradição das grandes releituras históricas e sociológicas, que já tinham marcado interpretações grandiosas do passado brasileiro e latino-americano, na tradição dos grandes mestres, que o autor examina com cuidado: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, sobretudo, mas também os mexicanos Manuel Gamio, Leopoldo Zea, Samuel Ramos, José Vasconcelos, Moisés Saenz, Eduardo Nicol e Octávio Paz. Se por acaso existe uma identidade latino-americana, ou brasileira, esses autores a encarnaram em seus ensaios eruditos, permeáveis à dialética das influências europeias, isto é, ibéricas, hispânicas e, mais adiante, americana, no sentido hemisférico da palavra. Brasilidade e hispanidade alcançam um novo patamar de compreensão e de apreensão histórica nesta obra que dignifica a tradição sociológica brasileira.

Fernando Cacciatore de Garcia: *O Príncipe Irreal e o Poeta Errante* (Porto Alegre: Editora Nova Roma, 2008, 96 p., il.)

Trata-se de uma poesia incomum, como adverte o prefaciador, Armindo Trevisan: ele sublinha o caráter sutil da poesia de Garcia, refletida em imagens e metáforas, todas elas evocativas de uma vida bem vivida, nos cenários sempre inéditos de uma trajetória diplomática que o levou a cidades poeticamente significativas. No “príncipe irreal” os poemas são dedicados a colegas de carreira e aos amigos íntimos. No “poeta errante”, são aqueles lapidados em suas caminhadas em Buenos Aires, Rio de Janeiro, Londres, Salvador, Lisboa, Brasília, Bonn e tantas outras cidades. Um quê de Mario Quintana cosmopolita aqui, uma pitada de Jorge Luís Borges ali, nas metáforas mais elaboradas, Garcia é um artesão das palavras bem esculpidas, revelando uma erudição adquirida em leituras refletidas, na experiência das errâncias diplomáticas. Nem por isso descomprometida, como revela *Sotto Voce*, que reflete o terror dos assassinatos sob a ditadura argentina. Uma poesia inspirada, uma trajetória de instantâneos, de Brasília (1973), a Porto Alegre (2008), como só uma mente rica poderia construir.

André Heráclio do Rêgo: *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder* (São Paulo: A Girafa, 2008, 380 p.; ISBN: 978-85-7719-034-8)

Esta obra pode ser colocada na linha do clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, e trata, como seu ilustre predecessor, do poder dos coronéis do sertão, neste caso baseada em documentação primária, com a originalidade de ter sido garimpada em fontes familiares. Trata-se de um rigoroso estudo sociológico sobre as estratégias familiares do poderoso clã (categoria duvidosa, aliás, como alerta o autor), com abundante literatura secundária e ampla contextualização histórica, cobrindo a história do Brasil desde o último quinto do século XIX até os dias que correm. Cartas, fotografias e depoimentos familiares, utilizados com isenção exemplar, constituem o rico suporte de uma narrativa densa, que passa da micro-história ao itinerário político-partidário do Brasil contemporâneo. Será certamente mais um clássico nessa área.

José Roberto de Almeida Pinto: *O Conceito de Poder nas Relações Sociais* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2008, 120 p.; ISBN: 978-85-265-0482-0)

Esta obra só não é sociologia em estado quimicamente puro porque o autor conhece, na prática, o que é o poder, sobretudo nas relações internacionais, vertente, aliás, muito pouco realçada neste livro introdutório sobre a mais importante questão das ciências sociais, desde os gregos até os cientistas políticos contemporâneos. Dois apêndices sobre o poder no marxismo e em Max Weber mostram que ele se apoiou nas fontes principais da moderna teoria social e conduz a sua reflexão com todos os instrumentos analíticos relevantes. O autor, aliás, se desculpa por não ter lido este último em alemão, o que revela, antes de mais nada, sua honestidade intelectual. Um pequeno grande livro para ser lido por todos aqueles que estudam e, sobretudo, pelos que exercem o poder, legitimamente ou não...

Adriano Silva Pucci: *O Averso dos Sonhos* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, 176 p.; ISBN: 978-85-757-7547-9)

A realidade é o avesso dos sonhos, não o oposto, mas a mesma coisa, só que revirada. É assim que este descendente literário de Michelangelo vai esculpindo seus contos, mais exatamente vinte e três pré-histórias, como ele as define, repletas de personagens que poderiam frequentar nosso cotidiano, especialmente nos povarés do interior, mas também em São Paulo, em festas de S. João ou em fábricas de chocolates. Puro deleite, com Adoniran Barbosa, José de Alencar, Luiz Gonzaga e Machado de Assis: sim, não falta nem uma Capitu, mas esta aqui multiplica os casos, na frente do seu Bentinho, com um final surpreendente. Fina escrita, diálogos tão próximos da realidade que parecem gravação (ou seria o avesso?). O livro é dedicado à Maria Chambisca e a todas as outras Marias. Mas Charles Chaplin abre a seleção...

João Almino: *Escrita em contraponto: ensaios literários* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008, 158 p.; ISBN: 978-85-282-0148-2)

O autor do *Quarteto de Brasília* e de outras obras de filosofia política escolheu alguns de seus muitos ensaios literários para compor este pequeno-grande livro que fala do mito, da utopia, da poética do vazio, mas que também constrói diálogos literários entre o Brasil, Portugal e os Estados Unidos. Não se trata de crítica literária, como Almino adverte em seu Prefácio, mas de suas afinidades eletivas com autores e temas que compõem o seu universo de leituras e de reflexões sobre a poesia e a ficção que frequentam sua vida nômade-acadêmica (que já passou pela UNAM, pela UnB, pelo Instituto Rio Branco, por Berkeley e Stanford). Machado, Clarice, João Cabral, eis alguns autores que comparecem nos ensaios, junto com Goethe, quem primeiro prenunciou o advento de uma literatura universal, como a que burila João Almino.

Jorge Sá Earp: *O Legado* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, 224 p.; ISBN: 978-85-7577-428-1)

Prolífico autor de uma dúzia de livros, entre contos, poesias e romances, Jorge Sá Earp dá continuidade, com este novo romance, à trilogia *Os Descendentes*, que começou pela obra *O olmo e a palmeira* (2006). Se aquele romance inaugural partia dos anos finais do período português e dos primeiros da independência, este retoma a narrativa já no Segundo Reinado, sempre com integrantes da família Delasalle-Castro, entre os quais Pedro, filho do inglês do primeiro da série, jovem médico casado, que sucumbe aos encantos de outra mulher. O cenário se divide entre Petrópolis e o velho Rio da Livraria Garnier, frequentada por Bilac, João do Rio e outros escritores, já em pleno século 20. Em linguagem cuidadosamente esculpida ao estilo da época, o romance traz o que se pode esperar no gênero: amores proibidos, traições, vingança, assassinatos por arsênico. Esperemos pelo terceiro e último, de uma saga machadiana.

Alberto da Costa e Silva: *Castro Alves: Um poeta sempre jovem* (São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 198 p.; ISBN: 978-85-359-0789-6)

Os livros da coleção Perfis Brasileiros são pequenos em tamanho, mas densos em conteúdo. Evaldo Cabral de Melo já tinha feito um *Nassau*; agora é o poeta Costa e Silva que retrata, em 24 capítulos, a vida e a obra do maior poeta condoreiro, que morreu com exatos 24 anos. Abolicionista aos 16 anos, radical da liberdade, Castro Alves esteve no centro dos debates mais importantes de sua época e, mesmo vindo de uma família de negreiros, ficou conhecido como ‘poeta dos escravos’. A mãe pode lhe ter passado a tuberculose que a matou com 34 anos, ele com dez anos menos. Costa e Silva o chama de “republicano, socialista, libertário, mas acima de tudo um inimigo da escravidão”. Duelou poeticamente com Tobias Barreto por causa de duas atrizes, e venceu a parada; mas perderia para a ceifadeira, depois de ganhar a imortalidade, com “Vozes d’África” e “Navio Negreiro”. Poetas românticos morriam cedo no Brasil...

Jorge Sá Earp: *O novelo* (Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008, 204 p.; ISBN: 978-85-7577-536-3)

Autor de uma já impressionante obra de poeta, contista e romancista, Earp termina com esta novela, cujo formato é realmente o de um novelo (com perdão pelo *jeux de mots*), a trilogia começada com *O Olmo e a Palmeira* (2006) e *O Legado* (2007): todo o romance se faz sob a forma de relatos dos personagens, cada um encadeando e misturando suas impressões e trajetórias pessoais com as dos demais. O itinerário total, de duas famílias entrelaçadas, vai, assim, do começo do século 19 ao AI-5, em 1969. Aqui, personagens históricos e imaginários se misturam numa trama que só pode ser seguida pelos relatos subjetivos destes últimos, *et encore*: ao final, o autor confessa que servia de “ponto” para os atores de uma longa peça de teatro, cujo enredo é a própria história do Brasil: um e outra terminam no escuro da noite. *Bravo!*

Geraldo Holanda Cavalcanti: *As desventuras da graça* (Rio de Janeiro: Record, 2010, 384 p.; ISBN: 978-85-01-08527-6); 2)

Uma espécie de *Bildungs Roman*, um livro de formação, sobre os primeiros vinte anos do autor, que também correspondem a uma infância de catolicismo exacerbado e à gradual perda da religiosidade na adolescência, até chegar à falta de fé do jovem formado e pronto para ingressar na carreira diplomática. Entre anjos e mistérios da fé, o autor passeia sua erudição pelo que se poderia chamar de cultura clássica e renascentista: somos contemplados com passeios ricamente comentados às principais cidades e museus da Europa. Seus diários e recordações, com algumas projeções de atualidade, são a fonte primária deste saboroso *racconto* memorialístico de estilo absolutamente original nos exemplos do gênero. Depois desta saborosa viagem iniciática, o autor fica nos devendo a continuidade da história, desta vez na primeira fase de sua rica vida diplomática.

Marcelo Cid: *Os Unicórnios* (Rio de Janeiro : Sete Letras, 2010, 168 p.; ISBN: 978-85-7577-637-7)

A solução encontrada pelo “herói” deste livro para remediar ao desaparecimento de sua biblioteca num incêndio exemplar não deve ser recomendada aos verdadeiros amantes desses pouco obscuros objetos de cobiça: constituir uma nova biblioteca inteiramente a partir de livros roubados, mas seletivamente (o que talvez introduza um pouco de razão na loucura do larápio bibliófilo e bibliomaníaco). Por acaso esse professor universitário se torna o principal assessor intelectual de uma pequena editora, e sai em busca do manuscrito “clássico inédito” (sic), vislumbrado em possíveis poemas desconhecidos do poeta simbolista francês Arthur Rimbaud. Os unicórnios são como Pilatos no credo, simples sobreviventes do incêndio, testemunhas mudas da trajetória singular do ladrão de livros (sempre por amor, claro).

Paulo Roberto de Almeida: *O Moderno Príncipe (Maquiavel Revisitado)* (Brasília: Senado Federal, 2010, 195 p.; ISBN: 978-85-7018-343-9)

Se Maquiavel reencarnasse atualmente, talvez não defendesse mais um Estado forte, um príncipe poderoso, no limite da tirania. Ele o fez pensando libertar uma Itália desmembrada, invadida por tropas estrangeiras e mal defendida por mercenários a soldo. Esta releitura do livro mais famoso da teoria política, aliás o fundador da disciplina, se coloca do ponto de vista dos cidadãos, não do poder central. O novo Príncipe segue os temas de cada um dos 26 capítulos originais, com os argumentos adaptados à política moderna, eventualmente brasileira. Ambos os livros foram escritos no ostracismo, que parece ser um bom cenário para reflexões sobre o poder, sobretudo aquele discricionário, que pretende mandar na vida dos cidadãos. Os que pensam com sua própria cabeça, costumam ver mais longe que os imediatistas...

Carlos Augusto de Proença Rosa: *História da Ciência* (3 volumes, 4 tomos) (Brasília: Funag, 2010; ISBNs: 1º.: 978-85-7631-264-2, 496 p.; 2º.: 978-85-7631-265-9, 420 p. e 400 p.; 3º.: 978-85-7631-267-3, 524 p.)

Monumental: sete capítulos, com quase duas mil páginas, resumindo todo o conhecimento científico da humanidade desde a Antiguidade até a sociologia moderna, com sínteses preciosas sobre o desenvolvimento de todas as ciências. O primeiro dos três volumes vai da Antiguidade (na verdade da pré-história) ao Renascimento Científico, no século XVI; o segundo, em dois tomos, cobre primeiro a ciência moderna, desde Bacon e Galileu até o século das Luzes; no segundo, examina o pensamento científico e a ciência no século XIX, quando, ao lado das ciências naturais surge a sociologia; o terceiro volume, finalmente, o mais volumoso, trata do triunfo do pensamento científico no mundo contemporâneo, contendo inclusive uma seção sobre a sociologia no Brasil. Não existem precedentes no Brasil de obra tão monumental composta por um estudioso isolado: um genial diplomata científico!

Fernando Cacciatore de Garcia: *O Ritual dos Pastores: Memórias de um homossexual na infância* (romance) (Porto Alegre: Editora Sulina, 2011, 263 p.; ISBN: 978-85-205-0605-9)

O capítulo que fornece o título deste livro do diplomata historiador constitui o relato central de uma história intimista, sob a forma de biografia romanceada, de um garoto que refaz a arqueologia de sua sexualidade em duas capitais brasileiras de meados do século passado. A narrativa prende, em primeiro lugar, pela sinceridade, pela abertura e pela coragem com que são refeitos tantos episódios marcantes de uma trajetória pessoal que é, ao mesmo tempo, um relato da vida no Brasil quando este deixava de ser uma sociedade tradicional, patriarcal e machista para assumir-se como uma nação urbana, industrializada e de costumes mais livres. O romance também captura o leitor pela alta qualidade da escrita, revelando um domínio magistral da língua, com expressões refinadas, carregadas de significados que os entendidos decifrarão ao seu gosto. Um belo ritual de iniciação na literatura das sensibilidades.

Marcelo Cid (introdução, tradução e notas): *Priapeia: Poesia erótica latina em honra ao deus Priapo* – edição bilíngue (Jundiaí, SP: Editora Literarte, 2010, 80 p.; ISBN: 978-85-7487-044-3)

Os latinistas ficarão com as páginas pares, onde estão os poemas originais; os *voyeurs* e obcecados vão direto as páginas picantes da direita, que tratam de nádegas e outras partes pudendas envolvidas na lascívia de poetas despudorados. O deus Priapo sempre foi representado com um membro enorme, o desejo secreto dos homens da Grécia antiga e da Roma clássica (não só lá). Os que conseguirem se destacar das insinuações maliciosas – quem sabe, até, pornográficas? –, poderão comprovar o excelente latinista que é Marcelo Cid, qualidade já revelada em uma obra anterior, *Philobiblion*, do erudito inglês do século XIV, Richard de Bury, cuja versão dessa homenagem aos livros ele assegurou com notável competência. As poesias eróticas são, talvez, um *divertissement*, mas podem conquistar, ou excitar, latinistas práticos...

Fernando Guimarães Reis: *Caçadores de Nuvens: Em busca da Diplomacia* (Brasília: Funag, 2011, 512 p.; ISBN: 978-85-7631-302-1)

Compêndio das aulas dadas pelo ex-diretor do Instituto Rio Branco, o livro revela toda a cultura clássica do autor, profundamente humanista, talvez um pouco acima do que se requer, hoje, dos candidatos à diplomacia e mesmo dos estudantes da academia diplomática. Excelentes leituras para estudantes de relações internacionais, mas não possui a sistemática de um compêndio de textos especializados, nem se apresenta exatamente como uma “teoria de RI”. Mas são leituras extremamente agradáveis para o leitor culto e interessado na história do pensamento político. O autor leu, provavelmente ao longo de toda uma vida, uma massa impressionante de pensadores, de formuladores e de obras sobre os atores da política externa. O livro ganharia com uma bibliografia final das obras citadas e um completo índice remissivo e outro onomástico. Fica a demanda de revisão para uma nova edição dotada desse tipo de aparato científico.

Renato Mendonça: *A Influência Africana no Português do Brasil* (Brasília: Funag, 2012, 195 p.; ISBN: 978-85-7631-399-1)

Quinta edição de obra publicada em 1933, quando seu autor, um jovem de apenas 21 anos, passava no concurso para cônsul de terceira classe. Comemorando os cem anos de seu nascimento, tem apresentação do Embaixador Alberto da Costa e Silva e prefácio da professora Yeda Pessoa de Castro, especialista na área. O livro ganhou o prêmio Erudição da Academia Brasileira de Letras, tendo sido prefaciado por Rodolfo Garcia, da Biblioteca Nacional. Metade do texto é uma incursão, hoje datada, pela etnografia e linguística africana, seguida de uma breve história do tráfico, da identificação dos povos importados e da fonética e morfologia do Quimbundo, ademais de estudos sobre a influência africana na língua, no folclore e na literatura; a outra metade é o vocabulário, propriamente dito. Uma bibliografia rica completa este trabalho que marcou época.

Geraldo Holanda Cavalcanti: *A herança de Apolo: Poesia, Poeta, Poema* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, 462 p.; ISBN: 978-85-200-1161-4)

Poesia rima com diplomacia? Talvez. A obra discorre sobre poesias e poetas em todos os seus estados, inclusive os maus poetas e os suicidas. Impressionante o volume de citações: as obras citadas chegam a quase 600, duas ou três por página. Sem prefácio, o livro tem um posfácio dedicado justamente às citações: na esteira de Montaigne e de Walter Benjamin, o autor certifica que as suas foram todas garimpadas *bona fide* nos inumeráveis livros que percorreu em 50 anos de leituras, para nos oferecer o que é, possivelmente, a maior enciclopédia do poema já publicada no Brasil. Poesia tem tradução? Talvez, mas ficou faltando a tradução de *serendipity*. Em todo caso, os tradutores, para Stephen Spender, são os “embaixadores oficiais da linguagem” (*The Making of a Poem*, 1962: p. 113). Bem, pelo menos isso.

José Guilherme Merquior: *Liberalism, Old and New* (Boston: Twayne Publishers, 1991, 182 p.; ISBN: 0-8057-8627-9)

Mais de vinte anos depois da morte do mais prolífico intelectual diplomata, vale a pena revisitar alguns dos seus livros. Este conjunto de ensaios escritos em inglês, no México, seu último posto como embaixador, foi publicado pouco depois de sua morte, ocorrida em janeiro de 1991. No mesmo ano era publicada a edição brasileira, e em 1996 uma em espanhol, quando também foi publicado um volume de ensaios em sua homenagem, *Liberalism in Modern Times: Essays in Honour of José G. Merquior*, organizado por seu antigo diretor de tese na London School of Economics, Ernest Gellner, quando ele tratou da teoria da legitimidade em Rousseau e Max Weber (mas obviamente não restrita a esses dois autores). O liberalismo, para Merquior, resiste a qualquer tentativa de aviltamento, tão fortes são os seus fundamentos. Dixit!

Renato L. R. Marques: *Memorabilia* (Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2013, 378 p.; ISBN 978-85-914949-1-0)

Como diplomata, Renato Marques é bom um escritor, com sua prosa elegante, frases em latim, vasto conhecimento da cultura humanista, sobretudo da história, e grande tino para a observação dos seres humanos, como Balzac, Dickens ou Flaubert. Como escritor, ele não é um diplomata, já que escreve sem os trejeitos típicos dos colegas, falando tudo com grande sinceridade. Nestas suas memórias sentimentais, ele vai desde as origens familiares nos pagos gaúchos, até os últimos postos, que eram, não muito tempo atrás, partes do império soviético. Mais do que um recorrido pela sua vida em vários continentes, elas são reflexões intelectuais sobre países, pessoas, processos e eventos a que assistiu, de que participou, sobre os quais leu; a referência aos grandes escritores é constante, e as fotos são um complemento agradável ao seu texto cortante.

João Almino: *Free City* (Londres: Dalkey Archive Press, 2013, 206 p.; ISBN 978-1-56478-900-6; trad. De Rhett McNeil, de *Cidade Livre*; Rio de Janeiro: Record, 2010)

Depois de ter iniciado uma carreira de “escritor” de ciência política, João Almino enveredou pela arte da novela (*As Cinco Estações do Amor*) e pelo ensaísmo literário – *Escrita em contraponto: ensaios literários*, por exemplo – mas é nos romances semi-biográficos que ele se expressa melhor, como nesta tradução de seu aclamado relato em torno da construção de Brasília. Trata-se, na verdade, de uma ampla obra, enfeixada sob o rótulo comum de *Quarteto de Brasília*, talvez para aproximá-lo do autor do *Quarteto de Alexandria*. *Free City* é o terceiro do ciclo, um romance vibrante, no qual coexistem tanto os modestos construtores da cidade quanto personagens da política mundial ou do universo literário (vinculadas de alguma forma a Brasília), em idas e vindas entre o passado e o presente. Um dos melhores novelistas diplomatas...

Lauro Escorel: *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel* (3^a. ed.; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, FGV, 2014, 344 p.; ISBN: 978-85-88777-59-0)

Escrito em 1956, publicado pela primeira vez em 1958, novamente em 1979, este clássico da maquiavelística brasileira é agora apresentado por um acadêmico e complementado por uma conferência de 1980 do autor, que se tornou “maquiavélico” ao servir na capital italiana em meados dos anos 1950. Para Escorel, “as observações de Maquiavel sobre a política externa dos Estados continuam a apresentar... uma extraordinária atualidade” (329-30). O florentino foi o primeiro grande teórico da política do poder. Mas no plano interno também, Escorel segue Maquiavel em que a política é um “regime de precário equilíbrio entre as forças do bem e as forças do mal, em que estas muitas vezes superam aquelas...” (34). Os dois colocam o “problema cruciante das relações da política com a moral”, que está no centro da obra do italiano.

.....
Livros de Paulo Roberto de Almeida

Apenas algumas obras mais relevantes:

- Vidas Paralelas: Rubens Ricupero e Celso Lafer nas relações internacionais do Brasil.* Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2025.
- Intelectuais na diplomacia brasileira: a cultura a serviço da nação* (org.). Rio de Janeiro- São Paulo: Francisco Alves, Unifesp, 2025.
- Construtores da Nação: projetos para o Brasil, de Cairu a Merquior.* São Paulo: LVM Editora, 2022.
- Miséria da diplomacia: a destruição da inteligência no Itamaraty.* Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.
- Contra a corrente: Ensaio contrarianistas sobre as relações internacionais do Brasil (2014-2018).* Curitiba: Appris, 2019.
- A Constituição contra o Brasil: ensaios de Roberto Campos sobre a Constituinte e a Constituição de 1988.* São Paulo: LVM, 2018.
- O homem que pensou o Brasil: trajetória intelectual de Roberto Campos* (org.). Curitiba: Appris, 2017.
- Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império.* 3ª ed.; Brasília: Funag, 2017, 2 vols.
- Nunca Antes na Diplomacia...: A política externa brasileira em tempos não convencionais.* Curitiba: Editora Appris, 2014.
- Integração Regional: uma introdução.* São Paulo: Saraiva, 2013.
- Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização.* Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- O Moderno Príncipe (Maquiavel revisitado).* Brasília: Senado Federal, 2010.
- O Estudo das Relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia.* Brasília: LGE Editora, 2006.
- Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império.* 2ª ed.; São Paulo: Editora Senac, 2005.
- Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira.* 2ª ed.; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- A Grande Mudança: consequências econômicas da transição política no Brasil.* São Paulo: Editora Códex, 2003.
- Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- O estudo das relações internacionais do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade São Marcos, 1999.
- O Brasil e o multilateralismo econômico.* Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999.
- Mercosul: Fundamentos e Perspectivas.* São Paulo: Editora LTr, 1998.
- O Mercosul no contexto regional e internacional.* São Paulo: Aduaneiras, 1993.

Nota sobre o autor:

Paulo Roberto de Almeida é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento Econômico e diplomata de carreira desde 1977. Foi professor no Instituto Rio Branco e na Universidade de Brasília, diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e, de 2004 a 2021, professor de Economia Política no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Direito no Centro Universitário de Brasília (Uniceub). Como diplomata, serviu nas embaixadas em Berna, Belgrado e Paris, nas delegações em Genebra e Montevideu e foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (1999-2003). Foi também Assessor Especial no Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2003-2007). De agosto de 2016 a março de 2019 foi Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, IPRI-Funag/MRE. É membro do Conselho Editorial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal*, da qual foi editor entre 2021 e 2023, e participa de comitês editoriais de diversas publicações acadêmicas.

Tem dezenas de obras e algumas centenas de artigos publicados. Assina um blog voltado para os temas que configuram interesses intelectuais preferenciais (<http://diplomattizando.blogspot.com/>) e disponibiliza muitos dos seus trabalhos e livros inteiros nas plataformas Academia.edu (<https://itamaraty.academia.edu/PauloRobertodeAlmeida>) e Research Gate (https://www.researchgate.net/profile/Paulo_Almeida2).

Curriculum acadêmico completo no sistema Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9470963765065128>

Redigido em MS Word versão 16
Composto em MacBook Air
Por Paulo Roberto de Almeida
Em 14/09/2025
[https://diplomattizando.blogspot.com/
pralmeida@me.com](https://diplomattizando.blogspot.com/pralmeida@me.com)
Tel.: (61) 99176-9412